

FLÁVIA CRISTINA ANTUNES DE SOUZA

**A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM
JOINVILLE/SC: DESAMONTOANDO CONCHAS E EVIDENCIANDO
MEMÓRIAS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Cesar de Almeida Santos

CURITIBA

2007

Para Fernando e Caetano

AGRADECIMENTOS

O sentimento de gratidão que acompanha o cumprimento de qualquer etapa da vida seja ela acadêmica, profissional ou pessoal é o que torna essas passagens mais leves. Nesse caso o que me move ao agradecimento é o estímulo, companheirismo e afeto recebido de inúmeras pessoas para o cumprimento dessa jornada.

Em primeiro lugar quero agradecer a minha mãe, que me gerou e me lançou às tarefas da minha própria vida, sem receio da minha capacidade de me responsabilizar pelas minhas próprias escolhas.

Aos meus pacientes e persistentes incentivadores para o mundo da História Renata, César e Clóvis.

Aos amigos e parceiros com os quais compartilho as dúvidas, angústias e alegrias da vida e do ofício, Gerson, Giane, Eleni, João, Judith, Ricardo e Joice, obrigada pelo estímulo e pelo axé.

Aos meus entrevistados, Marlene Narcisa, Glória Maria Maciel Cardoso, Maria Rita Casarim, Edson Casarim, Rosane Garcia, Maria Hubner, Claudete Terezinha Matei Schon, Verônica Daltina de Oliveira, Marlene Arino Pereira, Nadil Batista, Maria de Lurdes Maia e Ivan Correa, sem os quais a teia aqui apresentada estaria incompleta e cujas memórias determinaram o registro dessa versão da história.

Ao professor Afonso Imhof pela receptividade e colaboração para com esse trabalho.

Ao meu orientador Professor Antonio Cesar de Almeida Santos, que inúmeras vezes orientou-me e “desorientou-me” com o intuito de tentar entre outras coisas, esclarecer e pôr a prova os conflitos existentes entre a historiadora e a funcionária do MASJ. Orientador com o qual pude contar incondicionalmente na construção dessa dissertação e na busca da minha chancela de historiadora.

A Ângela, Clarisse e Bruna, pelo abrigo e carinho na desconhecida Curitiba.

As professoras, Ana Maria Burmester, Ana Paula Vosne Martins e Renata Senna Garraffoni, pelo respeito, confiança e incentivo.

As novas e queridas amigas Lílian e Ana Paula, pelo carinho e receptividade que sempre tiveram para comigo.

A Fundação Cultural de Joinville e ao Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville – MASJ, um dos personagens dessa história e onde minha vida profissional se iniciou. A essa instituição meus sinceros agradecimentos principalmente à intensa

vivência no Setor de Educação. Aos colegas que apoiaram, incentivaram e propiciaram, cada um a sua maneira, a realização dessa dissertação: Alexandrina, Charles, Dione, Melita, Adriana e Andréia, muito obrigada pela força de sempre.

A amiga e companheira Bete com quem trilhei meus primeiros passos pelas questões da preservação e das memórias. Foi principalmente através do convívio com ela que pude experimentar alguns dos sentidos da palavra patrimônio, um deles traduzido no valor dessa grande amizade.

E, finalmente ao meu companheiro Fernando, amado meu, com o qual fortaleci e reaprendi, entre tantos outros valores, a importância do investimento do tempo naquilo que há de mais prazeroso na construção do conhecimento: aliar sempre que possível satisfação pessoal à produção científica. Acho que consegui, pois, é com muito carinho que apresento os resultados dessa pesquisa, caracterizada essencialmente pela tranquilidade no seu processo de construção.

Deixando o Pago

Alcei a perna no pingo
E saí sem rumo certo
Olhei o pampa deserto
E o céu fincado no chão
Troquei as rédeas de mão
Mudei o pala de braço
E vi a lua no espaço
Clareando todo o rincão

E a trotezito no mais
Fui aumentando a distância
Deixar o rancho da infância
Coberto pela neblina
Nunca pensei que minha sina
Fosse andar longe do pago

...

Cruzo a última cancela
Do campo pro corredor
E sinto um perfume de flor
Que brotou na primavera.
À noite, linda que era,
Banhada pelo luar
Tive ganas de chorar
Ao ver meu rancho tapera

...

Vitor Ramil

SUMÁRIO

Lista de Figuras	vi
Resumo	vii
Abstrat	viii
INTRODUÇÃO	1
MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE: UM LUGAR DE MEMÓRIA PARA O OUTRO.....	14
Um “fato museal”	15
Além das paredes: do gabinete à sociedade.....	21
Refazendo referências: o papel da memória nos processos de preservação.....	27
Equacionando memórias	38
ARQUEOLOGIA E MEMÓRIAS: UMA ESTRATIGRAFIA DAS LEMBRANÇAS.....	43
Discursos e ressonâncias	45
Produzindo o espaço urbano: o caso do bairro Espinheiros	50
Espaço urbano e patrimônio arqueológico: estranhamento e leituras	53
Outros sedimentos da memória	62
Do tempo do Dilúvio	74
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARQUEOLOGIA PÚBLICA: UMA PERSPECTIVA DE ENVOLVIMENTO ENTRE PROFISSIONAIS DO PATRIMÔNIO E SOCIEDADE.....	79
Para além das trincheiras: Arqueologia Pública e Educação Patrimonial	92
Considerações finais: Outras experiências, outras memórias.....	102
FONTES	107
FONTES ORAIS	107
FONTES IMPRESSAS	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111

Lista de Figuras

FIGURA 1— ANÚNCIO NO JORNAL DE JOINVILLE 05/07/1958.	18
FIGURA 2 - FACHADA MASJ	20
FIGURA 3 - EXPOSIÇÃO DE ABERTURA DO MASJ, EM 1972 COM A COLEÇÃO GUILHERME TIBURTIUS.	29
FIGURA 4— AFONSO IMHOF ATENDENDO ALUNOS NA DÉCADA DE 1970.....	31
FIGURA 5 – DIORAMA DA EXPOSIÇÃO PRÉ-HISTÓRIA REGIONAL 1990.....	35
FIGURA 6 – PROJETO DE ATENDIMENTO AO ENSINO FORMAL DÉCADA DE 1990.	35
FIGURA 7 - OCUPAÇÃO NA ÁREA DO SAMBAQUI ESPINHEIROS II EM 1991.....	48
FIGURA 8 - OCUPAÇÃO NA ÁREA DO SAMBAQUI ESPINHEIROS II DÉCADA DE 1991.	48
FIGURA 9 - BAIRRO ESPINHEIROS DÉCADA DE 1980.....	58
FIGURA 10 - BAIRRO ESPINHEIROS DÉCADA DE 1980.....	60
FIGURA 11 - VISTA PANORÂMICA DO SAMBAQUI ESPINHEIROS II.	62
FIGURA 12 - CASAS SOBRE O SAMBAQUI ESPINHEIROS II FINAL DA DÉCADA DE 1980.....	63
FIGURA 13 - EVIDÊNCIA DE SEPULTAMENTO NO SAMBAQUI ESPINHEIROS II DURANTE A PESQUISA ARQUEOLÓGICA.	71
FIGURA 14 - ALUNOS ASSISTINDO A PESQUISA ARQUEOLÓGICA EM 1991.....	72
FIGURA 15 - EDSON CASARIM NA ÁREA ARQUEOLÓGICA.	83
FIGURA 16 - EDSON CASARIM DE CAMISETA BRANCA PARTICIPANDO DA ESCAVAÇÃO.	83
FIGURA 17 - EDSON CASARIM PENEIRANDO MATERIAL ARQUEOLÓGICO.....	84
FIGURA 18 - EDON CASARIM COM SUA IRMÃ E PARTE DA EQUIPE DE PESQUISA.	85
FIGURA 19 - ESPAÇO DO SAMBAQUI SENDO UTILIZADO COMO CAMPO DE FUTEBOL.	96
FIGURA 20 - MADEIRAS DEPOSITADAS NA ÁREA ARQUEOLÓGICA.	96

Resumo

Esta dissertação tem como tema principal a preservação do patrimônio arqueológico em Joinville SC, especialmente o de tipologia sambaqui. Para abordarmos essa problemática, analisamos a trajetória institucional do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville - MASJ, instituição que desde sua abertura ao público na década de 1970 vem desenvolvendo uma prática diferenciada de divulgação e apropriação da questão patrimonial na cidade. Dentre as ações preservacionistas propostas pelo MASJ destacamos o Projeto de Reurbanização e preservação do sambaqui Espinheiros II de Joinville: uma experiência educacional, desenvolvido na década de 1990. A partir de depoimentos orais registramos as lembranças das pessoas que vivenciaram essa experiência, destacando o trabalho de atualização realizado pela memória tanto no seu âmbito individual quanto coletivo sobre essas lembranças. A importância de trazermos as falas de gente comum para a análise dos processos preservacionistas é perceber em que medida ações de arqueologia pública e educação patrimonial podem de fato contribuir para o estabelecimento de um intercâmbio igualitário de usos e sentidos entre a sociedade e o patrimônio a ela pertencente.

Palavras-chave: Memória, História Oral, Preservação, Sambaqui

Abstrat

The main subject of this Dissertation is the archaeological patrimony preservation in Joinville, SC, specially that one of Sambaqui typology. In order to deal with this subject we analyse the institutional historical path of Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville (MASJ) which, since its foundation in the seventies, has been developing differentiated practices concerning the divulgation and appropriation of the patrimony matters in the city. By recording and analysing oral statements from people who have experienced those educational processes, we study their impact in the collective and individual memories. The importance of using statements from ordinary people to analyse the preservationist processes consists in the necessity of accessing the degree in which actions in public archeology and patrimonial education can actually contribute to form an egalitarian interchange of use and meaning, between the society and the patrimony to which it belongs.

Key-words: Memory, Oral History, Preservation, Shell Mounts

INTRODUÇÃO

Os resultados da pesquisa que ora apresentamos realizam uma reflexão sobre os significados da preservação do patrimônio cultural para a sociedade que com ele se relaciona, tratando, especialmente do patrimônio arqueológico de tipologia Sambaqui¹. Para esta reflexão, destacamos a relação existente entre o Sambaqui Espinheiros II e a comunidade circunvizinha a esse sítio arqueológico, localizado no Bairro Espinheiros, cidade de Joinville, no estado de Santa Catarina.

A partir de uma intervenção arqueológica ocorrida nesse bairro devido à ocupação de uma área de mangue associada ao Sambaqui Espinheiros II, por migrantes vindos principalmente das zonas rurais dos estados de Santa Catarina e Paraná, nos interessa compreender as relações estabelecidas entre esse patrimônio e população local após essa ação que visou a proteção, conservação e comunicação do mesmo. Essa ocupação, ocorrida a partir da década de 1960, provocou o inchaço da área e agravou o estado de depredação desse sambaqui.

Em parceria com outras instituições de proteção ao patrimônio, o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville desenvolveu o projeto denominado Reurbanização e preservação do Sambaqui Espinheiros II de Joinville: uma experiência educacional. O objetivo desse projeto foi o de minimizar os efeitos da ocupação ocorrida na área, realocando as famílias e realizando ações de educação patrimonial juntamente com a pesquisa de salvamento arqueológico.²

Em vista disso, entendemos necessário mapear, previamente, a trajetória das ações museológicas do MASJ, buscando compreender a noção de museu em que está inserido. A contextualização dessa trajetória contribui para percebermos que, desde seu projeto de criação e abertura ao público, em 1972, até o presente,

¹ A palavra Sambaqui deriva de tamba (concha) e ki (amontoado), em Tupi trata-se portanto, de uma acumulação artificial de conchas de moluscos, vestígios de alimentação de grupos humanos. PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. UNB, DF, 1992, p.2004.

² Em 1991, foram realizadas as etapas de salvamento arqueológico e atividades de educação patrimonial e, em 1992, atividades de campo, laboratório e de educação patrimonial.

o MASJ vem amadurecendo a idéia de apresentar uma maneira diferente de se oferecer um museu ao público, democratizando e qualificando positivamente de diversas formas o acesso aos bens culturais sob sua guarda.

Vale ressaltarmos que concebemos a preservação patrimonial sob a perspectiva de uma produção de discursos que estão para além da aplicação de leis que tornam os patrimônios culturais merecedores de proteção exclusiva do Estado.³ Nesse contexto, Museu e Patrimônio são, conceitos que permearão toda a nossa discussão, de forma que é importante destacarmos que os entendemos como construções simbólicas, vivas e dinâmicas, suscetíveis a todo o tipo de transformação que o seu uso elabora.

O primeiro capítulo da dissertação, intitulado **Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville: um lugar de memória para o outro**, está construído com base em documentação institucional⁴ e com o apoio de uma bibliografia centrada na produção de autores da história regional de Joinville. Entre esses autores podemos citar Clóvis Gruner e Valdete Niehus; especial menção merece Adolfo Bernardo Schneider, cujos apontamentos, cartas e relatos foram imprescindíveis para a compreensão do contexto de construção do projeto e abertura do MASJ.

Ainda no primeiro capítulo abordamos alguns conceitos indispensáveis à discussão que iremos empreender. Memória, preservação e patrimônio são conceitos essenciais, na medida em que nossa problemática abarca uma instituição museal e uma parcela da sociedade com que essa instituição dialoga. Para transitarmos por esses conceitos fizemos uma opção teórica que se insere na perspectiva da denominada história cultural, que se caracteriza pela abertura do campo da história para uma multiplicidade de sentidos e interpretações, principalmente com a ampliação de temas e fontes. A história cultural rompe

³ Ver essa discussão em: CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs) Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. São Paulo: DP&A. 2003.

⁴ Destacamos que também nos valem de entrevista realizada com Afonso Imhof, que foi diretor do MASJ entre 1972 e 1989.

com a idéia que ligava diretamente objeto histórico e passado, além de abrir novos caminhos para o estudo das relações entre memória e história. Do mesmo modo, também promove o reencontro com a narrativa e, recuperando as fontes orais, insere as falas de gente comum nos registros historiográficos ⁵.

No âmbito da museologia, nossa perspectiva está orientada pelas profundas transformações ocorridas na década de 1970, a partir do movimento denominado de Nova Museologia. Em reflexões realizadas por Elizabete Tamanini, Maria Cristina de Oliveira Bruno, Mário Chagas e José Reginaldo Santos Gonçalves, entre outros, percebe-se que os museus, nas últimas décadas do século XX, passaram a repensar suas formas de comunicação e de relação com a sociedade, voltando suas atenções para o contexto cultural no qual os objetos do patrimônio, que constituem seus acervos, estão inseridos. A atenção, que no princípio era mais direcionada ao objeto, desloca-se para uma prática que considera os processos de reelaboração de sentidos pelos quais passam os objetos ao longo de suas existências, alargando o próprio sentido de museu e da preservação dos patrimônios culturais.

Nesse sentido, pudemos identificar que o MASJ apresentava-se como um lugar de memória para o outro, em consonância com os debates museológicos de seu tempo, pois, desde a sua criação, esse museu rompeu com um tradicional arranjo identitário da cidade de Joinville, ou seja, a germanidade deixou de ser a única base sobre a qual são construídos os símbolos e as práticas discursivas que representam a cidade. A abertura de um espaço institucional para a preservação de registros de memória dos grupos pré-coloniais – os Sambaquianos - que habitavam a região representou a inserção da diversidade na constituição da cidade.

⁵ Esse debate pode ser conferido em: CHAUVEAU, A.; TÉTARD, Ph. (org). Questões para a história do presente. São Paulo: EDUSC, 1999. FERREIRA, Marieta de Moraes. (1984) História oral: um inventário das diferenças. In: FERREIRA, Marieta de M. Entrevistas, abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV. HUNT, Lynn. A Nova História Cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992. PESAVENTO, Sandra Jathay. História e História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Autores como Walter Benjamin, Pierre Nora e Michael Pollak, destacam que a necessidade da existência de lugares de memória deve-se, sobretudo, à escassez cada vez maior na sociedade moderna de práticas que privilegiem a comunicação e troca de experiências. Tanto a faculdade de narrar quanto a de ouvir estariam em declínio (ou já desapareceram), e é justamente em função desse declínio que os grupos se organizam para consagrar artefatos e lugares que sirvam de suporte para suas memórias ⁶.

Tendo em conta o distanciamento temporal e cultural existente entre a cultura sambaquiiana e a sociedade do presente, uma das questões a que nos dedicamos foi a de trazer a perspectiva do trabalho realizado pela memória para a significação dos sambaquis. Uma vez que o movimento da memória é permanente, mas não feito de permanências, diante de um artefato ou de um lugar, por mais antigos que estes sejam, o presente jamais cessa de manifestar-se. Assim, por mais que os objetos patrimoniais tragam consigo explicações e sentidos respaldados pela autoridade do Estado, ocorre sempre um intercâmbio entre as pessoas e esses objetos que se constroem sob experiências muito particulares. Foi esse entendimento que norteou a produção das fontes orais com as quais trabalhamos, ou seja, procuramos trazer para essa discussão a liberdade do indivíduo em se relacionar com o patrimônio exercitando com ele a experiência do tempo sem perder de vista que o patrimônio é repleto de agoras.

O segundo capítulo da dissertação, **Arqueologia e memórias: uma estratigrafia das lembranças**, desenvolve essa questão. Para a sua elaboração, as fontes orais foram de fundamental importância, na medida em que, a partir de depoimentos de moradores do bairro Espinheiros, abordamos a questão da preservação patrimonial sob a perspectiva de uma produção de discursos, falas e

⁶ Conforme as reflexões de Michel Pollak a eleição desses espaços de memória servem para consagrar a uma dada sociedade a dimensão de nação, organizando uma memória coletiva que resume uma imagem que o Estado deseja passar ou impor. POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Jan, vol. 2, nº 3, 1989, pp 3-15. Sobre esse debate ver também NORA, Pierre. Entre Memória e História: a Problemática dos lugares. Projeto História. S P. 1993. e BENJAMIN, Walter. O narrador. In: Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. vol. 1 São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

narrativas que estão para além da aplicação e dos motivos contidos na legislação utilizada pelo Estado⁷.

Nesse segundo capítulo, concentramo-nos nas lembranças e reminiscências das pessoas que de alguma forma vivenciaram as ações de remoção das casas, de educação patrimonial e do salvamento arqueológico empreendido no referido projeto de reurbanização do Sambaqui Espinheiros II. A intenção foi a de apresentar as falas dessas pessoas, para percebermos as relações que elas estabelecem com aquele patrimônio arqueológico. Nesse aspecto, apontamos para o fato dessas relações serem construídas principalmente sobre as bases do estranhamento e da alteridade.

O conjunto de nossos entrevistados é composto por moradores do bairro Espinheiros que vivenciaram direta ou indiretamente as ações desenvolvidas pelo MASJ, entre 1991 e 1992. São migrantes ou filhos de migrantes oriundos, em sua maioria, de diversas regiões dos estados de Santa Catarina e do Paraná, e que chegaram em Joinville entre as décadas de 1970 e 1980. Suas experiências individuais constroem o pano de fundo para a leitura de todo o processo ocorrido na área.

Nossa análise apóia-se em 11 entrevistas orais, sendo que 08 delas foram concedidas por mulheres, na sua maioria esposas ou viúvas de trabalhadores da fundição Tupy, e, que por serem trabalhadoras do lar encontravam-se em suas residências quando das nossas incursões a campo, não havendo, portanto, nenhuma questão de gênero subjacente a essa escolha.

Através das entrevistas orais, mapeamos as lembranças das entrevistadas no que concerne ao primeiro contato delas com o bairro e com a área arqueológica, bem como, as lembranças referentes às ações do MASJ na

⁷ A intervenção realizada pelo MASJ no Sambaqui Espinheiros II, na década de 1990, decorreu da aplicação da legislação federal e municipal relativa aos patrimônios arqueológicos. A lei federal nº 3.942, de 26 de julho de 1961, dispõe que “Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público”, de acordo com o que estabelece o artigo 180 da Constituição Federal de 1946 e corrobora a constituição de 1988, bem como, pela Lei Orgânica do Município de Joinville de 02 de abril de 1990 no artigo 163 que orienta que, “O Poder Público promoverá inventário e manterá programa de proteção, vigilância e preservação dos sítios arqueológicos existentes no Município”.

localidade, a fim de visualizarmos o contexto social e cultural em que as famílias se depararam com o patrimônio arqueológico pela primeira vez. Outro questionamento que guiou nossas entrevistas, e que apontaremos ainda no segundo capítulo, foi a explicação das entrevistadas para a existência do sambaqui. Embora a maioria dos depoimentos apresente nuances da versão especializada, que explica os sambaquis como sítios arqueológicos, elas também tendem a reafirmar a explicação que lhes parece mais convincente, ou seja, de que os sambaquis seriam frutos do Dilúvio bíblico⁸.

Em relação à elaboração de significados para os bens culturais com os quais nos relacionamos, destacamos que quando se trabalha com a preservação de bens patrimoniais, o principal entendimento deve ser o de que sem a fruição entre a sociedade e o bem, o trabalho da memória não se realiza. Olgária Mattos destaca que Walter Benjamin já havia indicado que a partir do momento em que instituições e profissionais estão com suas preocupações unicamente voltadas para a monumentalidade do bem, a preservação não se efetiva⁹. Porém, quando passamos a compreender o patrimônio como documento, as relações tornam-se mais fluídas e os diversos significados e usos reencontram sua própria dimensão histórica.

No terceiro e último capítulo dessa dissertação, **Educação Patrimonial e Arqueologia Pública: uma perspectiva de envolvimento entre profissionais do patrimônio e sociedade**, discutimos, ainda com base em entrevistas orais, a noção de patrimônio que emerge das declarações dos indivíduos com os quais trabalhamos, e consideramos que as suas opiniões são comuns ao pensamento de grande parte dos moradores do bairro Espinheiros; um pensamento que, por sua

⁸ Podemos conferir esse ponto de vista nas entrevistas concedidas por Marlene Narciza, Maria Maia, Nadil Batista e Marlene Pereira. Adiante, ao final dessa Introdução apresentamos uma breve trajetória de vida dos entrevistados.

⁹ MATTOS, Olgária. Memória e História em Walter Benjamin. In: O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH/SMC, 1991.

vez, representa o entendimento que uma ampla camada da população tem do patrimônio cultural.¹⁰

Nesse capítulo, contamos com depoimentos de 03 jovens que, crianças na época da intervenção, participaram dos trabalhos da equipe técnica. Rosane Garcia, Edson Casarim e Ivan Correa eram estudantes da Escola Municipal Dr. Antônio Navarro Lins, que foi uma das parceiras do MASJ naquela ação. Na época dos trabalhos de intervenção, esses entrevistados tinham entre 12 e 13 anos, e suas recordações estão relacionadas às vivências em campo, no MASJ e nas atividades educativas. Esses depoimentos caracterizam-se pela influência das experiências vivenciadas no trabalho de campo, desencadeando uma visão diferenciada sobre o processo de intervenção ocorrido na localidade. Embora, a leitura sobre o espaço seja distinta entre o grupo dos idosos e o dos jovens, as angústias e as sugestões para a preservação e tratamento do sambaqui se complementam.

Nesse aspecto, a fim de situarmos os debates no campo da arqueologia, dialogamos com algumas teorias, principalmente as inseridas no movimento da década de 1970, denominado pós-processual, que questionava principalmente os critérios de verdade adotados pelas práticas arqueológicas até então¹¹. A partir desse movimento, a arqueologia abriu-se para os debates relativos ao engajamento político e a necessidade de extrapolar as análises materiais que se limitavam a classificar os grupos humanos em função apenas de sua produção material.

Nessa perspectiva, apontamos para a prática de uma Arqueologia Pública aliada aos princípios da Educação Patrimonial e a atividades turísticas não predatórias. Essas vertentes buscam o comprometimento com a sociedade, de forma que essas ações sejam utilizadas como ferramenta política. Tanto a

¹⁰ A noção de indivíduo como sujeito integrante de uma coletividade pode ser conferida em: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Memórias e Cidade: Depoimentos e transformação urbana de Curitiba (1930-1990). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

¹¹ Para esse debate consultar: SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira. A Arqueologia Guarani: construção e desconstrução da identidade indígena. São Paulo: Annablume, 2003. ZARANKIN, Andrés. Paredes que domesticam: Arqueologia da arquitetura escolar capitalista. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

Arqueologia Pública e a Educação Patrimonial, como a prática turística que destacamos aqui, partem em defesa de políticas públicas preservacionistas que propõem uma melhor utilização do patrimônio cultural considerando as leituras e anseios das populações locais.¹²

Nossos entrevistados apontam para sugestões e revelam o anseio pela resolução da questão da preservação daquele espaço, considerando que o estado de abandono e degradação da área incide diretamente sobre a qualidade de vida da população circunvizinha à mesma.

Gostaríamos de indicar que nossa pesquisa partiu da documentação institucional do MASJ (relatórios, projetos educativos e expositivos), a qual foi analisada juntamente com as fontes orais produzidas por nós. Sobre a utilização dessas fontes orais, torna-se necessário apontar que após a transcrição e análises, realizamos a edição de algumas passagens, retirando repetições desnecessárias e adequando o texto à norma culta da língua portuguesa. As falas dos entrevistados quando citadas serão apresentadas em itálico. Destacamos ainda, que as fitas estarão depositadas nos arquivos do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville.

Também queremos nos referir ao interesse e motivação para a realização da pesquisa que resultou nessa dissertação. Ela se deve especialmente à nossa ligação com o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, instituição na qual desenvolvemos ações de educação patrimonial há dez anos. Em função dessa relação apresentamos também informações obtidas junto ao corpo técnico da instituição.

Com essa pesquisa, interessou-nos perceber quais as lembranças que a sociedade retém dos trabalhos desenvolvidos pela instituição, bem como, quais interpretações e usos ela atribui e reelabora em relação aos sambaquis. A inclusão da memória desses “outros” no espaço museal do MASJ constitui a

¹² Ver, JULIANI, Lúcia Cardoso Oliveira. Os recursos arqueológicos como suportes à memória das cidades. In: ORTIZ, Vitor e POSSAMAI, Zita Rosane (orgs). Cidade e Memória na globalização. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2002. FUNARI, P. P. Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. Campinas, 2001, pp. 1-12. (mimeo)

principal meta do grupo de técnicos do qual faço parte. Esse grupo concebe a relação entre sociedade e patrimônio como uma relação inacabada, cujas brechas tornam possível o seu permanente desdobramento.

Como já ressaltado, depoimentos orais são nossas principais fontes, e suas análises sustentam nossa discussão acerca das experiências de moradores do bairro Espinheiros para com o sítio arqueológico ali localizado.

Podemos dizer que nossos entrevistados estão divididos em duas categorias: a primeira é composta por moradores migrantes que chegaram à Joinville por volta da década de 1980 e que fizeram parte da construção do bairro propriamente dito. A segunda categoria compõe-se de filhos desses migrantes, e participaram de atividades de educação patrimonial quando da intervenção na área.

Para melhor percebermos como as experiências desses sujeitos foram vivenciadas e transmitidas, levamos em conta suas trajetórias de vida, na medida em que consideramos que elas nos mostram quais filtros agem na rememoração que os entrevistados constroem. Embora esses entrevistados tenham em comum o tempo em que se deu a experiência da intervenção arqueológica no bairro Espinheiros, cada qual destaca peculiaridades sobre o que aquele patrimônio representa.

Marlene Narcisa:

Marlene Narcisa foi a entrevistada com a qual iniciamos nossa pesquisa. Marlene é uma moradora muito conhecida no bairro, em virtude de ser mãe adotiva de 68 crianças.

Marlene nasceu em São Paulo, e foi para Joinville em 1953, onde passou o restante de sua infância. Após casar-se, foi morar com o marido e três filhos biológicos no bairro Espinheiros, em 1974. Seu marido era metalúrgico, e em função de um acidente de trabalho, aposentou-se por invalidez.

Após perder dois de seus filhos, Marlene, por sentir-se muito deprimida, passou a cuidar dos filhos de algumas vizinhas e, a partir desse momento, começaram as adoções.

Marlene mora há mais de 30 anos no mesmo local no bairro Espinheiros. Sua casa fica localizada na Rua Sambaqui, em frente ao sítio arqueológico e foi reformada com a ajuda do grupo de reflexão da igreja Católica, pela igreja Luterana e pelo Rotari Club, para melhor atender as necessidades das crianças.

Marlene é viúva e tem atualmente 19 filhos adotivos em casa, para sustentar sua numerosa família a entrevistada conta com doações de diversas entidades da cidade.

Glória Maria Maciel Cardoso:

Por indicação de Marlene Narcisa, chegamos a Glória Maria Maciel Cardoso, que nasceu em São Francisco do Sul (litoral de Santa Catarina). Após o casamento, veio para Joinville, em 1985, acompanhando o marido que começou a trabalhar na Fundação Tupy. Primeiramente, morou no bairro Moinho dos Ventos e, em seguida, mudou-se para o bairro Espinheiros, nas proximidades do sítio arqueológico, em um terreno que havia comprado.

Glória, ao contrário das outras entrevistadas, sempre trabalhou fora, mas relatou que, em suas horas vagas, realizava coleta de lixo, juntamente com o marido, na área do casqueiro. Em função dessa atividade, o marido de Glória pegou leptospirose. Atualmente, Glória continua trabalhando fora e não frequenta mais o casqueiro. Ela viveu pouco tempo na área do sambaqui, mudando-se para o seu entorno.

Maria Hubner:

Maria Hubner é de família de agricultores. Nasceu em Rodeio, Santa Catarina, e foi morar em Massaranduba, com os pais, onde plantavam arroz. Maria Hubner teve dois casamentos e é mãe de seis filhos.

Foi com o segundo marido, que veio para trabalhar na Fundação Tupy, que a entrevistada mudou-se para Joinville. Logo quando chegaram a Joinville, Maria Hubner e sua família moraram temporariamente em outro bairro e em seguida mudaram-se para o bairro Espinheiros, trazendo inclusive a casa (uma meia água) que já haviam construído, para o local atual. Desde que veio morar em

Joinville, Maria Hubner nunca trabalhou fora e sua casa está localizada a cerca de 100 metros do casqueiro.

Claudete Terezinha Matei Schon:

Claudete nasceu em Constantina, no Rio Grande do Sul. Com 13 anos de idade, foi para Pitanga, no Paraná. Casou-se e trabalhou como agricultora até 1980, quando migrou para Joinville, acompanhando o marido que foi trabalhar na Fundação Tupy.

Num primeiro momento, Claudete não trabalhou fora, mas, depois, passou a trabalhar como diarista. Recentemente, a entrevistada terminou o segundo grau, e realiza trabalho voluntário, juntamente com Verônica Daltina, no grupo de mulheres da igreja católica do bairro Espinheiros. A casa de Claudete dista cerca de 150 metros do casqueiro.

Verônica Daltina de Oliveira:

Verônica é vizinha e foi indicada por Claudete. Nasceu em Bom Retiro, Santa Catarina, mas mudou-se para o Estado do Paraná ainda criança, para trabalhar na roça, com a família.

No início da década de 1980, Verônica mudou-se, com os irmãos, para Joinville, onde se instalaram no bairro Espinheiros. Os irmãos de Verônica vieram trabalhar na Fundação Tupy, por indicação de outros familiares que já haviam se deslocado para a cidade. Ela desenvolveu o ofício de costureira, profissão da qual sobrevive até os dias atuais. Verônica faz parte da coordenação do grupo de mulheres da igreja católica do bairro Espinheiros, e sua casa fica a 150 metros do casqueiro.

Marlene Arino Pereira:

Marlene é vizinha de Claudete e Verônica e, como elas, também tem um histórico que se inicia na migração. Nasceu em Criciúma, Santa Catarina; depois, morou em Laranjeiras do Sul, no estado do Paraná. Nesse último estado, trabalhou com seus onze irmãos na roça.

Em 1982, veio morar em Joinville com o marido e os filhos, onde comprou um terreno no bairro Espinheiros. Marlene relata que trocou o terreno onde tem sua casa por uma quantia em dinheiro, uma TV e uma enceradeira. A entrevistada trabalhou na construção civil, com seu marido. Atualmente, Marlene é separada e trabalha como babá em casa.

Nadil Batista:

Nadil Baptista nasceu em São Francisco do Sul (SC), e foi para Joinville em 1936. Casou-se com um pescador e seguiu o mesmo ofício. Como Marlene Narcisa, Nadil, mesmo em condições precárias, criou 17 filhos adotivos.

Quando o marido faleceu, Nadil foi morar na área arqueológica, onde ficou cerca de seis meses. Mesmo depois que saiu do casqueiro, Nadil permaneceu trabalhando como pescadora, e foi com essa profissão que se aposentou. Atualmente, a entrevistada mora há uns dois quarteirões do sítio arqueológico.

Maria de Lurdes Maia:

Tal qual Nadil Batista, Maria de Lurdes Maia também teve sua casa realocada, na época da pesquisa arqueológica. Maria de Lurdes é natural de Joinville, e morou, primeiramente, nos bairros Cubatão e Iririú, até ir morar no bairro Espinheiros, com o marido, que era funcionário público.

Maria de Lurdes, que era do lar, ficou viúva antes da remoção de sua casa. Mudou-se, com a mãe e um filho, para o novo local, onde teve que reconstruir sua casa. Maria de Lurdes casou-se novamente e, atualmente, vive com a pensão deixada pelo primeiro marido. Sua casa dista cerca de um quarteirão do casqueiro.

Edson Casarim:

Edson Casarim foi o primeiro entrevistado da segunda categoria a que nos referimos na introdução dessas trajetórias. Edson foi um dos estudantes da Escola Navarro Lins que participaram das ações de Educação Patrimonial promovidas durante o período da pesquisa arqueológica no sambaqui Espinheiros II.

Edson fazia a sétima série na escola, quando que seu pai, que trabalhava na construção civil, foi transferido para o estado do Mato Grosso. Os pais de Edson são oriundos do estado do Paraná, da cidade de Francisco Beltrão. Até a transferência do pai, Edson se envolveu nas atividades de campo, indo diariamente ao sítio arqueológico auxiliar na escavação e peneiramento do material arqueológico.

Atualmente, Edson mora numa área mais afastada do sítio, e trabalha no centro da cidade. O entrevistado casou-se e concluiu o curso superior em Ciências da Computação.

Rosane Garcia:

Contemporânea de Edson Casarim, Rosane Garcia também estudou na Escola Navarro Lins, na época da pesquisa arqueológica, e participou de algumas atividades relacionadas ao projeto. Rosane é natural de Joinville, e seu pai era trabalhador da Fundação Tupy.

Rosane não concluiu os estudos em função de uma depressão pós-parto. A entrevistada é casada, tem dois filhos e é do lar. Embora Rosane ainda more nas proximidades do sítio arqueológico, não frequenta o local.

Ivan Correa:

Ivan Correa completa, ao lado de Edson e Rosane, o pequeno grupo de filhos de migrantes entrevistados para essa pesquisa. Ivan é natural de Joinville, e seus pais, que eram agricultores, viviam em Penha (SC). Sua família veio para Joinville em 1976, quando o pai de Ivan começou a trabalhar na Fundação Tupy.

Ivan estudava na Escola Navarro Lins, na quarta série, quando a Escola foi envolvida no projeto de salvamento do sambaqui Espinheiros II. Atualmente, Ivan trabalha com publicidade e faz curso de História. Ivan não mora mais nas proximidades do casqueiro.

MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE: UM LUGAR DE MEMÓRIA PARA O OUTRO

O Museu é o lugar institucionalizado onde a partir de certos parâmetros, se mostra o mundo. Cada objeto exibido é uma fratura exposta: fragmentos do mundo que podem se transformar em orgia para os sentidos. (Francisco R. L. Ramos)¹³

Ao abordarmos o discurso empregado pelo Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, (MASJ) no que concerne à preservação do patrimônio arqueológico (Sambaquis) em Joinville/SC, fizemos a opção de trazermos à tona a ressonância¹⁴ desse discurso junto a moradores do bairro Espinheiros. A escolha dessa localidade, como exposto na introdução dessa dissertação, deve-se ao fato de o MASJ ter realizado, na década de 1990, uma experiência que aliou pesquisa arqueológica e ações de educação patrimonial, com o objetivo de proteger, conservar e comunicar esse patrimônio junto a população local.

Inicialmente, convém abordarmos as circunstâncias e os motivos da criação do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, no ano de 1969. A partir daqui, faremos uma explanação sobre os processos de comunicação museológica da instituição, principalmente os relativos ao sistema expositivo do patrimônio arqueológico posto sob sua guarda e às ações educativo-culturais, compreendendo tais processos como práticas discursivas que elegem trabalhar com determinadas memórias em detrimento de outras.

¹³ RAMOS, Francisco Régis Lopes. A danação do objeto: O museu no ensino de história. Chapecó: Argos, 2004.

¹⁴ Sobre o conceito de Ressonância ver capítulo II.

Um “fato museal”

O cenário de nossa investigação foi a cidade de Joinville, situada no litoral norte do estado de Santa Catarina, do início da década de setenta do século XX. Nesse período, os ideais de modernidade dos grandes centros pairavam sobre Joinville, especialmente em função do incremento da indústria e de sua conseqüente explosão demográfica.

A partir do momento em que as cidades brasileiras, como Joinville, eram atingidas pelo fenômeno industrial, elas acabavam por se remodelar e se organizar em função das necessidades impostas pelo mercado, “gerando um tipo de estrutura urbana que não só opera uma reorganização do seu espaço interno, mas também redefine todo o espaço circundante, atraindo para a cidade grandes populações”.¹⁵ Esse processo de expansão industrial e demográfica altera drasticamente a vida na cidade, sendo que uma de suas principais características é a luta pela apropriação de um espaço.

Impulsionadas pelo chamado “milagre brasileiro”, várias indústrias da cidade de Joinville fazem propagandas em outros municípios de Santa Catarina e de outros estados para atrair mão-de-obra.¹⁶ Ocorre, a partir daí, um grande fluxo migratório, de diversas regiões de Santa Catarina e, principalmente, do estado do Paraná, de onde vêm inúmeras famílias a procura de emprego e melhores salários. No entanto, não houve um planejamento urbano para o recebimento desse contingente de trabalhadores, e as áreas de manguezal da cidade foram largamente ocupadas, tais áreas se caracterizavam por serem periféricas e por não contarem com nenhum tipo de infraestrutura.

¹⁵ ROLNIK, Raquel. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 30

¹⁶ Para uma discussão mais detalhada ver, GRUNER, Clóvis. Leituras Matutinas: utopias e heterotopias da modernidade na imprensa joinvilense (1951-1980). Curitiba: Aos quatro ventos, 2003 e NIEHUS, Valdete. De agricultor a operário: lembranças de migrantes. Florianópolis: Dissertação, UFSC: Florianópolis, 2000.

O município de Joinville apresenta 42 sítios arqueológicos de tipologia Sambaqui.¹⁷ Esse tipo de remanescente arqueológico localiza-se em sua grande maioria em áreas estuarinas e de manguezal.¹⁸ Ou seja, a ocupação iniciada na década de 1970 representou um grande impacto no patrimônio arqueológico do município.

Concomitante a esse processo de industrialização, que gerou transformações sociais e urbanas incompatíveis com os ideais de preservação, foi criado, em 1969, o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ).¹⁹ Sua criação que já vinha sendo aventada desde o final dos anos 1950, efetivou-se principalmente pelo apoio de uma comissão de descendentes de imigrantes europeus que tiveram um papel fundamental na seleção do que deveria ser lembrado na história de Joinville.²⁰

Os integrantes dessa comissão foram também os responsáveis pela criação do Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville, o lugar de memória mais significativo da etnia germânica. De certa forma, essas pessoas assumiam o papel de guardiões de uma memória da cidade. Importante destacar nesse grupo a presença do historiador Adolfo Bernardo Schneider que, atento aos debates científicos de seu tempo, foi um dos principais responsáveis pela criação do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville.

Em suas pesquisas sobre a fundação da Colônia Dona Francisca, a partir da qual erigiu-se a atual cidade de Joinville, Schneider já registrara a presença da temática sambaqui em jornais e relatos da época. Segundo seus apontamentos, desde a década de 1860, o *Kolonie Zeitung*, jornal da Colônia Dona Francisca, já

¹⁷ A palavra Sambaqui deriva de tamba (concha) e ki (amontoado), em Tupi trata-se portanto, de uma acumulação artificial de conchas de moluscos, vestígios de alimentação de grupos humanos. PROUS, André. Arqueologia Brasileira. UNB, DF, 1992, p.2004.

¹⁸ Para aprofundar esta discussão ver OLIVEIRA, Mário Sérgio. Os sambaquis da planície costeira de Joinville, litoral norte de Santa Catarina: Geologia, Paleologia e Conservação in situ. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 2000. e BANDEIRA, Dione da Rocha. Ceramistas pré-coloniais da baía da Babitonga, Santa Catarina: arqueologia e etnicidade. Campinas: Unicamp, 2004.

¹⁹ Registramos que a idéia de preservação do patrimônio cultural local estava desvinculada da de planejamento urbano.

²⁰ TERNES, Apolinário. A Construção da Cidade. Joinville: Bartira Gráfica e Editora, 1993.

publicava artigos sobre a razão da existência daqueles montes de conchas. Um dos artigos destacava que “existia na confluência dos rios Bucarein e Cachoeira, [um sambaqui] de tamanho respeitável, na época coberto de mata virgem e que passou a ser conhecido por Monte de Ouro do Schoroeder”.²¹ Segundo Schneider, esse nome originou-se por causa de alguns imigrantes vindos da Noruega, que procuraram ouro nos leitos daqueles rios. Salienta ainda que, em jornais de Florianópolis e do Rio de Janeiro, arqueólogos também debatiam o tema.

Com o intuito de comunicar à municipalidade sua intenção de organizar um museu de arqueologia em Joinville, Schneider trocou inúmeras correspondências com o prefeito Baltasar Buschle. Em sua primeira carta, datada de 06 de julho de 1958, escrevia:

Formulo a presente, para levar ao conhecimento de V. S., que pretendo formar, em Joinville, um Museu do Sambaqui, procurando reunir os litos e eventuais utensílios de pedra, de ossos, de cerâmica, etc. encontrados nos sambaquis do Município de Joinville. [...] Essas mesmas peças, cuja presença em Joinville nos possibilitariam participar mais ativamente da vida cultural do País e que serviriam, **para demonstrar o nosso passado longínquo**, para o qual os estudiosos e os cientistas internacionais estão aos poucos abrindo as portas, acham-se espalhadas pelo Brasil afora e talvez até no Estrangeiro.²²

Em resposta a essa primeira carta de Schneider, o prefeito Baltasar Buschle salientava:

Louvável e digno dos maiores encômios é esta sua iniciativa, pois, indubitavelmente, virá contribuir não apenas para projetar o nome da nossa Joinville, como facultar aos estudiosos da especialidade, ocasião de se familiarizarem com as nossas coisas e a nossa gente [09/julho/1958].²³

Dentre a correspondência trocada entre o historiador e a prefeitura municipal, uma em especial já chama a atenção para a necessidade da “criação de uma Legislação Municipal, visando a proteção das jazidas pré-históricas, principalmente os Sambaquis”²⁴, uma vez que Schneider tinha conhecimento da

²¹ SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. Memórias VI: A pré História de um Museu. História da gestão do Museu do Sambaqui, O idealismo constrói um museu. Joinville: Impressora Ipiranga, 1999 p. 10

²² *Ibidem*, p. 14 – grifo nosso

²³ *Ibidem*, p. 16

²⁴ *Ibidem*, p. 19

existência de leis semelhantes para os estados do Paraná e de São Paulo. Dessa forma, expressando seu interesse e conhecimento sobre a temática, Schneider estabeleceu diversos contatos com a municipalidade e com o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN)²⁵, convencendo o município a investir em seu projeto, que consistia na compra de um prédio, ou a construção de um, que abrigasse a coleção arqueológica que havia sido formada pelo arqueólogo amador Guilherme Tiburtius e outros artefatos coletados individualmente.

Além dos contatos com a Prefeitura Municipal de Joinville, Schneider também procurou obter todo e qualquer artefato que as pessoas, por algum motivo, tivessem recolhido em suas casas, inclusive colocando anúncios no jornal local.

Aproveitando as minhas férias, comecei a percorrer a cidade, procurando todas as pessoas, que eu sabia serem proprietárias de peças ou de coleções particulares. Procurei atingir, naquela época de motocicleta, e em qualquer tempo, todos os Sambaquis existentes no Município e redondezas, conversando com os moradores e procurando interessá-los pelo assunto.²⁶

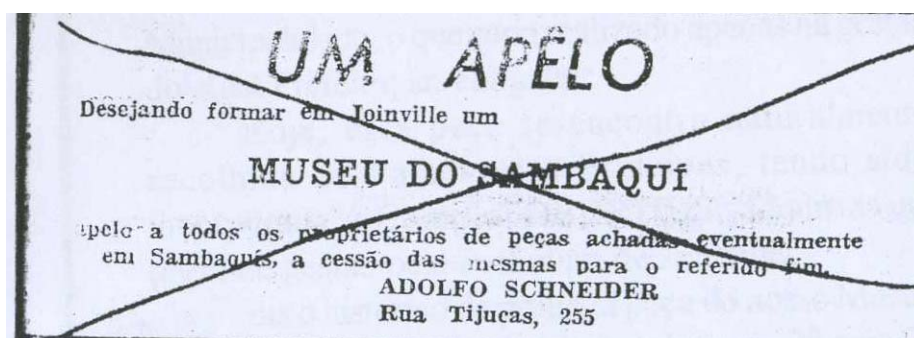


Figura 1– Anúncio no Jornal de Joinville 05/07/1958.
Fonte: Jornal de Joinville, 05/07/1958.

A relação de amizade entre Adolfo Bernardo Schneider e Guilherme Tiburtius acabou sendo essencial para que o projeto de criação de um museu de arqueologia se efetivasse. Guilherme Tiburtius veio de Berlim para o Brasil na década de 1940 e, desde então, passou a coletar artefatos em sambaquis. Nesse

²⁵ Entre outros, para conferir a trajetória desse órgão ver: GUEDES, Tarcila. O lado Doutor e o gavião de penacho: Movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil: O serviço do patrimônio histórico (Sphan). São Paulo: Annablume: 2000.

²⁶ *Ibidem*, p. 36

período, aliás, esse tipo de sítio arqueológico encontrava-se bastante ameaçado, pois seus materiais eram largamente utilizados para a produção de cal, como adubo e até como ração para animais.

Guilherme Tiburtius realizava suas coletas em sambaquis que, em sua maioria, eram vítimas de desmontes. Com o tempo, formou uma coleção com aproximadamente 15.000 peças arqueológicas, provenientes do estado do Paraná e de sítios da região de Joinville. A partir da compra dessa coleção pela Prefeitura Municipal de Joinville, em 1963, foi iniciado o processo que culminou na construção do prédio onde hoje se encontra o MASJ. A compra da referida coleção representou um investimento de cinco milhões de cruzeiros, em moeda da época, o equivalente a cerca de 20% do orçamento anual municipal. Todavia, num primeiro momento, embora existisse uma coleção arqueológica, ainda não havia uma sede para o museu. A coleção de Guilherme Tiburtius e demais artefatos ficavam expostos no 2º e 3º andares do Museu Nacional de Imigração e Colonização, também conhecido por Palácio dos Príncipes.

Segundo Schneider, com a compra da “Coleção Tiburtius, adquirimos não somente um valioso pecúlio cultural, mas transferimos a Meca dos senhores arqueólogos de reputação firmada, de Curitiba para Joinville”.²⁷ Nessa afirmação de Schneider percebemos o grande objetivo de se construir um museu de arqueologia: transformar a cidade num centro de estudos e pesquisas, referência nas áreas de Arqueologia e Pré-História, colocando-a inclusive na rota das cidades brasileiras com potencial para sediar um Congresso Internacional de Americanistas.

Schneider chamava a atenção para o fato de que o acervo estava sendo subutilizado, ressaltando que, mesmo ocupando uma sede provisória, o Museu de Arqueologia deveria cumprir a finalidade a que se destinava: além de ser atração turística por alguns meses do ano, o museu deveria cumprir seu papel de “centro de estudos em todos os dias do ano”²⁸ atendendo pesquisadores e cientistas brasileiros ou estrangeiros.

²⁷ *Ibidem*, p. 54. Artigo escrito para o Jornal de Joinville de 12 de dezembro de 1964.

²⁸ *Ibidem*, p. 59

Em 14 de outubro de 1972, o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville foi aberto, em sua sede própria. Com projeto desenvolvido pela equipe de Sabino Barroso, arquiteto do IPHAN, o MASJ contava com duas salas de exposições, auditório, laboratório, reserva técnica, biblioteca e dependências para pesquisadores, apresentando à cidade uma proposta de museu ainda desconhecida, uma vez que esse foi o primeiro e, até hoje, o único prédio construído para abrigar um museu em Joinville.



Figura 2 - Fachada MASJ.
Fonte: Acervo MASJ.

A criação e abertura do MASJ encerram uma série de mudanças no tratamento do patrimônio cultural na cidade. Para Clóvis Gruner, em Joinville, “é a germanidade que está na base da construção de ritos, símbolos e práticas discursivas que criam e consolidam a imagem de ‘Cidade das Flores’, ordeira, harmônica, em meio a pobreza e as desigualdades dos manguezais”.²⁹ Porém, com criação do MASJ, ocorre a abertura de um espaço destinado à memória de grupos pré-coloniais, abrindo-se uma nova perspectiva que considera a existência do outro e dá a ele a possibilidade de se comunicar com a sociedade, rompendo com a idéia de que os monumentos e espaços institucionalizados, destinados à memória da cidade, voltem-se exclusivamente ao enaltecimento da cultura alemã.

²⁹ GRUNER, Clóvis. Leituras Matutinas: utopias e heterotopias da modernidade na imprensa joinvilense (1951-1980). Curitiba. Aos quatro ventos, 2003, p.05

O MASJ abre suas portas à sociedade num momento em que o investimento em espaços culturais e o incentivo para a ampliação das temáticas abordadas pelos museus, fazem parte de um movimento denominado Nova Museologia, que privilegiava a promoção de novas e diversificadas formas de apropriação patrimonial.

Além das paredes: do gabinete à sociedade

A criação e construção de espaços de lazer e de instituições de cunho científico e cultural também refletem a modernidade dos tempos, e fazem parte de um processo e de um projeto de modernização que, nas cidades, extrapola os muros das fábricas e das vilas operárias. Nesse aspecto, a criação do MASJ encontra-se dentro de um movimento característico desse período – a década de 1970 –, quando começam a surgir os museus regionais e locais. Essa ação, no âmbito museológico, corresponde a um reconhecimento da diversidade cultural e histórica, o que obrigou a que se estabelecessem discursos regionais e que os bens culturais deixassem de se concentrar nos museus nacionais.³⁰

É válido ressaltar que embora a arqueologia brasileira apresentasse um significativo avanço na década de 1960, principalmente com o trabalho do humanista Paulo Duarte, na década posterior é criado pelo Governo Militar, o Projeto Nacional de Pesquisa Arqueológica – PRONAPA, cuja finalidade era combater o Humanismo, através da repressão e do corte de verbas para pesquisas nas áreas das ciências humanas e sociais³¹.

³⁰ Sobre essa discussão ver, KERRIOU, Mirian Arroyo de. Museu, Patrimônio e Cultura: Reflexões sobre a experiência Mexicana. IN: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH/SMC, 1991. BRUNO, Maria Cristina de O. Museus de Arqueologia: Uma História de Conquistadores, Abandono e Mudanças. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 6: 293-313, 1996. RUSSIO, Valdisa. Existe um passado museológico brasileiro? Suplemento Cultural O Estado de São Paulo, n 143. ano III, 1979.

³¹ Confira esse debate em TAMANINI, Elizabete. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville: Um olhar necessário. Dissertação de Mestrado. Unicamp. 1994. p 38-39.

Embora houvesse uma articulação em torno de novas práticas museais, o tom do discurso museológico brasileiro no século XX não destoava muito daquele praticado na Europa, entre os séculos XVIII e XIX. As instituições museológicas e os demais espaços destinados à memória estavam vinculados a um discurso nacionalista que partia do princípio de que os museus salvaguardariam e exporiam objetos de várias naturezas que representavam de fato um caráter nacional. Forjava-se uma idéia de neutralidade do espaço museal, onde, em geral, os valores de uma elite dominante eram e, em alguns casos, ainda são divulgados como se significassem os valores da sociedade como um todo. Os museus e suas coleções eram entendidos enquanto partes constitutivas dos patrimônios nacionais³².

Considerando esse quadro, não é de se estranhar que a primeira instituição do gênero a ser criada em Joinville foi o Museu Nacional de Imigração e Colonização, em 1957. Nesse espaço estava personificado um museu dito tradicional, onde o discurso museográfico e museológico sugere a transmissão de um passado acabado e perfeito que se comunica com o presente através da idéia de tradição.

Como indicamos acima, quando o MASJ foi criado as práticas museológicas tradicionais ainda eram hegemônicas. Mas, aos poucos, começa-se a perceber, nas suas práticas, sinais de rompimento com a idéia de museu como espaço estático e possuidor de um passado congelado, apenas ao alcance dos olhos. Até o MASJ dar seus primeiros passos no sentido de uma renovação no discurso museológico, fica evidente que, na visão de seu idealizador, o que estava em jogo era a riqueza daquela coleção arqueológica, uma vez que a idéia de gabinete de curiosidades era a que mais se valorizava.

Seguindo a linhagem das coleções de História Natural, cuja principal preocupação era classificar e ordenar os objetos em séries, com o intuito de

³² Sobre essa temática consultar BOTTALLO, Marilúcia. Os Museus tradicionais na sociedade contemporânea: uma revisão. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo: 5: 283-287, 1995.

“compor uma ordem racional do mundo”³³, as coleções arqueológicas também estavam na gênese dos museus e eram utilizadas na maioria das vezes para demonstrar o desenvolvimento linear da humanidade e os progressos realizados pela espécie humana.

Paralelamente ao desenvolvimento da nova museologia, assistiu-se ao surgimento de uma escola historiográfica – a “Nova História” – que advogava a sua aproximação com a antropologia, fato este que contribuiu grandemente para a reflexão e avaliação da instituição museu, no que concerne principalmente a sua função de instrumento social de reflexão. Nesse processo avaliativo do papel dos museus, a museóloga Cristina Bruno destaca que

os museus precisaram receber violentas críticas e serem vinculados ao mundo das coisas velhas e sem vida, para darem início a uma reflexão sobre a sua natureza, repensarem a sua estrutura e, redefinirem as suas formas de apropriação e devolução dos diferentes segmentos patrimoniais.³⁴

Nesse aspecto, um dos saltos mais significativos na busca da desconstrução de antigos (pré)conceitos em relação a essas instituições foi a passagem da atenção antes fixada no objeto para o contexto cultural, alargando o espaço do museu para múltiplas linguagens de apoio, fomentando, dessa maneira, as mais diversas formas de divulgação e apropriação dos patrimônios.

Ainda na década de 1970 e no decurso da década de 1980, no campo da história, a chamada história cultural ganhava novo impulso e se redefinia. Iniciase uma prática historiográfica preocupada com a construção dos significados que os homens conferiam a si próprios e ao mundo. A história cultural dá preferência ao estudo das representações e atribui um papel central às relações entre memória e história, buscando realizar uma discussão mais refinada dos usos políticos do passado.³⁵

³³ BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Os primórdios do Museu: da elaboração conceitual à instituição Pública. Revista Projeto História, São Paulo, 17, nov. 1998.

³⁴ BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Museus de Arqueologia: Uma História de Conquistadores, Abandono e Mudanças. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, n 6. 1996, p.299.

³⁵ Para esse debate ver: SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Memória coletiva e teoria social. São Paulo: Annablume, 2003.

Nesse movimento ampliam-se tanto os objetos quanto as fontes. E, ao se tomar os testemunhos orais como fontes, a memória pode tornar-se objeto de análise, o que tem possibilitado a compreensão e a percepção das diferentes formas de atribuição de sentidos de que os grupos se utilizam para compreenderem a sociedade e o mundo em que vivem. Em suma,

O passado deixou de ser resgatado a partir de uma estrutura pré-determinada e passou a ser compreendido a partir dos grupos sociais envolvidos em sua construção. A partir da década de 70, os estudos sobre a memória, vão resgatar histórias de vida de indivíduos e grupos, opondo-se aos grandes discursos que se apoiavam nas etapas evolutivas da história.³⁶

Nessa mesma perspectiva, alguns museus, no final século XX, abrem diálogo com as diferentes áreas do conhecimento e com os diversos segmentos da sociedade. O objetivo era o de produzir reflexões que percebessem essas instituições como espaços de estranhamento e alteridade, permitindo o alargamento da compreensão do lugar que ocupam na sociedade atual na construção de identidades e memórias, através dos patrimônios que preservam.

Essa linha de ação museológica já começava a ser delineada desde 1946, com a constituição, do Conselho Internacional de Museus (ICOM), com sede em Paris e ligado à UNESCO. O ICOM destina-se a discutir os rumos da museologia no mundo. Conforme Tamanini, para essa entidade, “a museologia é uma ciência aplicada que estuda a história dos museus, seu papel na sociedade, seus sistemas específicos de pesquisa, de conservação, de educação e sua organização”³⁷. Outras iniciativas decorrentes da criação do ICOM se sucederam e, na década de 1950, estruturou-se a museologia como uma disciplina que se ocupa principalmente das relações entre homem e sociedade, tendo como cenário o espaço museal.

³⁶ SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Memória coletiva e teoria social. São Paulo: Annablume, 2003.p.78.

³⁷ TAMANINI, Elizabete. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville: Um olhar necessário. Dissertação de Mestrado. Unicamp. 1994. p. 23

Em 1972, em Santiago do Chile, aconteceu um dos mais significativos encontros mundiais de museologia, promovido pela UNESCO e ICOM, com a finalidade de discutir os rumos da disciplina. Segundo Desvallées,

a declaração de Santiago do Chile marcou a tomada de consciência da necessidade do engajamento social, sublinhando a importância do meio ambiente na problemática museal e a necessidade de não dissociar natureza e cultura.³⁸

A partir de então, instauram-se os princípios da chamada Nova Museologia e, nesse contexto, os museus passam a exercitar o papel de canal de comunicação através de uma maior inserção na comunidade. Surgem, a partir dessas tendências, os primeiros parques nacionais, museus ao ar livre, museus de sítio, museus integrais e os ecomuseus. Na França, em 1971, realizam-se as primeiras experiências com ecomuseus, que associam o meio-ambiente à expressão museográfica. Um dos grandes precursores dessas novas práticas museológicas foi Hugues de Varine-Bohan, para quem “os museus do futuro, deveriam ser feitos da e pela coletividade, na perspectiva de que todo membro da comunidade ocupe o lugar que lhe é correspondente”³⁹.

Nesse contexto, como já indicamos, o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville abre suas portas. O rompimento com uma prática tradicional de gerenciamento de museu, a que se estava acostumado, advém principalmente da especificidade do seu acervo, constituído de exemplares *ex situ* e *in situ*, sendo que este último tipo é composto por cerca de 42 sítios arqueológicos. A relação que o MASJ acaba estabelecendo com as comunidades circunvizinhas aos sítios arqueológicos dá a esse espaço museal uma dimensão pública e política não experimentada anteriormente por nenhuma instituição museológica do município de Joinville.

³⁸ DESVALLÉES, André. Présentation, Vagues – une anthologie de la nouvelle muséologie, Editions W. , Mâcon, vol1, 1992, pp. 15-39 *apud* PASSOS, Evandro ; LIMA, Antonio José Costa. O ecomuseu e o desenvolvimento local. <http://www.redpop.org/8reunion/9rrrp-ponencias/evandropassos.rtf>

³⁹ VARINE-BOHAN, H. *O tempo Social*. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1987. p.81 Conforme Tamanini (1994), os museus, que já nesse período, desenvolveram suas ações sob essas perspectivas, são, o Museu Lazar Segal – SP, Museu do Índio – RJ, Museu de Arqueologia e Etnologia – SP, Museu do Marajó – Belém do Pará e o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville – SC.

Com a atuação do MASJ, insere-se no cenário local um outro discurso, dissonante daquele assentado na imigração germânica. De certa forma, do ponto de vista patrimonial, a cidade deixa de ser um todo homogêneo, representado por um patrimônio narrado no registro da monumentalidade, e a heterogeneidade passa a ser discutida como possibilidade, inaugurando um espaço que, com o passar dos anos, foi se tornando tendencialmente mais aberto e polifônico. Essa polifonia pode ser percebida principalmente a partir dos usos que esse espaço museal vai ter ao longo de sua trajetória. Sua característica de espaço aberto aos diferentes públicos, acabou trazendo, para a prática discursiva da instituição, temas perturbadores e discussões acerca da realidade social da cidade.

Em 1973, na concepção do então diretor, Afonso Imhof, a inovação deste espaço museológico estava em que se desejava “criar na cidade um modo diferente de gerir um Museu, voltado a participação da comunidade”.⁴⁰ Dessa forma, o MASJ passava a figurar entre as instituições museológicas que atuavam com a Arqueologia, iniciando suas reflexões sobre a utilidade social da ciência e do espaço museal em si. Ainda nas palavras de Imhof, o diferencial do MASJ era que ele primava pelo estabelecimento de uma relação com o público, onde os funcionários eram treinados “dialogicamente para fazer retruções”.⁴¹

Partindo do princípio de que a museologia é a ciência que investiga as relações entre o homem e os objetos, e que estas relações tanto podem se dar no espaço museal como fora dele, o movimento da Nova Museologia, com a abertura dos museus às questões sociais e à inclusão da temática ambiental, explicita bem essa característica de difusor de uma consciência comunitária crítica em todos os espaços. É partindo dessa premissa que, a seguir, apontaremos os processos de comunicação do MASJ, os quais o caracterizam como instituição difusora de uma abordagem crítica da questão patrimonial.

⁴⁰ IMHOF, Afonso. *Apud* TAMANINI, Elizabete. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville: um olhar necessário. Dissertação de mestrado. UNICAMP, Campinas, 1994, p.93.

⁴¹ IMHOF, Afonso. Entrevista. Joinville, 19 de junho de 2006. 2 fitas, 1:15h.

Refazendo referências: o papel da memória nos processos de preservação

A seleção dos sambaquis como objetos merecedores do *status* de patrimônio cultural oficial advém de parâmetros definidos pela autoridade de Estado, que decide o que deve ser preservado. Na concepção de Michael Pollak, esse tipo de seleção insere-se no denominado “trabalho de enquadramento da memória”. A partir dessa perspectiva, na dimensão mais pública da memória existem elementos eleitos pela oficialidade com a finalidade de embasar determinadas lembranças. O principal objetivo desse enquadramento é fixar e “reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades”.⁴² A perspectiva de enquadramento atua aliada aos lugares de memória⁴³, cujos objetos materiais, como monumentos, museus e sítios arqueológicos, suscitam referências a épocas distantes, e

quando vemos esses pontos de referência de uma época longínqua, frequentemente os integramos em nossos próprios sentimentos de filiação e de origem, de modo que certos elementos são progressivamente integrados num fundo cultural comum a toda a humanidade.⁴⁴

Mas como promover essa integração e sentimento de filiação a um patrimônio representante de uma cultura tão desconhecida e distante da nossa, como a Sambaquiiana?

Nesse caso, o que move primeiramente as ações do MASJ é justamente a sua atribuição legal, uma vez que, desde 1961, existe uma legislação específica para a proteção de sambaquis. Sendo Joinville uma cidade reconhecida pelo seu potencial arqueológico, faz-se necessário que as autoridades municipais assumam sua parcela de responsabilidade na promoção da preservação desses espaços. O MASJ abriu suas portas com esta incumbência: promover a apropriação patrimonial dos sítios arqueológicos pela sociedade. Entretanto, uma das dificuldades estava justamente no que aponta Cristiana Barreto,

⁴² POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n3, 1989, p. 3-15.

⁴³ NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, 1993.

⁴⁴ POLLAK. 1989, p. 11

Ao contrário de alguns países vizinhos onde o resgate do patrimônio arqueológico é movido pela identidade cultural das populações atuais, no Brasil, a arqueologia é marcada pela ruptura irreversível na sua história, que foi o extermínio das populações indígenas e a construção de uma sociedade nacional branca, não indígena.⁴⁵

Além da situação apontada por Cristiana Barreto, outra dificuldade de aproximação entre nossa sociedade e os patrimônios pré-coloniais está justamente no que Octavio Ianni destaca: “o que se considera patrimônio é a Arquitetura, a música, os quadros, a pintura e tudo o mais associado às famílias aristocráticas e à camada superior em geral.”⁴⁶ Contrariamente a este tipo de ação e de enquadramento que reduz o patrimônio cultural de uma sociedade aos produtos de apenas uma de suas partes, as ações empreendidas pelo MASJ vão na direção contrária a uma política patrimonial que preservou as casas grandes, os palácios, as igrejas, em detrimento de tantos outros espaços representativos de grupos cujas memórias não foram julgadas como merecedoras de destaque por aqueles “que gozam de um acesso preferencial à produção e distribuição dos bens”, como alertou Canclini.⁴⁷

Em 1972, em sua primeira experiência museográfica, o MASJ abriu sua sala de exposições com a Coleção Guilherme Tiburtius, na qual,

utensílios de grupos horticultores ceramistas eram apresentados ao lado de artefatos de coletores de moluscos. Assim ao apresentar a Coleção Tiburtius, a exposição omite os sítios arqueológicos e as pesquisas. O público deixava o museu sem compreender a procedência do acervo, seu contexto, bem como, a maneira pela qual deve se dar o resgate da história desses povos.⁴⁸

Nesse caso, o que se percebe é que, embora o MASJ abrisse suas portas ao público num momento de efervescência no campo da museologia, tendo como

⁴⁵ BARRETO, Cristiana. A construção de um passado Pré-Colonial: Uma breve história da Arqueologia no Brasil. Revista USP/Coordenadoria de Comunicação Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989. p. 34

⁴⁶ *Apud* FERREIRA, L. M., Transposição de identidades: o patrimônio Arqueológico do Baixo São Francisco, IN: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; FERREIRA, L. M. (orgs.). Cultura Material Histórica e Patrimônio. Coleção Primeira Versão, Gráfica IFCH, Campinas, 2003, p.5

⁴⁷ CANCLINI, Nestor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Revista do IPHAN, n 23, 1994.

⁴⁸ BRUNO, Maria Cristina de O. Um olhar Museológico para a arqueologia: A Exposição “Pré-História Regional” de Joinville – Santa Catarina. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo; nº1 p. 114.

objeto de pesquisa vestígios de grupos que em nada guardavam laços com a elite local, há que se relativizar a inovação na sua forma de se apresentar ao público, uma vez que os modelos a que se tinha acesso eram os ditos tradicionais. O ex-diretor Afonso Imhof, relata que também havia uma pressão por parte das autoridades locais, e da própria família de Guilherme Tiburtius, para que “se mostrasse tudo, o acervo todo. Mas não se trata de um acervo, se trata de uma exposição museologizada, então tem que ter um processo que passe uma mensagem no fim”. Dessa forma, percebe-se que na perspectiva das autoridades municipais, pode-se identificar um desejo de apresentar à comunidade o resultado dos investimentos – bastante altos – realizados.

Diversos exercícios expositivos foram realizados com a coleção Tiburtius, até que se chegasse a uma exposição, na década de 1990, que contemplasse, a um só tempo, a ocupação espacial desses grupos em Joinville e suas características culturais, acompanhado da idéia do trabalho interdisciplinar que ocorre em campo e laboratório. Embora o museu trouxesse desde o início a presença do outro para o espaço expositivo, sucessivas avaliações permitiram a readequação e ampliação do potencial expositivo da própria coleção.



Figura 3 - Exposição de abertura do MASJ, em 1972 com a coleção Guilherme Tiburtius.
Fonte: Acervo MASJ.

As ações de comunicação do MASJ no que se refere à área educativa, também já têm um longo caminho, que principiou em 1973. Naquele ano,

ocorreram as primeiras experiências, com um projeto denominado A Escola no Museu que, em 1976, teria como extensão o projeto O Museu na Escola; deste, uma das ações a serem destacadas foi a criação de vitrines-valises. Estes expositores transportáveis facilitavam os contatos entre o museu e os estabelecimentos de ensino mais afastados do núcleo urbano. Esse projeto atingia escolas, comunidades, fábricas e diversos espaços e públicos, apoiado principalmente nas orientações da UNESCO de aliar exposição, investigação e educação, buscando “sensibilizar o público em geral, para o contexto ecológico e cultural dos habitantes pré-cabralinos de Joinville”.⁴⁹

Pouco mais de uma década depois da implantação desses projetos, os relatórios institucionais registraram uma série de reflexões sobre a experiência educativa empreendida pelo MASJ. O destaque estava na dificuldade dos professores do ensino formal em reconhecerem o potencial educativo de uma instituição museológica, uma vez que buscavam apenas o lazer e o preenchimento de lacunas no programa escolar. A educadora Elizabete Tamanini ressaltava a importância de o Museu trabalhar com metodologia própria, alternativa, sem incorrer nos erros do ensino formal. Para ela, “o museu deve oferecer ao público um discurso além do que é encontrado nas etiquetas, deve proporcionar, momentos de reflexão e discussão a partir do objeto concreto”.⁵⁰ Nesse aspecto, a partir da avaliação dessas primeiras ações, foram traçadas algumas metas e alternativas que tornassem o espaço museal mais interessante e provocador.

⁴⁹ PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório 1997. Joinville, 2006. (Documento Interno)

⁵⁰ PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório Setor de Educação 1989. Joinville, 1989. (Documento Interno)



Figura 4 – Afonso Imhof atendendo alunos na década de 1970.
Fonte: Acervo MASJ.

A década de 1970 foi marcada pela experimentação de diversos recursos, principalmente os visuais, para estabelecer uma relação diferenciada entre público e patrimônio. Em 1974, o MASJ firmou convênio com as Filmotecas da Embaixada Francesa, do Conselho Britânico e do Consulado Geral da Alemanha, e foi organizada uma programação específica para crianças, executada aos sábados à tarde. Os filmes e documentários não ficavam restritos à temática arqueológica ou pré-histórica.⁵¹ Para Imhof, o público do Museu, nas décadas de setenta e de oitenta, era formado

por pessoas que não estavam alienadas no stress do consumismo. Então, aquilo ali fazia parte, trazia uma curiosidade, e era interessante que as pessoas visitavam o museu aos sábados e domingos. Hoje, as coisas são muito difíceis, porque as opções são outras, as preferências são outras. Eu acho que as pessoas vinham para Joinville e agarravam com unhas e dentes as oportunidades de conhecer a cidade e valorizar e se inserir, negociando suas identidades, comportando-se como usuários das instituições que existiam.

Em 1986, a exposição itinerante Ossos para Ofício marcou o momento de produção de conhecimento sobre o acervo, bem como o da preocupação com a função educativa da exposição, principalmente por ela se ter transformado em exposição itinerante. Num primeiro momento, a idéia era que a mesma

⁵¹ Em sete meses de exibição o público foi de 5.072 pessoas. PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório 1972. Joinville, 1972. (Documento Interno)

permanecesse apenas no espaço do museu. O mote dos debates acerca dessa exposição voltava-se para o entendimento do esqueleto humano como documento, aproveitando-se de um entendimento geral de que esse objeto causa fascínio nas pessoas revelando-se um importante atrativo para todo o tipo de público.

Estamos ressaltando os discursos expositivos do MASJ, pois eles servem para desmistificar uma visão que representava as populações sambaquianas como grupos pouco desenvolvidos e de hábitos primitivos. A idéia que perpassa a construção do argumento crítico de cada exposição do MASJ, a partir de meados da década de 1980, é a de se conceber essas populações como grupos que se constituíam de forma ordenada, com uma organização social complexa, administrando seus recursos naturais e confeccionando artefatos de grande apelo estético.

Os processos de comunicação do MASJ, principalmente a partir da década de 1990, mostram-se empenhados em esclarecer que as populações sambaquianas permitem refletir sobre nós mesmos, justamente a partir daquilo que nos causa estranhamento, a figura do outro.

A preocupação com antigos preconceitos, que identificavam os sambaquianos como pertencentes a grupos desordenados, caóticos e de inteligência inferior⁵², já estava presente em alguns discursos expositivos desde a década de 1970, quando o Museu recebeu uma exposição chamada O Índio Brasileiro, através de convênio com o Museu do Índio da Guanabara, órgão da FUNAI. Conforme relatório, “o objetivo foi propagar na comunidade joinvilense informações sobre a atuação do índio na formação do povo brasileiro, seus costumes, sua cultura e sua condição de ser humano racional”.⁵³

⁵² Esse olhar sobre a cultura sambaquiana, que se firma principalmente a partir de meados do século XIX na prática da arqueologia imperial, pode ser conferido em FERREIRA, Lúcio Menezes. Solo civilizado, chão antropofágico: a arqueologia imperial e os sambaquis. In: FUNARI, Pedro P. A. (org) Identidades, discurso e poder: Estudos da arqueologia contemporânea. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2005. p. 135-146.

⁵³ PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório 1974. Joinville, 1974. (Documento Interno)

As exposições são um dos canais de comunicação mais utilizados pelos museus e cumprem o papel de mostrar ao público o patrimônio como uma categoria de pensamento. Para José Reginaldo Santos Gonçalves, essa perspectiva se revela através da organização e argumentação de certos arranjos de memória, apontando para a noção de que através do patrimônio é possível o entendimento da vida social e cultural dos grupos que o elegem: “O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir”.⁵⁴ Essa categoria de pensamento, de acordo com Gonçalves, faz a mediação entre os seres humanos e o mundo místico, entre o passado e o presente, entre o céu e a terra, e tantas outras oposições. O patrimônio não existe só para ser contemplado; ele existe, de certa forma, para a construção de cada um nós. A sugestão é pensar os patrimônios culturais como determinado gênero de discurso, isto é, “como modalidades de expressão escrita ou oral, que partem de um autor posicionado e se dirigem e respondem a outros discursos”⁵⁵.

Gonçalves considera ainda que, para além da visão monumental de patrimônio, “cujo destino, é permanecer”, podemos exercitar um olhar que perceba os patrimônios como objetos marcados pela transitoriedade, “existindo sempre dentro de uma rede atual e viva de relações entre grupos sociais”.⁵⁶

Partindo desse entendimento, o MASJ, a partir da década de 1980 e principalmente durante a década de 1990, dá um grande salto na busca do estabelecimento de pontes temáticas nas ações educativas, na tentativa de provocar uma maior aproximação entre as populações sambaquianas e a sociedade contemporânea. A partir das premissas da Educação Patrimonial, que privilegia, entre outros aspectos a construção de uma relação afetiva entre o cidadão e o patrimônio, o MASJ incluiu em seu discurso preservacionista temas

⁵⁴ GONÇALVES, José R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.27

⁵⁵ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 111.

⁵⁶ GONÇALVES, op cit., p. 120

que acabaram por fazer parte da reflexão que procura incluir e situar os sujeitos no cenário que compõe a história da ocupação de Joinville. Fomentando esse debate, as pesquisas de Maria de Lurdes Parreiras Horta apontam para “a necessidade de derrubar as convenções para preencher o espaço entre o que os museus estavam fazendo e o que o mundo esperava deles”⁵⁷.

O projeto de Atendimento ao Ensino Formal: 2º, 3º e 4º ciclos⁵⁸, apoiado na Exposição de longa duração Pré-História Regional, que nasceu também com a incumbência de servir de base para novos experimentos museográficos e educativos, teve o objetivo de promover reflexões acerca da moradia, alimentação, desigualdades sociais, qualidade de vida, acesso a tecnologia e diversidade cultural. Esses temas buscam criar uma ponte para que a instituição estabeleça laços de proximidade entre as populações atuais e aquelas que ocuparam há milhares de anos o espaço onde atualmente se localiza Joinville.

Tanto trazendo a sociedade para dentro do museu, como indo ao encontro dela em diversas comunidades, a proposta do MASJ tem sido a de provocar debates que possibilitem a percepção de si através do estranhamento com o outro, tornando-se um espaço de exercício de memória, identidade e sociabilidades ainda inédito na cidade.

⁵⁷ HORTA, Maria de Lurdes Parreiras. Educação Patrimonial. Comunicação apresentada na Conferência Latino-Americana sobre preservação do patrimônio cultural. s. l., 1991.

⁵⁸ A primeira versão desse projeto data de 1993, com a criação do Programa de Atendimento ao Ensino Formal, que, desde então, vem sofrendo ajustes, considerando as diversas reformas curriculares ocorridas.



Figura 5 – Diorama da Exposição Pré-História Regional 1990.
Fonte: Acervo MASJ.



Figura 6 – Projeto de Atendimento ao Ensino Formal década de 1990.
Fonte: Acervo MASJ.

É importante considerarmos que promover a preservação de sambaquis não é tarefa fácil. Laços afetivos tradicionais, que ligam as pessoas aos patrimônios, muitas vezes laços temporais de proximidade rememorados pelos objetos expostos nos museus, não são ativados instantaneamente pelos objetos arqueológicos. Dito de outra forma, é preciso lançar mão de alternativas ou artifícios que estabeleçam esse “fio” de ligação entre a sociedade atual e aquela de cinco mil anos atrás. Entretanto, não é necessário inventar relações, elas já

existem. Resta aos museus, em sua função de lugares de memória⁵⁹, promover a externalização dos múltiplos usos e significados que a sociedade atribui aos sítios arqueológicos. Trata-se, enfim, de valorizar o exercício de memória que acontece dentro e fora do cenário museal.

Ao tratar dos mecanismos da memória, Michael Pollak salienta que “o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e de grupo”.⁶⁰ Existe uma vontade tácita nos indivíduos e nas coletividades de se reportarem ao passado, de conhecerem e se reconhecerem em algo que os originou. Todavia, para que a memória seja exercida em toda sua potencialidade de transformação e de atualização e, principalmente, para que ela mantenha seu elo vital com o tempo presente, é preciso que esses espaços institucionalizados de memória promovam um tipo de apropriação patrimonial que parta das experiências cotidianas.

Nesse sentido, o que se percebe na estratégia de comunicação do MASJ para promover a aproximação entre a sociedade e o patrimônio arqueológico foi a escolha das temáticas anteriormente mencionadas, moradia, alimentação, desigualdades sociais, qualidade de vida, tecnologia e diversidade cultural. Os debates relativos à alimentação e moradia provocam a reflexão sobre a ocupação e produção de espaços, sobre a dinâmica social e urbana da cidade, a partir da compreensão de que o espaço que hoje ocupamos e transformamos é resultado de um processo que se iniciou muito antes da chegada dos imigrantes europeus a Joinville. Em relação à temática que envolve o conceito de tecnologia, destaca-se a relação que é feita entre desenvolvimento tecnológico e qualidade de vida. Tenta-se também desmistificar a idéia de que sociedades pré-coloniais eram desprovidas de qualquer tecnologia, bem como a

⁵⁹ Na definição de Pierre Nora “a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial”. NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. Proj. História. São Paulo.1993.

⁶⁰ POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº3, 1989, p.10

idéia de que todos na sociedade atual têm acesso ao desenvolvimento e às benesses advindas da mesma. Outro ponto de discussão é a questão da qualidade de vida, que permeia os debates relativos à alimentação e moradia e aqueles referentes à tecnologia. O objetivo é o de encaminhar reflexões sobre o sentido de perceber o que é ter qualidade de vida na nossa sociedade, como ela se caracteriza e porque muitos não a têm.

Os debates relacionados à pluralidade cultural, acontecem no sentido de perceber o outro. As propostas do atual corpo técnico do MASJ caminham no sentido de utilizar o espaço museológico e os sítios arqueológicos para promoverem a identidade cultural, devolvendo a questão: quem somos e quem são os outros? A possibilidade de reconhecimento do outro, do diferente, é o que desperta o sentido de alteridade. Para Pollak, “A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de administrabilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros”⁶¹, assumindo essa perspectiva, o museu como espaço de sociabilidades, potencializa enormemente a negociação e a percepção das identidades.

A experiência proporcionada pelos lugares de memória está vinculada a uma importante busca do ser humano: o entendimento de si mesmo. O universo dos objetos e da imaterialidade que os torna o que são, pode e deve possibilitar a emergência de como lidar com a diferença e a diversidade no processo de construção de identidade. Nesse sentido, o MASJ, com a realização de exposições e ações educativas, busca abrir espaços para a participação da sociedade no processo de construção e de apropriação de seu patrimônio cultural. Entretanto, a efetivação dessa proposta enfrenta grandes dificuldades, pois, é muito localizada a defesa da perspectiva que entende os sítios arqueológicos pré-coloniais como espaços constituídos de memórias, de relações e de narrativas, tal qual ocorre com outros tipos de patrimônios culturais ou sítios históricos.

A perspectiva de lugar de memória atribuída aos sambaquis deve possibilitar a inclusão das várias práticas cotidianas que vêm constituir o sentido

⁶¹ *Ibidem*, p. 203

dos sítios arqueológicos da cidade, mas também, pode significar, para algumas instituições, uma ameaça ao discurso científico, uma vez que essa é a base discursiva sobre a qual, principalmente os museus de ciências, se constroem. Dessa forma, seria ingenuidade pensar que essa nova estratégia de trabalho com os objetos do patrimônio, não está atrelada à legitimação das ações institucionais oficiais. Todavia, um novo desafio é proposto: equacionar as diferentes formas de olhar os objetos do patrimônio, dando-lhes um espaço nos lugares de memória oficiais a fim de prolongar a sua existência.

Equacionando memórias

A proposta ou a efetivação da apropriação de um bem patrimonial relaciona-se intimamente com o trabalho de seletividade realizado pelos museus, pela composição de seu argumento discursivo e pelo processo mnemônico de cada um que por ali passa. Nesse sentido, procuramos, inicialmente, mostrar o processo de institucionalização do patrimônio arqueológico de tipologia sambaqui em Joinville.

Como viemos discutindo, as memórias selecionadas no espaço museal remetem à idéia de que os museus são espaços de exercício de poder. Em relação a essa questão, Mário Chagas entende que: “Memória e poder exigem-se, é na ação política de seleção expositiva, no cenário museal, que se faz coincidirem, memória, identidade e representação.”⁶² O mesmo Mário Chagas adverte que:

Memória e preservação aproximam-se. Preservar é ver antes o perigo da destruição, valorizar o que está em perigo e tentar evitar que ele se manifeste como acontecimento fatal. Assim, a preservação participa de um jogo permanente com a destruição, um jogo que se assemelha, totalmente, ao da memória com o esquecimento.⁶³

Desse modo, a noção fundamental a ser trabalhada nos processos que buscam a preservação é a de que sem transmissão a memória não se constitui.

⁶² CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs) Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. São Paulo: DP&A. 2003. p. 141

⁶³ *Ibidem*, p. 165

O patrimônio entendido como documento constituído de memória necessita, para o prolongamento de sua existência, de um constante refazer de suas referências, reinterpretando e conferindo atualidade, articulando aspectos do passado, com leituras só tornadas possíveis a partir do olhar do presente. Essa possibilidade viabiliza-se por meio dos debates promovidos no espaço do museu, mas é importante não esquecer que a memória não está aprisionada nas coisas, nos monumentos, nos bens patrimoniáveis. Ela está na relação que nossos sentidos e nossa historicidade estabelecem com aqueles objetos.

A necessidade da memória em se ancorar no espaço, no gesto, na imagem e no objeto faz dos museus e dos sítios arqueológicos, ao lado dos monumentos, seus lugares de manifestação por excelência. A existência desses lugares, segundo Pierre Nora, deve-se justamente à escassez cada vez maior em nossa sociedade massificada de meios de memória.⁶⁴ Nesse aspecto, o problema da memória e, conseqüentemente, do tempo encontram-se no cerne da problemática dos museus, atualmente.

As lembranças e reminiscências despertadas pelos lugares de memória referem-se a cheiros, a cores e a sabores de nossa história vivida ou desejada. A experiência afetiva, vivenciada através dos patrimônios, institucionalizados ou não, permite o reencontro com o universo sensível de significação e ressignificação das experiências em todos os tempos.

Quando os museus, adotam uma perspectiva de servirem como lugares de contestação de identidades, apontam para a possibilidade de nos defrontarmos com a diferença, de negociar, de experimentar. Os museus e os sítios arqueológicos permitem, desse modo, reflexões sobre o processo histórico, questionando mudanças e permanências, rupturas e continuidades. Não promovem a preservação ou o resgate de uma identidade cultural única, mas, antes, pressupõem o direito à multiplicidade das memórias. Perceber as marcas de outros tempos, a partir da significação que damos aos objetos do mundo ao nosso redor, desenvolve a consciência de que somos construídos historicamente.

⁶⁴ Ver também as considerações de BENJAMIN, Walter. O narrador. In: Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. vol. 1 São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

O museu e qualquer política patrimonial devem tratar os objetos, os ofícios e os costumes de tal modo que, mais que exibí-los, tornem inteligíveis as relações entre eles, proponham hipóteses sobre o que significam para a gente que hoje os vê e evoca.⁶⁵

Partindo da compreensão do patrimônio como um gênero de discurso articulado, principalmente, com o tempo presente, percebe-se a necessidade de uma mudança no entendimento da ação preservacionista que está na base da função social dos museus. Conforme Márcia Santana, “as noções de autenticidade e permanência fundam a prática de preservação ocidental e orientam toda a sua lógica”⁶⁶. Entretanto, essa prática de preservação não responde à nova noção de patrimônio que se abre à sociedade, e que paulatinamente vai ganhando espaço, compreendendo as diversas manifestações culturais como processos dinâmicos no tempo e no espaço. Nessa linha, encontram-se os Projetos Educativos, do MASJ, que defendem uma ação de comunicação que assume uma

perspectiva na qual os Museus não são, exclusivamente, centros destinados à captação visual de informações e de deleite, mas sim que podem ser, também, espaços para o exercício de outros sentidos, saberes e reflexões, propondo à sociedade um Museu dialético, composto de diversos olhares e formas de dar significados às coisas.⁶⁷

O MASJ, a partir dessas mudanças conceituais, adotou estratégias e procedimentos com o intuito de abrir espaços para a participação da sociedade no processo de construção e de apropriação de seu patrimônio cultural. Note-se que a história, correlatamente, com a ampliação de objetos e fontes, também passou a encarar o estudo dos patrimônios culturais de forma diferenciada:

no que tange ao conceito de memória, até mesmo moedas, medalhas, selos, estátuas e inscrições, deixaram de ser compreendidos enquanto fontes que guardavam uma

⁶⁵ CANCLINI, Nestor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Revista do IPHAN, n 23, 1994. p.112.

⁶⁶ SANTANA, Márcia, A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.48

⁶⁷ PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Projeto de Atendimento Educativo 2º, 3º e 4º ciclos.Joinville, 2000. (Documento interno)

verdade sobre o passado a ser descoberta pelo historiador, e passaram a ser investigados como textos e construções sociais.⁶⁸

Nesse aspecto, verifica-se a adoção de práticas que partem da apropriação do passado através do chamado registro do cotidiano. “Não é mais o passado que é hierarquicamente valorizado, e sim o presente. O passado não é mais acessível por meio de uma tradição”⁶⁹.

Nos museus, os objetos são expostos com a finalidade de compor um argumento; eles estão ali para desenvolver o potencial de cada um de ler os artefatos a partir da imaterialidade de que são constituídos. Em relação à noção de vida cotidiana, no espaço museal, os objetos tomam outra dimensão e, conforme Francisco Ramos, “desde seus primórdios como instituição pública até hoje, o museu põe em jogo uma questão crucial: a metamorfose dos objetos no espaço expositivo. Ao tornar-se peça de museu, cada objeto entra em uma reconfiguração de sentidos.”⁷⁰

Ainda devemos pensar que é a seleção dos artefatos que determina o tempo, e não o tempo que determina a seleção. Isso quer dizer que a exposição deve tocar o visitante por meio de certos arranjos da memória, da afetividade que compõe o ato de lembrar aquilo que não vivemos, “mas que de alguma forma mexe com o nosso ‘estar no mundo’, como diria Paulo Freire. Não basta explicar é preciso provocar os poros da pele, afetar os limites entre nós e os objetos”.⁷¹

Em pouco mais de trinta anos, como atentam os sucessivos relatórios de suas atividades, o MASJ experimentou grandes mudanças. Ao chegar na última década do século XX, pudemos perceber que um dos grandes exercícios e desafios propostos pelo MASJ, não só ao público visitante como a si próprio, é o

⁶⁸ SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Memória coletiva e teoria social. São Paulo: Annablume, 2003. p.25

⁶⁹ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e Cotidiano: os patrimônios como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (org.) Cidade: História e Desafios. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

⁷⁰ RAMOS, Francisco Régis L. A danação do objeto: O museu no ensino de história. Chapecó: Argos, 2004. p. 29

⁷¹ RAMOS, op cit., p. 82

de percebê-lo como um lugar onde se pode ver o tempo. A perspectiva adotada por seu corpo técnico propõe descartar a valorização do passado pelo passado; ao contrário, procura construir um argumento expositivo que permita “visualizar na materialidade do que é exibido a presença do tempo: pretérito, presente e futuro”⁷², observando as inúmeras passagens do tempo através do objeto, imaginando o que ele pode ter sido e significado, reformulando sua existência a partir da sua condição no presente de objeto musealizado.

Até aqui, expusemos algumas de nossas considerações sobre memória, identidade, patrimônio e, especialmente sobre a prática museológica. Essas considerações estiveram orientadas por nossa apreensão do trabalho e das propostas desenvolvidas pelo MASJ desde os anos de sua criação até o momento presente. Percebemos, nesse aspecto, que ocorreu uma busca constante em manter o seu discurso museológico sintonizado às mudanças que vêm ocorrendo na Museologia. Contudo, para que possamos melhor aquilatar a efetividade de sua proposta e ações, parece-nos indispensável confrontar o discurso da instituição com a percepção que a sociedade tem dele. Em vista disso, traremos à nossa discussão as falas de alguns sujeitos que viveram uma experiência ímpar, ao terem suas vidas diretamente atingidas por uma intervenção arqueológica.

⁷² RAMOS, op cit. p. 151

ARQUEOLOGIA E MEMÓRIAS: UMA ESTRATIGRAFIA DAS LEMBRANÇAS

Quem é olhado ou se julga olhado levanta os olhos.
Perceber a aura de uma coisa significa dotá-la da
capacidade de olhar. (Walter Benjamin)⁷³

O trabalho desenvolvido pelos museus está intrinsecamente ligado ao trabalho de investigação histórica que tem como foco não o passado propriamente dito mas a memória. O museu interroga e se relaciona com memórias, pois em cada pessoa e em cada objeto musealizado entrelaça-se uma mistura de tempos e histórias que só se revelam através de uma atualização provocada pelo presente. Ao tomarmos os objetos do patrimônio como foco de nossas reflexões, procuramos constituir uma série de discursos que consideram que em cada passado investigado existem diversas dimensões temporais – ou “agoras” – que, em choque, produzem a história.⁷⁴ Entendemos, portanto, que os discursos preservacionistas empreendidos pelos museus devem ser vistos como construções descontínuas e inacabadas.

Na reflexão que estamos empreendendo, tratamos o patrimônio arqueológico como objetos sobreviventes, cuja preservação depende necessariamente da compreensão de como as sociedades do presente movimentam suas memórias em direção a esse patrimônio. Embora os sambaquis caracterizem-se por serem uma tipologia de sítio arqueológico antiquíssima no Brasil, as ações preservacionistas devem promover uma construção histórica que considere, por um lado, esse patrimônio, como “restauração, reconstituição (do

⁷³ BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. In: BENJAMIN, W., HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W.; HABERMAS, J. Textos Escolhidos. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

⁷⁴ Para essa discussão consultar NASCIMENTO, Roberta Andrade do. Charles Baudelaire e a arte da memória. Alea, Rio de Janeiro, v.7, 2005. p. 49-63

que foi destruído) e, de outro, como algo aberto, inacabado”,⁷⁵ possibilitando assim, um contínuo desdobramento da memória.

De acordo com Mário Chagas, essa postura quando assumida pelas instituições que lidam com o patrimônio produz um diferencial que,

não está no reconhecimento do poder da memória, mas sim na colocação desse poder ao serviço do desenvolvimento social, bem como na compreensão teórica e no exercício prático da apropriação da memória e do seu uso como ferramenta de intervenção social.⁷⁶

Esse poder da memória a que se refere Chagas está relacionado ao papel dos museus e de outras instituições congêneres em utilizarem esse potencial de transformação para promoverem uma apropriação qualitativa dos bens, e não apenas ampliar o acesso a esses bens. A intenção é qualificar o espaço de relações que é o museu, instituição que deve ser “capaz de estimular novas produções e abrir-se para a convivência com as diversidades culturais”.⁷⁷ A preocupação dos museus não deve ser com a promoção de uma preservação baseada em uma verdade a ser apreendida, mas antes com o exercício de múltiplas leituras que consideram as experiências individuais na construção de um sentido para o ato de preservar.

Ainda segundo Chagas, esse tipo de experiência irá exigir “a construção de estratégias que favoreçam a troca, o intercâmbio e o fortalecimento político-cultural dos agentes museais envolvidos”.⁷⁸ Numa perspectiva defendida pela Educação Patrimonial, a sociedade deveria poder eleger os seus símbolos e consagrar a eles um lugar de destaque. Todavia, a prática da eleição dos patrimônios nos remete a uma carência na identificação da sociedade e o patrimônio a ela referenciado, exatamente pelo tipo de intervenção autoritária que define o que deve e o que não deve ser conservado como memória. Contrariamente a essa prática, é preciso “provocar os poros”, aproximar, estreitar

⁷⁵ *Ibidem*, p.54

⁷⁶ CHAGAS, Mário. Memória e Poder: contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus. <http://www.quarteirão.com.br/pdf/mchagas.pdf> p.3.

⁷⁷ *Idem*, p. 3

⁷⁸ *ibidem*, p. 6

laços e tentar estabelecer vínculos, a fim de minimizar a distância entre sociedade e os seus patrimônios.

Discursos e ressonâncias

Conforme a documentação compulsada, a equipe técnica do MASJ propõe, atualmente, a utilização de diversas estratégias para sedimentar vínculos entre grupos sociais e os patrimônios sob guarda daquela instituição: exposições itinerantes, projetos educativos, participação da população em pesquisas arqueológicas e parcerias diversas. Nesse sentido, está sendo considerado que,

o interesse no patrimônio não se justifica pelo vínculo com o passado seja ele qual for, mas sim pela sua conexão com os problemas fragmentados da atualidade, a vida dos seres humanos em relação com outros seres, coisas, palavras, sentimentos e idéias. Assim, é no pólo população, com suas múltiplas identidades, que se encontra, o desafio básico do museu.⁷⁹

Ao contrário do que se possa pensar, os bens patrimoniais não nascem envoltos em um conteúdo de caráter essencialista, cuja permanência é condição imperativa para o prolongamento de sua existência. O que ocorre é que estamos acostumados a nos esquecer de que qualquer sentido atribuído a um objeto musealizado ou a um bem patrimoniável está dentro de um movimento de eleição de determinados valores gerados a partir de relações sociais. Essa perspectiva amplia-se quando essa noção passa a abarcar não só o contexto social das elites, onde os patrimônios são gerados, como também os contextos sociais dos diversos grupos que interagem com os bens patrimoniais. Para Fanny L. Romero,

o espaço museu é também interpelado por várias vozes e narrativas que vão muito mais além dos usuários assíduos ou não desse lugar. O museu compreende o ‘devir’ das minorias, dos excluídos, dos letrados, dos medianamente alfabetizados e, também, dos detentores do poder nas instâncias econômicas, políticas e sociais. Esse devir, significando o estar acontecendo das identidades, é metamorfoseado nas representações socioculturais configuradas nos interstícios do espaço museal.⁸⁰

⁷⁹ *Idem*, p. 6

⁸⁰ ROMERO, Fanny Longa. Reflexões sobre o Museu e suas mediações. http://www.naya.org.ar/congreso2004/ponencias/fanny_longa_romero.doc p.02

O conhecimento humano, em sua forma mais ampla possível, deve estar contemplado no espaço museal e nos processos de interpretação dos patrimônios. Nesse aspecto, a produção do discurso museológico deve estar livre para lançar mão de todo o tipo de arranjo de memórias que seu argumento exigir. O exercício de polifonia proporcionado por esse tipo de prática museal possibilita o rompimento com antigas práticas, ampliando a função social desse lugar de memória.

As ações de Educação Patrimonial e de comunicação museológica necessitam encontrar um canal de ressonância junto à sociedade. Por ressonância, José Reginaldo Santos Gonçalves entende “o poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no espectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o espectador, o representante”⁸¹. Dessa forma, a questão é compreender que tipos de experiências vinculam os indivíduos a um dado patrimônio cultural. Ou seja, procurar entender que tipos de experiências traduzem o valor que um patrimônio arqueológico tem para uma dada localidade e se ele é parte das experiências da população local, ou se é visto como um objeto individualizado, separado das experiências coletivas.

Nesse sentido, a intervenção realizada pelo Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville junto à comunidade do bairro Espinheiros, quando visou à preservação do sítio arqueológico identificado como Sambaqui Espinheiros II, servirá para conduzirmos uma análise sobre a relação existente entre uma dada comunidade e um patrimônio arqueológico junto ao qual essa comunidade se situa.

A intervenção realizada pelo MASJ, em parceria com o Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional/Pró Memória e Prefeitura Municipal de Joinville, no ano de 1991, denominada Reurbanização e preservação do Sambaqui Espinheiros II de Joinville: uma

⁸¹ GONÇALVES, José R. Santos. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: As culturas como Patrimônios. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, Ano 11, nº23, jan/jun 2005. p. 15-36.

experiência educacional, propunha ser uma ação preservacionista localizada, pautada essencialmente na educação e na conscientização daquela população.⁸² Conforme a equipe técnica do MASJ, a partir dessa ação, na qual o envolvimento do Museu com os moradores da área de entorno do sítio arqueológico foi bastante intenso, a função social da instituição passou a ter uma nova conotação.

Para compreendermos o significado dessa ação que se estendeu de 1991 a 1992 é preciso voltarmos um pouco no tempo, a fim de contextualizarmos o cenário que a antecedeu. Como já indicado no primeiro capítulo, entre as décadas de 1960 e 1980, o crescimento industrial de Joinville promoveu a atração de migrantes que sonhavam com trabalho e melhores condições de vida. O bairro Espinheiros foi uma das localidades ocupadas por grande parte desses migrantes, oriundos de diversas partes do estado de Santa Catarina e de outros estados brasileiros. Embora houvesse interesse, por parte dos empresários da cidade, em absorver essa mão-de-obra, não houve investimentos e planejamento para a instalação desses novos moradores.

Sabe-se que o deslocamento de população provocado por processos migratórios promove muito mais que alterações na paisagem urbana, modificando as sociabilidades e as memórias das pessoas que se lançam à tarefa de começar de novo. Recomeçar numa cidade como Joinville pode tornar-se muito difícil, em razão de um processo de “invenção de tradições” que nitidamente sempre excluiu aqueles que não guardavam laços identitários com a etnia germânica, instalada na região desde meados do século XIX. Para além deste tipo de dificuldade, a questão econômica também atuou na escolha do sítio urbano em que esses migrantes se fixaram.

Em Joinville, dado as áreas de mangue estarem deslocadas do centro da cidade e, conseqüentemente, serem mais baratas, as famílias migrantes acabaram instalando-se nessas regiões, com a conivência dos poderes públicos locais. Quando ocorreu a ocupação dessas áreas de mangue, cerca de trinta e duas

⁸² PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Projeto: Reurbanização e preservação do sambaqui Espinheiros II de Joinville: Uma experiência educacional. Joinville, 1990. (Documento Interno)

famílias instalam-se sobre e no entorno do sítio arqueológico conhecido por Sambaqui Espinheiros II, localizado no bairro Espinheiros. Foi essa ocupação irregular que, em 1991, provocou a intervenção do MASJ e a conseqüente realocação das famílias instaladas na área do sítio arqueológico.



Figura 7 - Ocupação na área do Sambaqui Espinheiros II em 1991.
Fonte: Acervo MASJ.

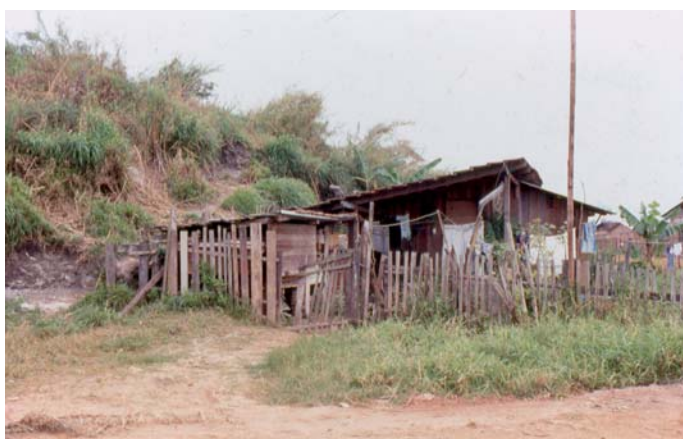


Figura 8 - Ocupação na área do Sambaqui Espinheiros II década de 1991.
Fonte: Acervo MASJ.

É importante não perdermos de vista que as divisões nas cidades são, em sua maioria, de conotação social, seja por renda, religião, etnicidade, língua,

preferências culturais, entre outros aspectos.⁸³ Nesse caso, além da condição social, a localização desse grupo na periferia da cidade deu-se, principalmente, por constituírem-se no forasteiro o “outro”⁸⁴, o paranaense ou catarinense que vem de fora para “tirar” o emprego do joinvilense e para perturbar a ordem da “pacata e ordeira cidade dos príncipes”⁸⁵. Dentro dessa lógica, a concentração dessas famílias na periferia manteve a imagem de cidade idealmente bela e higiênica, mantendo “purificada” a paisagem da *urbs*, mas que esconde “a realidade caótica, inevitável do próprio ambiente urbano dos nossos dias”⁸⁶.

Enfim, para atender exigências da legislação federal que rege a proteção de sítios arqueológicos em território nacional, o MASJ coordenou um projeto que tinha como proposta básica o envolvimento dessa comunidade de migrantes em atividades que aliassem pesquisa arqueológica e educação patrimonial. O projeto Reurbanização e preservação do Sambaqui Espinheiros II de Joinville: uma experiência educacional teve o objetivo de evitar ou mitigar os mais variados tipos de agressões àquele patrimônio arqueológico, sendo que, a pesquisa arqueológica de salvamento foi realizada juntamente com o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e o projeto Arquitetônico e de Urbanização e Musealização com o SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória.

Em vista de tal intervenção, e das modificações provocadas na vida das pessoas que residiam naquela localidade, discutimos como o Sambaqui Espinheiros II, a partir dessa ação preservacionista, passou a ser percebido pelos

⁸³ Para aprofundar esse debate ver, MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; Guetos, não: A Segregação e o Estado. In: Espaço e Debates. São Paulo, 1991. p. 24:33.

⁸⁴ Acerca da presença do “outro”, também é relevante não perdermos de vista que essas mesmas áreas de ocupações irregulares são as que outrora abrigaram as populações sambaquianas, e que se encontram compostas por diversos sítios arqueológicos. De certa forma, essa situação caracteriza o bairro Espinheiros como uma localidade marcada por uma ocupação de “outros”, na qual o sentido de alteridade está presente tanto na ocupação atual como naquela de 5.000 anos atrás.

⁸⁵ Ver GRUNER, Clóvis. Leituras Matutinas: utopias e heterotopias da modernidade na imprensa joinvilense (1951-1980). Curitiba: Aos quatro ventos, 2003.

⁸⁶ FERRARA, Lucrecia D’Alésio. Ver a cidade: cidade, imagem, leitura. São Paulo: Nobel, 1998. p. 51.

moradores daquele bairro. Para tanto, utilizaremos depoimentos orais⁸⁷ cedidos por alguns moradores daquela comunidade e que residem atualmente nas imediações do “Casqueiro”⁸⁸.

Produzindo o espaço urbano: o caso do bairro Espinheiros

Como já exposto, a necessidade de ocupação de um espaço na cidade de Joinville levou diversas famílias a se instalarem na área do sítio arqueológico denominado Sambaqui Espinheiros II. Ressalte-se que essas pessoas recém-chegadas tinham absoluto desconhecimento sobre a existência e importância desse patrimônio arqueológico. Em grande parte, a ocupação da área foi influenciada pelo fato de uma das maiores empregadoras da década de 1970, a Fundação Tupy, estar localizada próxima ao bairro Espinheiros, o que incentivou o estabelecimento dos trabalhadores nas suas imediações, em áreas de mangue.

Antes mesmo das primeiras intervenções do projeto na área, o MASJ havia realizado uma série de incursões ao bairro Espinheiros, numa tentativa de evitar que ações como a retirada do sedimento para aterro, o depósito de lixo na área do sítio, o uso do sambaqui para pastagem de animais, campo de futebol e horta, entre outras, continuassem a acontecer, colocando em risco aquele sítio arqueológico.

Foram realizadas conversas com a comunidade e a colocação de placas proibitivas. Essas ações, de acordo com Sandra Guedes, diretora do MASJ à época, “só serviram para aumentar o descontentamento da população com o sítio arqueológico; consideravam que o poder público dava muito mais atenção para ‘aquele morro’ do que a eles próprios”⁸⁹. A questão com que os técnicos do

⁸⁷ Destacamos que as entrevistas foram dirigidas e se estruturaram em torno de um ponto previamente definido, configurando o depoimento, conforme entende QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. São Paulo, 1991.

⁸⁸ Casqueiro é uma denominação popular para Sambaqui.

⁸⁹ GUEDES, Sandra P. L. C. O projeto “Espinheiros” e seus objetivos. In: MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE. Boletim MASJ, n 3, 1991 p. 8.

MASJ se defrontavam era como promover a preservação daquele patrimônio arqueológico em um contexto de grandes carências sociais e econômicas?

Inicialmente, o Museu estabeleceu parcerias com outros órgãos do município de Joinville, como o Núcleo de Bacias Hidrográficas, e com instituições de pesquisa, como o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, a fim de, por um lado, buscar estratégias que levassem a comunidade a reconhecer o potencial patrimonial da área e, por outro, realizar uma pesquisa arqueológica que também trouxesse benfeitorias para a população local, com a instalação de rede de água e esgoto e energia elétrica.

Conforme manifestações de seu corpo técnico, foi um desafio completamente novo para o MASJ que, embora com experiências anteriores em Educação Patrimonial, resolveu equacionar o envolvimento comunitário com a pesquisa arqueológica. Foram, então, realizadas palestras e reuniões, organizadas visitas ao museu e atividades para a formação de auxiliares para os trabalhos de campo, entre outras ações. O público alvo dessas ações foram as famílias atingidas diretamente pela remoção das casas e a comunidade circunvizinha do sítio arqueológico, bem como o público do ensino formal da Escola Municipal José Antônio Navarro Lins.⁹⁰

A intenção das instituições envolvidas foi a de promover uma aproximação entre população local e a equipe de técnicos encarregada de realizar ações de educação patrimonial. Nessas ações, foram priorizados o treinamento de professores, a elaboração de materiais didáticos, o desenvolvimento de projetos educativos com os adultos da comunidade, a aplicação de novos conteúdos programáticos nas salas de aula, a realização de pesquisa arqueológica de salvamento no Sambaqui Espinheiros II e a montagem de uma exposição itinerante sobre o tema.⁹¹ Buscava-se, com isso, sensibilizar as pessoas atingidas

⁹⁰ Em levantamento efetuado pelo arqueólogo Rossano Lopes Bastos, da SPHAN/SC em 1988, um total de 32 casas deveriam ser removidas e 3 recuadas. In: GUEDES, Sandra P. L. C_O projeto “Espinheiros” e seus objetivos. Boletim MASJ, n 3, 1991 p. 7.

⁹¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Projeto: Reurbanização e preservação do sambaqui Espinheiros II de Joinville: Uma experiência educacional. Joinville, 1990. (Documento Interno)

pela intervenção, esperando que elas compreendessem os motivos de todas aquelas mudanças em suas vidas.

Em vista da questão de como promover a preservação daquele patrimônio arqueológico em um contexto de grandes carências sociais e econômicas, a equipe técnica do MASJ passou a trabalhar com a temática da migração, uma vez que este tema poderia abranger as diversas ocupações da região e permitir que, analogamente, se percebesse que tanto os sambaquianos como os migrantes mais recentes estabeleciam-se em uma dada região tendo em vista condições básicas de subsistência. Assim, a equipe de educação patrimonial do MASJ procurou estabelecer relações entre o deslocamento de grupos humanos e suas necessidades de subsistência, em todos os tempos.

Essa também era uma maneira de se compreender o porquê da relevância patrimonial daquele documento arqueológico, uma vez que a área em questão já vinha sofrendo ocupações desde o período pré-colonial, e que essa característica implicava no interesse científico sobre aquela área. Nesse aspecto, é interessante destacar que a intervenção aqui enfocada decorreu porque, em algum momento, o Estado brasileiro decidiu que os Sambaquis são patrimônios da União e que devem ser preservados, por serem representativos de uma cultura que se quer eternizar. Devemos, portanto, perceber que houve uma opção prioritária pela preservação do sítio arqueológico, e que em consequência disso a localidade e as famílias poderiam experimentar uma melhor qualidade de vida, quer dizer, se o sítio não fosse atingido, aquelas famílias provavelmente continuariam invisíveis aos olhos do poder público local.

Nesse contexto, como sensibilizar a comunidade local, de modo que ela não se sentisse unicamente um entrave às ações públicas? Nesse viés, a educadora Elizabete Tamanini, em 1991, questionava se “é possível impor o significado simbólico a alguém completamente alheio a ele?”⁹²

⁹² TAMANINI, Elizabete. Significado marginal do Sambaqui: Educação e Patrimônio. In: MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE. Boletim MASJ, n. 3, 1991 p. 18.

De certa forma, nós queremos discutir essa questão, procurando compreender, por um lado, a proposta de intervenção realizada pelo MASJ e, por outro, o alcance dessa proposta, a partir de declarações obtidas junto a pessoas que estiveram envolvidas nas ações de educação patrimonial quando da intervenção na área do Sambaqui Espinheiros II.

Espaço urbano e patrimônio arqueológico: estranhamento e leituras

Antes de adentrarmos as falas das pessoas que vivenciaram a experiência de intervenção do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, convém definir uma posição: partimos do entendimento de que a narrativa da história pode ser revista e renegociada de acordo com o interesse e a postura política de seus narradores. Ou seja, para chegarmos aos sentidos dos depoimentos com os quais trabalhamos, é válido fazermos uma reflexão acerca da importância da narrativa para a sobrevivência das memórias.⁹³

Walter Benjamin levantou algumas questões que permanecem na pauta das reflexões sobre esse tema. Uma de suas maiores preocupações era com o chamado declínio da experiência (*Verfall der Erfahrung*), ou seja, o empobrecimento do ato de compartilhar memórias. A prática da narrativa e o tempo dedicado a ela era o que mantinha a memória em movimento, afirmando sua capacidade de transformação e atualização por intermédio da retransmissão das narrativas a cada geração.

Esse processo de transmissão de experiências, a que a nossa sociedade já não se ocupa mais, vai muito além da vivência individual; é algo que pertence a uma memória viva. Reconhecemos que não só a capacidade de narrar está em declínio, mas a de ouvir também. Em nossa sociedade, o tempo virou máquina que mede desempenhos e quantifica rendimentos. A principal razão para o

⁹³ Neste capítulo, como indicamos na Introdução, faremos uso de informações recolhidas a partir de 08 entrevistas orais, realizadas entre 09 de junho de 2005 e 24 de março de 2006. Todas as entrevistas foram realizadas com mulheres.

declínio das faculdades de narrar e ouvir advém, de acordo com Benjamin, da disputa entre as várias formas de comunicação da sociedade contemporânea, na qual a narrativa perdeu espaço para o romance e a informação:

o homem civilizado das grandes metrópoles retorna ao estado selvagem, isto é, a um estado de isolamento. O sentido de estar necessariamente em relação com os outros, a princípio continuamente reavivado pela necessidade, torna-se pouco a pouco obtuso, no funcionamento sem atritos do mecanismo social. Cada aperfeiçoamento desse mecanismo torna inúteis determinados hábitos, determinados modos de sentir.⁹⁴

Entende-se, assim, que os museus, tidos como lugares de memória, devem tentar equacionar e lidar com a ambigüidade narrativa *versus* informação. As experiências, sendo o principal fruto social com que lidam os espaços de memória, não devem ser oferecidas como mera informação ao consumo do público; antes, deve-se trabalhar com a possibilidade de retenção na memória, caso contrário, do mesmo modo que surgem, os referenciais de memória esvaem-se no esquecimento.

Buscamos narrativas nas ruínas das experiências vividas, tal qual a metáfora do Anjo da História em Benjamin, que vê diante de si os escombros da história se acumulando, enquanto se move para o futuro sem perdê-los de vista, ou seja, se os referenciais se perderem, tanto o presente como o futuro tornam-se incompreensíveis.⁹⁵ Nosso objetivo é o de não deixar que a experiência das pessoas que vivenciaram o processo que estamos discutindo caia no esquecimento. Ademais, entendemos que as instituições museológicas devem valer-se das lembranças de pessoas comuns na composição de seu argumento crítico. A relevância das lembranças dos homens comuns está, justamente, no fato de suas opiniões constituírem o reverso da moeda, a versão que na maioria das vezes encontra-se oculta.

Assim, se por um lado, o MASJ se utiliza de um discurso técnico para afirmar sua competência nas ações realizadas junto aos moradores do bairro

⁹⁴ *Apud.* ABRÊU, Eide Sandra Azevedo. Walter Benjamin e o tempo da grande indústria. http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol02_atg2.htm 1998. p.68. Ver também BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Obras Escolhidas: Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre a literatura e história da cultura. 7 ed. v. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-232.

⁹⁵ BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da História. In: KOTHE, Flávio. Walter Benjamin. São Paulo: Editora Ática, 1985. p. 153-164

Espinheiros, por outro, esses moradores precisam ser ouvidos à respeito dessas mesmas ações. As certezas de um discurso poderão, em certo sentido, ser postas à prova. É certo, porém, que as narrativas elaboradas, hoje, pelos moradores estarão matizadas pelo tempo e pelos acontecimentos nos quais estiveram envolvidos desde aquela época.

O primeiro grupo de pessoas que entrevistamos foi composto por 08 mulheres que vieram do interior do estado de Santa Catarina e do estado do Paraná, acompanhando e apoiando suas famílias no objetivo de recomeçar a vida na cidade grande. Essas mulheres vivenciaram as ações empreendidas pelo MASJ, entre 1991-1992. Algumas foram diretamente atingidas pela remoção de suas casas da área arqueológica, e outras acompanharam e participaram, direta ou indiretamente, da movimentação causada pelas equipes de educação patrimonial e de salvamento do sítio.

A partir das lembranças que essas mulheres guardavam sobre os motivos de terem migrado para Joinville e sobre o local – o bairro Espinheiros – quando de suas chegadas, pudemos definir o contexto no qual ocorreu o encontro dessas famílias de migrantes com o patrimônio arqueológico localizado na área. Nesse sentido, as narrativas, à primeira vista fragmentárias, acabaram se agrupando por semelhanças e recorrências, e o contexto histórico e social que as envolvia foi um ponto de partida comum a todas elas.

Como mencionado anteriormente, entre as décadas de 1970 e 1980, Joinville passou por uma fase de crescimento econômico, e já não dispunha de mão-de-obra suficiente para suas indústrias. Em vista dessa situação, foi desenvolvida uma campanha para atrair nova mão-de-obra para a cidade. O foco dessa campanha foram as comunidades rurais, nas quais, conforme Valdete Niehues, a introdução de tecnologias no trabalho agrícola contribuiu definitivamente para o esvaziamento da vida rural, pois dispensava grande parte de trabalho manual no plantio e colheita.⁹⁶ Nesse cenário, o espaço urbano

⁹⁶ “O setor industrial do país teve um desenvolvimento acelerado a partir do final da década de 1960, movido pelo incentivo governamental, enquanto o setor agrário conheceu a desvalorização da agricultura tradicional, em favor da agricultura de mercado, desestruturando

apresentava-se como alternativa de futuro para muitos desses trabalhadores rurais.

Os meios de comunicação também colaboraram para esse deslocamento da população das áreas rurais para as áreas urbanas. A chegada da televisão nos lares dos agricultores contribuiu para a construção do imaginário de progresso associado à cidade grande, e de atraso relacionado à vida no campo. Esse apelo acabou por homogeneizar gostos e modificar o estilo de vida dos agricultores. A partir dessas mudanças nas áreas rurais, muitos jovens sentiram-se atraídos pela cidade, e partiram em direção a Joinville – como para outras cidades – em busca de trabalho e de novas formas de convivência social. Particularmente, houve um processo de propaganda muito intenso em todo o interior dos estados de Santa Catarina e do Paraná, recrutando mão-de-obra para as indústrias joinvilenses.

As famílias das entrevistadas não se dirigiram a Joinville influenciadas diretamente por esse serviço de recrutamento, que foi realizado principalmente pela Fundação Tupy, cuja prioridade era a de trazer homens solteiros. Nossas entrevistadas chegaram a Joinville por intermédio de amigos e parentes que já estavam radicados na cidade e que informavam sobre as oportunidades de trabalho ali existentes.

Verônica Daltina de Oliveira, que saiu do estado do Paraná em 1979, destaca: *vim para Joinville com 31 anos, com meus irmãos, porque eles sabiam que aqui tinha serviço. O parente que vinha, voltava e buscava os outros. Os homens trabalhavam na Tupy.*⁹⁷ Claudete Terezinha também saiu do estado do Paraná, da cidade de Pitanga, mas, primeiramente, migrou para o Rio Grande do Sul, onde sua família trabalhava como arrendatária em uma área rural. Em 1980, por intermédio de um cunhado, a família decidiu instalar-se em Joinville.⁹⁸ Essa situação descrita por Claudete Terezinha parece ter sido recorrente, na medida

pequenos e médios produtores rurais”. NIEHUES, Valdete Daufembach. De agricultor a Operário: Lembranças de migrantes. Dissertação de Mestrado. UFSC. Florianópolis. 2000. p.58

⁹⁷ OLIVEIRA, Verônica Daltina de. Entrevista. Joinville, 21 de março de 2006. 1 fita, 45min.

⁹⁸ SHON, Matei Claudete Terezinha. Entrevista. Joinville, 20 de março de 2006. 1 fita, 45 min.

em que as 08 mulheres adultas entrevistadas já vinham passando por um processo migratório antes de chegarem a Joinville.

Acompanhando a mobilidade de algumas entrevistadas, percebe-se que itineraram com suas famílias pelo interior dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, onde a principal atividade era a agricultura. Apenas quando essa alternativa de trabalho esgotou-se, Joinville passou a ser vista como uma perspectiva de vida. Claudete Terezinha relembra: *Meu marido foi na Tupy, e falou que a gente tinha vindo do sítio e que ele precisava trabalhar. Daí trocamos o terreno do bairro Fátima pelo do Espinheiros, porque era mais perto.*

A oferta de terrenos baratos, próximos à Fundação Tupy, foi determinante para a instalação de muitas famílias no bairro Espinheiros, mesmo que a maioria não tivesse noção do que iria encontrar na nova morada. Embora buscassem residir próximas ao local de trabalho, muitas famílias de migrantes escolheram morar em outros bairros, como Boa Vista, Guanabara, Moinho dos Ventos, Fátima, Cubatão e Iririú, antes de se deslocarem para o Espinheiros. Glória Cardoso, que saiu da cidade de São Francisco do Sul, no litoral de Santa Catarina, acompanhando o marido, morou, primeiramente, no loteamento Moinhos dos Ventos, com um cunhado. *Ficamos um mês ali, daí é que a gente veio morar aqui [no bairro Espinheiros].*⁹⁹ A família de Maria Hubner chegou a transportar a casa que já tinham em outro bairro: *desmanchamos uma meia água que a gente tinha e trouxemos para cá, para esse terreno.*¹⁰⁰

Sobre a aquisição dos terrenos, Marlene Pereira, que chegou em 1982 ao bairro, lembra que *um homem tomou conta e vendia os terrenos. Depois é que a Prefeitura chamou os moradores e começaram a regularizar a situação, pagando por mês.*¹⁰¹ Esse processo ilegal de compra e venda de terrenos também foi mencionado por Verônica Daltina: *a gente comprou o terreno de umas*

⁹⁹ CARDOSO Glória Maria Maciel. Entrevista. Joinville, 26 de setembro de 2005. 1 fita, 45 min.

¹⁰⁰ HUBNER, Maria. Entrevista. Joinville, 20 de março de 2006. 1 fita, 45 min.

¹⁰¹ PEREIRA, Marlene Arino. Entrevista. Joinville, 21 de março de 2006. 1 fita, 45 min.

*peças que invadiram, mas daí veio uma cartinha da Prefeitura dizendo que aqui era terreno invadido e que não era para pagar. Daí a Prefeitura veio e legalizou. Marlene Pereira conta que o terreno em que sua família se instalou foi pago com uma TV, uma enceradeira e mais uma quantia em dinheiro. Outra moradora do bairro, Marlene Narcisa, chegou em 1975, da cidade de Rio do Sul. Instalou-se, inicialmente, no bairro Boa Vista; depois, passou a residir no Espinheiros. Dona Marlene, como é conhecida, fez questão de salientar a regularização do seu terreno: eu morava na Rua Apucarana [bairro Boa Vista]. Ali, nós moramos pouquinho tempo, a casa não era nossa; o terreno também não era. Aí, nós viemos morar aqui. Aí, aqui então é nosso; nós, com sacrifício, a gente fez a casa, não comprou. Depois, pagou para a prefeitura; está tudo pago, graças a Deus!*¹⁰²



Figura 9 - Bairro Espinheiros década de 1980.
Fonte: Acervo MASJ.

Por ser uma área de ocupação de mangue, as pessoas chegavam e construíam suas palafitas, instalando-se nos terrenos alagados da forma que conseguiam. Para Valdete Niehues, uma das causas das más condições em que

¹⁰² NARCISA, Marlene. Entrevista. Joinville, 09 de junho de 2005. 1 fita, 60 min.

viviam esses migrantes, é que o salário recebido não era suficiente para a manutenção adequada de suas famílias.

O migrante percebeu que, para sobreviver na cidade, teria que se fixar em áreas distantes do centro, desprovidas de serviços públicos. A falta de uma política econômica voltada ao atendimento das necessidades da população em geral deixou na marginalidade milhares de trabalhadores que se deslocaram em busca de novas perspectivas.¹⁰³

As condições de vida eram ainda agravadas pelo estigma em torno da violência e da má conduta dos migrantes paranaenses. Aliás, devido ao grande número de pessoas originárias daquele estado, o bairro Espinheiros também é conhecido como Vila Paranaense. A distância do centro da cidade, o aspecto das moradias, a ausência de infraestrutura urbana, e, principalmente, o perfil dos moradores da área, criava condições propícias à marginalização daquela população.

Como eram originários de áreas rurais, de pequenas comunidades, o impacto vivido por essas pessoas ao se depararem com as condições encontradas na cidade, mais especificamente no bairro Espinheiros, fica evidenciado nos depoimentos recolhidos. Esses depoimentos convidam nossos sentidos a imaginarem os elementos que compõem o cenário úmido, pantanoso, escuro e mal cheiroso do mangue encontrado por dezenas de famílias. Tudo se constituía numa contradição aparente: os sonhos de uma vida melhor, os planos de recomeço com a família e a angústia por novas perspectivas pareciam não combinar com o cenário próximo e com a vida na própria cidade que, traiçoeiramente, seduz para excluir.

Nadil Batista, quando chegou em Joinville deparou-se com uma paisagem que jamais tinha imaginado: *Quando eu cheguei em Joinville era tudo mangue, era tudo lodo, tinha que fazer uma pinguela de taboas pra buscar água.*¹⁰⁴ Essa descrição das condições do local pode ser conferida nas figuras 09 e 10, e é corroborada por Marlene Narcisa, que relembra, até com um pouco de saudade: *A rua aqui era só um caminhozinho, bem estreitinho. Daí, eu e meus*

¹⁰³ NIEHUES, Valdete Daufembach. De agricultor a Operário: Lembranças de migrantes. Dissertação de Mestrado. UFSC. Florianópolis. 2000. p.134.

¹⁰⁴ BATISTA, Nadil. Entrevista. Joinville, 23 de março de 2006. 1 fita, 45 min.

filhos que fizemos a primeira entrada aqui. Luz e água não tinha; era só uma casa, lá na esquina, e aí dava rabicho para todo mundo aqui para trás. E a água, a prefeitura trazia uma vez por semana para a gente, isso quando trazia! Em relação ao saneamento, ou melhor, à falta de saneamento Marlene Narcisa ainda declara: *As vezes, a gente ficava trinta, quarenta dias sem água, mas aí toda a casa aqui tinha calha na beirada, né? Aí, quando chovia, sempre tinha uns latões na beirada das goteiras para aproveitar a água.*



Figura 10 - Bairro Espinheiros década de 1980.
Fonte: Acervo MASJ.

As condições do ambiente acabavam exigindo soluções interessantes. Conforme Claudete Schon, os trabalhadores da Fundação Tupy enfrentavam grandes dificuldades para irem ao trabalho, apesar da proximidade aparente: *Quando enchia a maré, as 4:00h da manhã, quando eles iam para a Tupy, eles tiravam a calça, iam só de Zorba até ali em cima. Levavam um pano, levavam a bicicleta, meias e chegavam ali em cima, fora d'água, se vestiam, se limpavam e iam para a Tupy.* Outras situações domésticas também implicavam em tomar medidas que amenizassem o desconforto provocado pelo mangue: *Para as crianças dormirem, eu queimava uns panos para espantar os maruins.*¹⁰⁵ As crianças, para irem à escola, também enfrentavam adversidades, como recorda

¹⁰⁵ Maruins são mosquitos que se encontram a beira mar e ao longo das margens de lagos e rios.

Maria Hubner: *Era só mato. Para levar meus filhos no ponto de ônibus, eu tinha que calçar uma bota e levar um balde de água junto, para eles lavarem os pés, calçarem as meias e entrarem no ônibus. Agora, tu vêes que situação que eu cheguei aqui!*

Assim, embora as adversidades fossem muitas, sempre encontravam meios de superá-las. O ambiente era inóspito, mas a vontade de não voltar para a roça, e de ter um emprego fixo e casa própria movia essas pessoas a persistirem. Se fosse necessário chegarem bem arrumados ao trabalho, à escola, ou ao centro da cidade, um pano e um balde de água ajudavam a enfrentar o mangue.

Tendo em conta a relação das pessoas com o meio ambiente, Célia Lucena destaca suas ações em lidar com os elementos naturais de um local para transformá-lo num ambiente cultural.

A vida da população está intimamente relacionada às peculiaridades físicas do meio ambiente, sendo, freqüentemente influenciada por elas; sua história pode ser explicada desde os fatores geográficos, afetando as condições originais de povoamento, até as forças centrífugas de hoje.¹⁰⁶

No mesmo momento em que algumas famílias de migrantes recém chegadas ao bairro Espinheiros entravam em contato com um ambiente totalmente desconhecido de suas experiências anteriores, deparavam-se com uma montanha de conchas de aproximadamente 10 metros de altura: o “casqueiro”. Casqueiro é uma das formas populares de se referir aos sambaquis, que, são sítios arqueológicos constituídos de restos alimentares, artefatos e esqueletos humanos, deixados por populações pré-coloniais que ocuparam praticamente, todo o litoral brasileiro, mas de forma bastante expressiva o litoral catarinense.

A partir de então, aquelas pessoas passavam a fazer parte do lugar escolhido pelos sambaquianos de 5.000AP e, após adquirirem, legalmente ou não, um terreno, cada família iniciava a construção de sua casa. As casas tinham que ficar sobre trapiches altos, a fim de evitar a entrada da água das marés e dos caranguejos. E para combater a umidade dos terrenos, os novos moradores cobriam-nos com material retirado do “casqueiro” (ver figura 11).

¹⁰⁶ LUCENA, Célia. Linguagens da memória. São Paulo: FDE. Diretoria de Projetos Especiais, 1991. p. 14.



Figura 11 - Vista panorâmica do Sambaqui Espinheiros II.
Fonte: Acervo MASJ.

A partir do momento em que as famílias desses migrantes instalaram-se no bairro Espinheiros, a problemática da preservação do patrimônio arqueológico de Joinville passou a ser debatida de forma mais intensa no município, uma vez que 32 famílias haviam construído suas casas sobre o sítio arqueológico. A convivência do grupo atual com os vestígios daqueles primeiros habitantes será pauta de nossas próximas reflexões, que procuram apreender como essas pessoas vivenciaram e vivenciam a intervenção arqueológica ali empreendida pelo MASJ.

Outros sedimentos da memória

Como apontamos acima, nosso objetivo neste segmento do texto será o de discutir como uma parcela dos moradores do bairro Espinheiros, da cidade de Joinville, vivenciam suas relações com o patrimônio arqueológico ali existente. Não buscamos apenas os significados mais evidentes da intervenção promovida no local pelo MASJ, pretendemos, ao contrário, trazer à tona os sentidos menos aparentes. Para isso, abordaremos o sítio arqueológico como palco sociocultural e não como mero depósito de restos arqueológicos.

Para Paul Thompson, um dos principais méritos da história oral é que ela permite que lidemos com a recriação da multiplicidade original que constitui os diversos pontos de vista, além de possibilitar que experimentemos a importância do estudo histórico para o meio ambiente imediato: “a vida individual é o veículo concreto da experiência histórica. Além disso, a evidência, em cada história de vida, só pode ser plenamente compreendida como parte da vida como um todo”.¹⁰⁷ Apesar de trabalharmos em um registro diferente da proposta de história oral de Thompson, suas proposições nos conduzem a destacar que o trabalho com fontes orais almeja, a partir das vivências individuais, compreender como diferentes experiências constituem-se socialmente dentro de um determinado grupo.

A experiência de estranhamento dos migrantes com o bairro Espinheiros advém, num primeiro momento, do ambiente de mangue. Em função dessa característica, para que ocorresse uma integração entre homens e ambiente natural, algumas incompatibilidades tiveram de ser vencidas. A primeira delas foi a própria instalação das casas nessa área pantanosa. Para uns, a solução encontrada foi a utilização do sedimento arqueológico como material de aterro, para outros, foi a construção das casas diretamente na área arqueológica.



Figura 12 - Casas sobre o Sambaqui Espinheiros II final da década de 1980.
Fonte: Acervo MASJ.

¹⁰⁷ THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 302.

Maria de Lurdes Maia, nascida em Joinville, morou primeiramente nos bairros Cubatão e Iriirú. Após o casamento, mudou-se para o bairro Espinheiros e instalou-se sobre o sítio arqueológico: *aqui era tudo alagado; tinha bem pouquinho casa. Depois, foi chegando gente, fazendo casa, e agora está uma vila. Eu morava numa casinha que – meu Deus – a casa vivia para lá e para cá.* Quando seu marido sofreu um acidente, adoeceu, e acabou falecendo, Maria Maia sentiu-se perdida e abandonada, além de estar cuidando da mãe doente. Com a intervenção arqueológica, a família de Maria Maia foi instada a retirar-se do local: *Eles queriam que nós saíssemos de lá, eles diziam que não pode morar aqui, daí meu marido faleceu e nós saímos. Para que eu ia ficar lá? Daí eu disse, nós saímos mas vocês têm que dar um terreninho pra nós morarmos.*¹⁰⁸ Não obstante a situação, viveram bastante tempo lá, mas não lembra exatamente quantos anos. A Prefeitura havia prometido doar um terreno, mas não doou, segundo a entrevistada. Queixa-se que ela mesma teve que pagar o terreno, atribuindo essa situação ao fato de ser viúva e viver sozinha.

Maria Maia acha-se injustiçada: *a gente cuidava dali, para ninguém ir ali, fazer coisa errada, para não tirar barro, para não tirar uma coisa, a gente sempre tomava conta dali, mas mesmo assim eles disseram para sair.* Porém, a sua maior queixa é que, além de ter que sair do antigo terreno, não ganhou um novo e nem a casa nova que imaginava receber: *eu trouxe de lá aquelas taboas velhas e pedi para um homem fazer uma meia aguinha para nós aqui. Eu tive que pagar tudo, e não tive lucro de nada.* Para ela, a mudança forçada poderia significar uma melhora na qualidade de vida, pois vislumbrava a oportunidade de morar em melhores condições. Mas a situação com que se defrontou foi adversa a seus planos. Porém, não se percebe que houve resistência quanto a sua saída do local: *nós íamos sair mesmo de lá, porque nós entramos enganados,* afirma, fazendo questão de informar que foram enganados por uma pessoa que já morava na área: *eu não quis ficar porque não era meu, eu nem sabia de quem era aquele terreno.*

¹⁰⁸ MAIA, Maria de Lurdes. Entrevista. Joinville, 24 de março de 2006. 1 fita, 45 min.

Dentre todas as situações a que esse processo remete, as lembranças dessa entrevistada apresentaram-se voltadas quase exclusivamente para o fato de não ter ganhado um terreno da Prefeitura e para as suas novas condições de moradia, que são muito melhores. Ela diz não se recordar dos trabalhos arqueológicos realizados no local, e parece resistir em falar sobre as explicações que lhe foram dadas naquele momento, e que serviram para justificar a retirada de sua família da casa em que moravam: *aquilo lá, eles disseram que era um museu. É por isso que não podia morar lá.*

Inicialmente, o Museu é confundido com o próprio sambaqui mas, em seguida, ela relembra que *me levaram no Museu. Eu fui com o pessoal do Museu. Me mostraram todo aquele livro do Museu, me mostraram todo o passado daquela gente antiga. Me levaram lá por dentro do Museu, me mostraram tudo, e eu disse 'Meu Deus, como é que pode, os antigos!' Eles vieram trazer a gente [outros moradores também foram] de Kombi em casa! Mandaram a gente sentar naquelas cadeiras, ficamos olhando eles passarem aquelas coisas bonitas. Foi uma apresentação de Deus!*

Essa lembrança mostra a importância de sua ida ao museu com os vizinhos. Foi uma lembrança agradável, tanto do tratamento que teve, como das coisas novas que viu. Entretanto, ela não estabeleceu uma relação entre o sítio arqueológico do bairro, o museu e o motivo da remoção da sua casa.

Acreditamos que a experiência de Maria Maia com aquele local – a ocupação ilegal, associada à viuvez – não lhe permitiu o tempo necessário para absorver a situação em que estava inserida, bem como não propiciou as condições necessárias para a compreensão da característica patrimonial da área em questão. Isso quer dizer que, muito provavelmente, ela não compreendeu o porquê do poder público considerar o sítio arqueológico mais importante do que a sua casa. Entretanto, consideramos que o distanciamento que a entrevistada parece querer manter das lembranças referentes àquela experiência são a sua maneira de expressar o significado do sambaqui, o qual está associado a um tempo muito difícil da sua vida. Contudo, embora fossem tempos difíceis, a entrevistada, mesmo morando em condições precárias em cima do casqueiro,

vivia na companhia de seu marido e de sua mãe, pessoas muito importantes na sua vida. O marido faleceu antes mesmo da remoção da casa e sua mãe logo após. Maria Maia casou-se novamente, mas reclama dos maus tratos que sofre do marido e da situação financeira atual. Seu depoimento reforça a idéia de que as suas recordações estão articuladas e se confundem com o espaço vivenciado, bem como, que “as memórias individuais se misturam às experiências sociais. Nessa intersecção de espaços e lembranças não é possível distinguir, tão facilmente, o acervo pessoal do coletivo”¹⁰⁹.

O casqueiro, para Maria Maia, constitui-se no que Cristina Freire denomina de “antimuseu”, pois remete a coisas que um dia estiveram ali, referenciais, suportes de uma memória, mas que hoje não se podem mais encontrar porque estão ausentes.

A experiência dessa entrevistada, entretanto, deve ser vista em relação às experiências de vida de outras pessoas que viveram a situação de serem obrigadas a deixarem suas casas, em função da intervenção arqueológica promovida pelo MASJ do bairro Espinheiros. Nisso, nos ajudará outra ex-moradora do local. Trata-se de Nadil Batista, natural do município de São Francisco do Sul, e que foi morar em Joinville, em 1936. É mãe adotiva de dezessete filhos. *Eu morei ali no casqueiro, por seis meses, e vivia da pesca, atividade que lhe proporcionava muito prazer: eu pegava minha batera e saía para o mar para pescar; pegava marisco, bacucu, ostra, daí quando chegava do mar eu ia descascar marisco, vender peixe para sobreviver.*

Quanto ao período em que morou na área arqueológica, Nadil Batista faz questão de dizer que algo de seu permanece lá até hoje: *Aquele pé de abacate lá, fui eu que deixei.* Com essa primeira menção ao antigo local de moradia, mostra um sentimento de pertencimento, pois entre tantos abacateiros existentes no local, ela se refere ao que plantou como se fosse o único, testemunho definitivo de sua passagem por lá.

¹⁰⁹ FREIRE, Cristina. Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: SESC: Annablume, 1997. p.180.

O episódio de sua saída do local parece confirmar as declarações de Maria Maia. E em suas palavras: *era para desocupar o casqueiro; não podia mais morar ali. O Marco Tebaldi¹¹⁰ chegou para mim e disse que ia dar uma casa para nós morarmos. Daí eu disse ‘me dá a casa primeiro!’. Nadil Batista parece ter tomado as rédeas da situação em que se encontrava e, ao contrário de Maria Maia, informa que ganhou um terreno da Prefeitura. Tal situação mostra que o poder público municipal não adotou os mesmos procedimentos para todas as famílias que foram retiradas da área: *ele deu só o chão. A casa ele não deu, porque esse terreno aqui não é nem da Prefeitura, é da Marinha*. A casa foi construída com material adquirido por ela mesma. Mas, por que Nadil Batista aceitou sair do antigo local de moradia, para além da promessa de receber uma casa nova?*

Nós aceitamos sair, porque era patrimônio e não podia fazer nada, não pode mexer. A entrevistada, de modo bastante singelo até, relaciona a condição de patrimônio arqueológico da área à solicitação de retirada de sua casa de sobre o casqueiro. O discurso patrimonial que imobiliza os bens culturais dentro de uma redoma também está caracterizado nessa declaração da entrevistada. Aliás, para a maioria de nossas entrevistadas, a noção de patrimônio está vinculada ao mundo das coisas congeladas no tempo. Essa noção de patrimônio introjetada pelas entrevistadas só vem a reforçar o modo pelo qual fomos ensinados a nos “relacionar” com os bens patrimoniais, ou seja, sem tocar, sem perguntar, sem intercambiar experiências.

Além de exprimir o discurso legal que amparou a intervenção pública na área arqueológica, Nadil Batista também se recorda de algumas estratégias de comunicação que foram utilizadas na época: *Credo! O que nós víamos ali não ‘tava no gibi!’ Nós ouvíamos anunciar na rádio,[que] dava cadeia para quem tirava.* A lembrança em torno da ação coercitiva da lei serve, em termos, para indicar que foi a condição de bem tombado que caracterizou a ilegalidade da

¹¹⁰ Na época da pesquisa, Marco Tebaldi era coordenador do Núcleo de Bacias Hidrográficas da Prefeitura Municipal de Joinville.

ocupação sobre o Sambaqui Espinheiros II. Este foi o principal argumento de que as instituições que intervieram na área se valeram para a remoção das casas.

Nesse caso, a nos fiarmos nas declarações dessa entrevistada, as estratégias de comunicação então utilizadas alcançaram seu objetivo, pois *quando estão cavando no casqueiro, eu vou lá, no Sambaqui [museu] avisar. Eu conheço todo mundo lá, eu sou parceira deles. Qualquer coisa eu já vou lá, e eles se comunicam comigo, porque eu tenho telefone*. Percebe-se, assim, que o seu envolvimento com o antigo lugar de moradia não se esgotou com a remoção de sua casa; ao contrário, ela manifesta um sentimento de responsabilidade pelo sítio arqueológico que, como ela mesma diz, *é da União*.

É necessário reconhecer que as suas opiniões estão orientadas por suas atuais condições de vida, o que, sem dúvida influi na avaliação que faz de sua experiência com o “casqueiro” e com o próprio poder público corporificado nas pessoas suas conhecidas do MASJ. O fato de haver recebido um terreno e de ter podido construir sua casa própria coloca-a em vantagem, frente à situação anterior: *a nossa vida era uma vida boa, e é até hoje. Isso aí é uma coisa que foi importante na minha vida. [...] daqui eu não saio, só quando morrer. Eu tenho a minha casinha, não é bonita, mas não paga aluguel. Isso é que é importante, e eu me orgulho muito disso!*

Ao lado de pessoas como Maria Maia e Nadil Batista, existiam aqueles que, embora não tivessem ocupado a área arqueológica propriamente dita, estavam instalados na região circunvizinha ao sambaqui. Essas pessoas acompanharam os trabalhos da equipe técnica do MASJ, em 1991 e 1992, e o seu olhar para a situação caracteriza-se por ser atento e curioso a tudo o que acontecia. Essa vizinhança, inclusive, fez parte das lembranças de Nadil Batista: *nunca me incomodei com vizinho nenhum. Nós tínhamos união, tinha tudo. Ninguém brigava, era tudo uma irmandade*.

Nesse grupo de pessoas, Marlene Narcisa ocupa um lugar privilegiado. Além de ser uma das moradoras mais antigas da localidade, foi por seu intermédio que chegamos às outras entrevistadas. Sua casa localiza-se na rua Sambaqui, bem em frente ao sítio arqueológico. *A gente mora aqui, mas não era*

tudo aberto como é agora. Tinham casas em cima do morro, ali na frente tinha outra casa, não tinha essa saída de rua aqui. Nós éramos os últimos moradores daqui, e em volta do casqueiro era cheio de casa de família; daí, foi tirado. Porque a prefeitura tirou, loteou e tirou. Quando a gente veio morar aqui era assim, não tinha igreja nem nada.

Recordando a época da ação do MASJ na localidade, ela sentiu-se, de certa forma, valorizada, em função de sua participação no processo. Para ela, a remoção das casas ocorreu *porque é área de patrimônio, porque eles falam que não pode, né!* Não obstante a manifestação da imposição, Marlene Narcisa atuou como parceira do MASJ na preservação do sítio arqueológico, além de um de seus filhos ter se envolvido diretamente nas atividades de campo: *Veio gente de São Paulo na época. Fizeram pesquisa e acharam bastante osso. A gente estava aqui, a gente via, acompanhava. Eu tinha um filho que agora ele é falecido, mas também ajudou a cavar, ele conhecia bem o mangue aqui. Daí, eles foram lá no mangue com ele para cavar os buracos para ver até onde tinha aquelas casquinhas de berbigão; aí, fazia o valo para eles, aí eles tiravam fotografia.*

Uma das lástimas da entrevistada com relação ao local é que, depois da escavação arqueológica, algumas ações dos vizinhos ao sambaqui foram proibidas: *no morro, não pode mexer. Não pode cavar mais nada; antes, a gente plantava milho, abóbora, tudo aí em cima, agora não pode.* Essa proibição, cuja finalidade ela não compreende, faz com que ela se sinta expropriada de um espaço que contribuía para o sustento de sua numerosa família: Marlene Narcisa é mãe adotiva de 35 crianças. De certo modo, embora ela aceite sem muitas reservas um discurso de preservação, o entendimento que constrói acerca dos usos daquele espaço passa por outros pressupostos que não os oficiais, como veremos mais adiante.

Glória Maciel Cardoso, vizinha e comadre de Marlene Narcisa, lembra de toda a movimentação causada pela pesquisa arqueológica. *A Prefeitura montou umas barracas ali, daí eles estudaram. Vieram de São Paulo. Eu sei, porque a gente se dava bem, porque eles usavam o meu banheiro. Eu até fazia pão para eles. Eles eram muito gente boa, pessoal lá do museu. Tanto para*

Glória Maciel como para Marlene Narcisa, em meio à movimentação que as atividades de campo causaram no bairro, foi possível inclusive estabelecer laços de amizade com os técnicos das instituições encarregadas das ações de salvaguarda do sambaqui.

Não obstante essa proximidade, as razões de tais ações continuavam a não ser entendidas: *eu acho que é porque estavam mexendo ali. O que eles falaram é que eles iam cercar para não mexerem mais. Com o tempo, a Prefeitura tirou tudo, porque ali era casqueiro de sambaqui. Daí, a gente pensava que era nosso.*¹¹¹ Além da presença do poder público como executor da intervenção, fica claro que, até aquele momento, a entrevistada pensava que o casqueiro “era nosso”, entendendo a intervenção como uma espécie de desapropriação do que, até aquele momento, ela entendia como pertencente a sua comunidade. Uma das situações que contribuem para o distanciamento entre a comunidade e o patrimônio é a forma arbitrária como os processos de eleição dos patrimônios são realizados em nosso país, bem como o encaminhamento das intervenções pelo poder público.

As recordações de Maria Hubner não diferem muito dos depoimentos anteriores. Ela lembra que chegaram pessoas para fazer uma pesquisa no casqueiro e que ônibus traziam pessoas de fora para ver o que estava acontecendo. A movimentação criou nela algum tipo de expectativa, que foi, afinal, frustrada: *não acharam coisa de valor! Acharam muito osso, pernas, braços, dentaduras. Só que, depois daquela época, ninguém mais mexeu.* Maria Hubner não compreendeu que aqueles ossos tinham imenso valor para os pesquisadores, na medida em que imaginava *que, alguma coisa de valor deve ter aí, porque eles não querem que a gente cave, é proibido.* Para ela, as restrições de uso do local soavam como uma forma de evitar que outras pessoas encontrassem “coisa de valor” no sambaqui. Por não compreender o significado do trabalho arqueológico e as razões das normas de preservação do local não associou a retirada das casas com a intervenção arqueológica.

¹¹¹ CARDOSO, Glória. Entrevista concedida ...



Figura 13 - Evidência de sepultamento no Sambaqui Espinheiros II durante a pesquisa arqueológica.
Fonte: Acervo MASJ.

Outra experiência nessa mesma perspectiva foi a de Marlene Pereira, para quem o sambaqui foi de grande utilidade quando da sua chegada ao bairro: *uma vez, nós fomos ali tirar terra – porque o meu lote, eu aterrei todo com casqueiro! – e nós achamos uma carcaça de defunto inteirinha*. Ela também lembra de toda a movimentação causada pelo trabalho de campo: *embargaram ali. Daí, com a pesquisa, todo mundo respeitava, e eles diziam que quem tirasse um carrinho de casqueiro dali ia pagar um salário, porque tinha osso humano*. Marlene Pereira relaciona diretamente a proibição de mexer no local com o fato de existirem restos humanos enterrados. As declarações de Verônica Daltina, que associa suas lembranças sobre o casqueiro a certos rituais, reiteram o entendimento de que a pesquisa aconteceu porque *a prefeitura disse que aquilo ali era a mesma coisa que um museu, e que ninguém podia mexer*.

A movimentação em torno do sambaqui, com pessoas diferentes e estranhas, que estavam preocupadas com ossos e conchas, acabou impressionando muitos moradores; em sua maior parte, aqueles que ficavam por

mais tempo em suas casas, e que tinham ocasião para ir ver o que estava acontecendo. Alguns jovens, como indicou Marlene Narcisa, vinham assistir ou participar diretamente dos trabalhos de prospecção.



Figura 14 - Alunos assistindo a Pesquisa arqueológica em 1991.
Fonte: Acervo MASJ.

Para muitas das entrevistadas, as lembranças em relação à intervenção promovida pelo MASJ, em 1991 e 1992, estão vinculadas às condições de vida que enfrentavam na época, estabelecendo uma comparação entre a anterior falta de infra-estrutura do bairro e as condições atuais, em que a maioria tem casa própria e conta com saneamento básico. Entretanto, o entendimento de patrimônio que é manifestado por esse grupo está intimamente relacionado com ações autoritárias, coercitivas e proibitivas.

A compreensão que as entrevistadas construíram acerca do interesse dos arqueólogos pelo sambaqui pode denotar uma falha na comunicação entre as instituições envolvidas e a comunidade atingida. Muitas vezes, as instituições não conseguem minimizar a distância existente entre os seus interesses e os da sociedade. O que ocorre é que esse tipo de convencimento pelo qual passa a comunidade (principalmente os adultos), de que determinado espaço é de interesse arqueológico e científico, leva algum tempo para ser digerido e na

maioria das vezes não o é. Entretanto, esse movimento deve vir acompanhado das razões da comunidade envolvida para a preservação daquele espaço. Contudo, na maioria das vezes não há tempo para muitas “delongas”, o patrimônio está ameaçado, a ação de salvamento deve ser efetuada e a população local vai a reboque nesse processo; quando isso ocorre, forja-se um envolvimento comunitário.

Os depoimentos com os quais trabalhamos até aqui nos mostram que a existência de outras memórias, caracterizadas pela heterogeneidade, são os referenciais desse grupo. Essas memórias subvertem aquelas instituídas sobre os sambaquis. Nesse aspecto, Maria Célia Paoli destaca que “é exatamente aí que se encontra um dos maiores desafios: fazer com que as experiências silenciadas, suprimidas ou privatizadas da população se reencontrem com a dimensão histórica”.¹¹²

As declarações de nossas entrevistadas nos remetem à discussão que Olgária Mattos faz sobre Walter Benjamin e a relação de nossas memórias com o passado.¹¹³ Para Benjamin, o passado não nos chega intacto, o que chega até nós são fragmentos, pedaços de uma herança. Assim acontece com as reminiscências de nossas entrevistadas, que receberam um patrimônio de herança a partir da intervenção arqueológica, herança da qual não tinham a menor idéia da existência e, obviamente, nessas condições, não souberam o que fazer dela. É como Benjamin refere-se a uma herança sem testamento. Nesse sentido, para Benjamin, existem duas formas de se tratar essa memória-herança: como monumento e/ou como documento. A função do monumento é permanecer e a do documento é juntar os pedaços, significar, interpretar. Para Jacques LeGoff, o documento é monumento, mas não existe um documento-verdade. Nesse sentido, o papel do historiador seria o de desmontar, demolir essa montagem,

¹¹² PAOLI, Maria Célia. Memória, História e cidadania: O direito ao passado. In: O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH/SMC, 1991.

¹¹³ Para essa discussão ver: MATTOS, Olgária. Memória e História em Walter Benjamin. In: O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH/SMC, 1991.

desestruturando esta construção e analisando as condições de produção dos documentos-monumentos.¹¹⁴

Do tempo do Dilúvio

A compreensão da forma como a sociedade atribui sentidos e estabelece práticas para com o patrimônio arqueológico pode implicar no desenvolvimento de ações preservacionistas em que as instituições científicas envolvidas considerem essas leituras no rol das possibilidades interpretativas do objeto patrimonial. Isso não significa abandonar o compromisso com o conhecimento científico, mas propõe considerar que o debate acerca da multiplicidade de olhares que o objeto arqueológico suscita pode contribuir para a sua preservação, na medida em que um número maior de pessoas sinta-se incluída nesse debate.

Entendemos que todo objeto se relaciona de forma ativa com seu interlocutor, pois se ele consegue extrapolar suas fronteiras materiais é porque despertou no expectador uma elaboração de sentidos das quais ele é o representante. Para Lucrécia Ferrara, “cada signo tem um lado passivo e outro ativo, todo signo interpreta e solicita interpretação e é, simultaneamente, sujeito e objeto no infinito processo dialético do pensamento”;¹¹⁵ nesse sentido, a maneira como alguns moradores do bairro Espinheiros significam o Sambaqui Espinheiros II é um exemplo desse processo dinâmico e infinito de interpretação. Trazer à tona essas interpretações significa a possibilidade de romper com a homogeneidade que envolve usualmente os objetos do patrimônio.

Nas declarações de algumas de nossas entrevistadas, a compreensão do que significa o sambaqui passa principalmente pelo imaginário do Dilúvio bíblico. O Dilúvio, relatado no Velho Testamento, teria sido uma inundação extraordinária, um castigo imposto por Deus aos homens do tempo de Noé. Seguindo esse relato bíblico, Maria Maia e Nadil Batista são enfáticas em afirmar

¹¹⁴ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: História e Memória. 2 ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.

¹¹⁵ FERRARA, Lucrecia D’Alésio. Olhar periférico: informação, linguagem e percepção ambiental. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1993. p. 240

que o morro foi feito por Deus!¹¹⁶. Ou, de forma mais elaborada: *O casqueiro surgiu de Adão e Eva, do Dilúvio. É do tempo dos índios, tem muita coisa de valor para o patrimônio da União.*¹¹⁷

Essa interpretação de cunho religioso ao sítio arqueológico deve-se pela ligação dessa comunidade com a igreja católica. Entretanto, algumas entrevistadas acabam misturando o mito do Dilúvio com a existência de grupos indígenas no local. Para Maria Hubner, *a explicação que eu soube, depois que eu vim morar aqui, é que diz que tinha índios, daí deu um vendaval e levou tudo, soterrou tudo. Por isso não querem que a gente cave, porque tem muita coisa de valor.* Nessa mesma linha, segue Marlene Pereira: *dizem que é do tempo do Dilúvio. O mar se alvoreçou e ficou esses morros, e é mesmo, porque tem essas casquinhas de mar. Dizem que essas pessoas eram muito ricas, tinham muito ouro, então tem muito ouro enterrado ali junto com as pessoas.*

No imaginário de nossas entrevistadas, o interesse dos arqueólogos pelo sambaqui está relacionado à existência de algo muito mais valioso do que ossos enterrados nele; a presença de ouro justificaria tal interesse. Essa idéia de que havia ouro enterrado nos sambaquis, como mencionado no primeiro capítulo, remete ao início da colonização, quando já se especulava à respeito. Além disso, muito embora as entrevistadas tenham tido contato com a versão científica sobre a existência dos sambaquis, elas fazem questão de não abrir mão da explicação que lhes parece mais convincente, como ficou claro no depoimento de Marlene Narcisa: *eles falam que é dos índios, mas para mim, isso é do Dilúvio. Eu acho, porque eles falam que tem osso de baleia, isso e aquilo ... só pode ser porque, quem que ia enterrar tanta coisa, tanto osso aí? O pessoal do Museu diz que é dos índios que comiam e onde eles comiam eles iam amontoando todas as coisas, morriam eles enterravam ali, né?! Mas eu acho muito difícil, sei lá, a gente não sabe, né. Eles é que sabem, que estudam mais que a gente.*

A maneira como as diversas explicações sobre a origem de um mesmo objeto se contrapõem e se complementam tem relação com o uso das linguagens.

¹¹⁶ MAIA, Maria. Entrevista concedida ...

¹¹⁷ BATISTA, Nadil. Entrevista concedida ...

Conforme Célia Lucena, as linguagens são elementos socializadores da memória, “elas reduzem, unificam e aproximam no mesmo espaço histórico e cultural a imagem lembrada e a atual”.¹¹⁸ Isso quer dizer que as experiências humanas aninham-se na memória através de inúmeras formas de representação das quais lançamos mão e que rearranjamos conforme nossas necessidades interpretativas.

Em um contexto marcado por especulações diversas do que teria originado o Sambaqui Espinheiros II, algumas entrevistadas ainda permanecem com dúvidas do que realmente seja aquele monte conchas. *Uns falaram que aqui era o fundo do mar, que aqui era mar. Ficou aquela dúvida... era coisa de antigamente que eles falavam, de sambaqui, mas também eu nem sabia o que era.*¹¹⁹ . Para Verônica Daltina, *ninguém sabe dizer do que se formou aquilo ali. É tipo uma ilha, é quando o mar vem e bate ali e vai amontoando, amontoando...*

Em alguns casos, em função da aceleração da experiência histórica característica da vida na cidade moderna, perdemos os códigos e referências para a interpretação dos suportes materiais da memória coletiva, perdemos o enredo. Ou, em algumas situações, como a que estamos aqui considerando, deparamo-nos com enredos, códigos e referências que não conhecemos. Por outro lado, para além da experiência histórica acelerada da modernidade, uma questão a ser refletida é o quanto o discurso especializado acaba se sobrepondo e subjugando as demais explicações acerca dos fenômenos. O fato das pessoas mais idosas atribuírem um sentido mitológico ou religioso para o espaço em questão, implica na compreensão de que essa explicação nada mais é do que uma tentativa de tornar inteligível o que lhes parece complexo. Talvez essa tenha sido a forma mais eficaz de tornar visível o invisível, e é justamente aí que retomamos o pensamento de José Reginaldo Gonçalves, para quem o patrimônio serve, entre tantas outras coisas, para mediar a relação entre os seres humanos e o mundo

¹¹⁸ LUCENA, Célia. Linguagens da Memória. São Paulo: FDE. Diretoria de Projetos Especiais, 1991. p. 28

¹¹⁹ CARDOSO, Glória. Entrevista concedida...

místico, e tantas outras oposições e composições.¹²⁰ Somente quando a existência dessa relação entre as pessoas e os patrimônios for incorporada nos processos preservacionistas é que, de fato, estaremos dando espaço à fruição e à transitoriedade de que todo patrimônio necessita para sobreviver.

As explicações de nossas entrevistadas nos levam a refletir que o sambaqui, por se destacar na paisagem, solicita que as pessoas olhem para cima ao examiná-lo, e sugerem, “através de sua técnica de construção, ocupação singular do espaço e sentido de lugar”,¹²¹ que as coisas não estão no tempo, mas estão impregnadas de tempos.

Os sambaquis, por sua constituição inusitada, suscitam explicações e inferências simbólicas que relacionam mitos, lendas, sonhos e lembranças; enfim, aquilo que constitui o que chamamos de sentidos.

O Sambaqui Espinheiros II é um marco no cenário cultural da rotina daquela população. Conta uma história não verbal, recheada de imagens e que tem como significado, de acordo Freire, “o conjunto de valores, usos, hábitos, desejos e crenças que nutriram, através dos tempos, o cotidiano dos homens”.¹²² É isso que torna esse espaço um organismo vivo e mutante, e que abriga uma multiplicidade de relações sociais.

Para Jean Baudrillard, é através do apelo místico do objeto antigo que ele move o ser humano na busca de suas origens. A interpretação de vestígio do dilúvio para o Sambaqui Espinheiros II inscreve-se exatamente no movimento de busca de origens, uma vez que essa explicação remete à prova cabal, para aquelas pessoas, de que algo as originou e que aqueles vestígios estão ali para provar isso. O mesmo Baudrillard afirma que, “quanto mais velhos são os objetos, mais nos aproximam para uma era anterior, da ‘divindade’, da natureza, dos

¹²⁰ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

¹²¹ FREIRE, Cristina. Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: Annablume, 1997. p.119.

¹²² *Ibidem*, p. 202.

acontecimentos primitivos”.¹²³ Assim, os homens necessitam de um talismã, de um objeto fetichizado que simbolize uma transcendência interior e a partir do qual compreendam a organização do mundo ao seu redor. Essa compreensão do mundo, entretanto, leva em conta a posição que ocupamos no mundo social.

Acima, percorremos o mundo construído na consciência de algumas mulheres que vivenciaram a intervenção arqueológica ocorrida no bairro Espinheiros, em 1991 e 1992. Algumas delas foram diretamente atingidas pela intervenção, e suas posições no mundo, hoje, ditaram a compreensão do que havia sido aquele momento em suas vidas. Outras olharam, participaram e construíram suas compreensões acerca do mesmo acontecimento, o qual, todavia, marcou-lhes a memória de forma específica. Suas lembranças, de todas elas, nos ajudaram a ver, em parte, o mundo que viram. Mas outros olhares também acompanharam aquele momento.

No próximo capítulo, traremos ao nosso estudo o olhar de entrevistados que eram estudantes e que vivenciaram a pesquisa de campo e as atividades de educação patrimonial do MASJ. Se, por um lado, a leitura sobre o espaço difere entre o grupo de idosos e o de jovens, por outro lado, as noções de patrimônio, as angústias e as sugestões de preservação e de tratamento do sambaqui se complementam. A partir dessa percepção, sugerimos a prática de uma Arqueologia Pública e de políticas preservacionistas que apoiadas em práticas de educação patrimonial, poderão incorporar as leituras e anseios da população local.

¹²³ BAUDRILLARD, Jean. O Sistema dos Objetos. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. p.84.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARQUEOLOGIA PÚBLICA: UMA PERSPECTIVA DE ENVOLVIMENTO ENTRE PROFISSIONAIS DO PATRIMÔNIO E SOCIEDADE

O mais difícil mesmo é a arte de desler!
(Mário Quintana)

No segundo capítulo dessa dissertação, pudemos perceber como uma parcela da população atingida pelas ações do projeto Reurbanização e Preservação do Sambaqui Espinheiros II de Joinville: uma experiência educacional entendeu e se relacionou com a interferência ocorrida no bairro Espinheiros, entre 1991 e 1992. Ou seja, estamos encaminhando uma discussão que nos permita apreender o que as pessoas atingidas por aquele projeto retiveram daquele tipo de intervenção que visava a preservação de um patrimônio arqueológico. Pode-se dizer, portanto, que estamos em busca daquilo que José Reginaldo Santos Gonçalves denomina por ressonância, que é a possibilidade de um objeto do patrimônio extrapolar suas fronteiras formais, intercambiando múltiplas experiências com seus espectadores e interlocutores.

A importância de percebermos os significados daquela intervenção para a população atingida pelos deslocamentos de suas moradias e proibições que incidiram sobre a área daquele sambaqui está, justamente, na necessidade de avaliarmos a execução de ações preservacionistas, na medida em que procuramos mapear que tipos de estratégias são mais eficientes e capazes de envolver a sociedade na causa da preservação dos patrimônios culturais. Discute-se, assim, como mobilizar a sociedade para que esta se sinta incluída nas ações preservacionistas.

Nesse sentido, para o mapeamento de tal “ressonância”, trabalharemos com interlocutores que, na época da intervenção arqueológica, tinham entre 12 e 13 anos de idade, e participaram diretamente de ações de educação patrimonial. A questão que expusemos no capítulo anterior ainda permanece: que tipos de experiências traduzem o significado que os bens arqueológicos têm para as comunidades nos quais eles se situam?

Ainda que um dos principais objetivos do Projeto de Reurbanização e Preservação do Sambaqui Espinheiros II de Joinville: uma experiência educacional, tenha sido sensibilizar as pessoas atingidas pela intervenção no bairro Espinheiros, esperando que elas compreendessem o valor do patrimônio com o qual se relacionavam, vale questionar como as crianças que vivenciaram essa movimentação no bairro, entre 1991 e 1992, rememoram essa experiência. Interessa saber o que esses jovens lembram, sem perder de vista que a avaliação que realizam hoje parte de uma leitura carregada de outras vivências, que produzem a constante atualização e reelaboração de suas lembranças no presente. A intenção de registrar as memórias (o trabalho que a experiência faz sobre as lembranças, (re)organizando-as e comunicando-as) desses jovens adultos está na busca da ampliação do significado da “ressonância” nesse contexto.

A diversidade de experiências (de lembranças e memórias) com as quais trabalhamos, permite já uma reflexão inicial: enquanto os entrevistados que eram adultos quando vivenciaram a intervenção arqueológica no sítio Espinheiros II não possuíam e nem se identificavam com os códigos apresentados para a compreensão do patrimônio como documento de interesse científico e, por isso, acabaram lançando mão de explicações próprias para tornarem compreensível o que lhes parecia inteligível, os jovens que serão agora apresentados participaram de ações de educação patrimonial, que visavam, antes de tudo, construir uma mediação entre eles e o patrimônio.

Conforme pode ser acompanhado pela documentação do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, uma das atividades da intervenção efetuada naquela ocasião incidia diretamente sobre a questão da educação patrimonial como forma de sensibilização de uma parcela da população do bairro Espinheiros. Para tanto, foram realizadas ações que mobilizaram especificamente o público escolar, categoria à qual pertenciam os entrevistados que nos ajudam a desenvolver as questões com que nos ocuparemos agora.

A Educação Patrimonial é vista como um processo dialógico, de mediação, entre bens culturais e sociedade. Essa metodologia passou a ser utilizada, no Brasil, a partir de meados de 1980, após a realização de um

seminário ocorrido em Petrópolis (RJ), no Museu Imperial, sobre o uso educacional dos museus e monumentos¹²⁴. Em linhas gerais, a finalidade da educação patrimonial é promover uma utilização qualitativa e criativa dos bens patrimoniais e, para tal, coloca algumas questões necessárias e bastante pertinentes ao presente estudo: como preservar, para que preservar, para quem preservar?

As respostas a essas questões estão sendo continuamente reformuladas. No entanto, conforme Maria de Lourdes Horta,

A metodologia que propomos para a educação patrimonial, em suas diferentes etapas, pretende capacitar o aprendiz a dominar as técnicas e habilidades do historiador, ou do arqueólogo, ou do crítico de arte [...]; exercitar sua capacidade de trabalhar a partir de evidências, dos vestígios e fragmentos, da matéria perceptível, e, a partir daí, formular perguntas, propor hipóteses, comparar dados, deduzir, investigar, para finalmente elaborar sua própria interpretação da realidade analisada.¹²⁵

Ou seja, a possibilidade de virar as coisas do avesso é o grande desafio proposto pela educação patrimonial, que provoca o indivíduo a se colocar no lugar do outro e a perceber histórias que até então ignorava¹²⁶. Para isso, deve-se trabalhar de maneira a proporcionar condições para a constante reinvenção da existência das coisas no mundo e para a compreensão dos conflitos existentes entre os diferentes modos de ver esse mesmo mundo. Se os objetos do patrimônio são o resultado de relações de disputas econômicas, políticas e simbólicas, o papel da educação patrimonial é, portanto, o de provocar a emergência da percepção em cada indivíduo do seu papel e do seu lugar na questão da preservação patrimonial.

¹²⁴ Sobre esse tema ver HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Educação Patrimonial. Comunicação apresentada na Conferência Latino-Americana sobre a preservação do Patrimônio Cultural. s.l. 1991. TAMANINI, Elizabete. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville: um olhar necessário. Dissertação de Mestrado. Unicamp. 1994. É importante destacar que ações educativas em museus já aconteciam antes da sistematização dessa metodologia.

¹²⁵ HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Lições das coisas: o enigma e o desafio da educação patrimonial. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 31. 2005. p. 228.

¹²⁶ *Ibidem*, p. 224

Educação Patrimonial: um laboratório de sensibilidades

Conforme documentação referente à intervenção promovida pelo Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, no bairro Espinheiros, na década de 1990, a equipe de educação patrimonial daquela instituição articulou diversas ações com a Escola Municipal José Antonio Navarro Lins, a fim de envolver o público escolar em distintas etapas do processo de recuperação e preservação da área em que se situava o sambaqui.¹²⁷

Na época em que tais ações foram realizadas, Edson Casarim estava cursando a 7ª série da Escola Municipal José Antônio Navarro Lins. O jovem chegara de Goiás, e seu pai era um trabalhador da construção civil.¹²⁸ Quando perguntado sobre os trabalhos arqueológicos ocorridos no bairro, Edson Casarim abriu um sorriso, antes de começar a relatar as suas experiências.

Logo no início do relato, recordou o momento em que teve seu primeiro contato com os trabalhos de campo e com a equipe de educação patrimonial do MASJ. Quando começou a frequentar a área, os trabalhos já haviam começado: *o que eu me lembro um pouco, é que ainda tinham algumas casas bem lá em cima, que a Prefeitura pediu para desmanchar e tirar. Antes de começar, eles levavam a gente para visitar (o museu), até para conhecer o que ia achar ali. Lembro que tinha um arquivo cheio de caixas com um monte de ossos*¹²⁹. Nessas palavras, percebemos que os trabalhos de campo e todo o universo desconhecido que os envolveu provocou uma forte impressão em Edson.

Ao ser instado a pronunciar-se sobre o motivo pelo qual os alunos da escola foram envolvidos nos trabalhos de intervenção do MASJ, o entrevistado, mostrando algumas fotos tiradas pelo seu pai, afirmou que a intervenção ocorreu *pela questão do valor que tinha aquele sambaqui. Como dá para ver, tem umas placas contando a história do lugar e do sambaqui em si.*

¹²⁷ A equipe de educação do MASJ foi coordenada pela educadora Elizabete Tamanini.

¹²⁸ CASARIM, Edson. *Entrevista*. Joinville, 04 de outubro de 2006. 1 fita, 45 min.

¹²⁹ O entrevistado faz referência à reserva técnica do Museu.

A partir dessa declaração, Edson passou a relatar, com certo orgulho, a sua participação nas atividades de Educação Patrimonial. Sempre apoiado em fotografias, como se fosse necessário comprovar que realmente esteve lá e participou de tudo, destacou: *ainda hoje, falo para alguns parentes de longe que trabalhei ali e fiz isso, isso e isso*, referindo-se às fotografias reproduzidas abaixo.



Figura 15 - Edson Casarim na área arqueológica.
Fonte: Acervo pessoal de Edson Casarim.



Figura 16 - Edson Casarim de camiseta branca participando da escavação.
Fonte: Acervo pessoal de Edson Casarim.

Com as fotos em mãos, Edson explicou como funcionava a dinâmica do trabalho de campo: *isso aqui era no que vinha o material lá de cima do morro. Foi uma idéia legal essa corda; era um balde que descia correndo, e o material era jogado ali. Tinha esse chuveiro com água aqui, e era lavado para achar algum osso. Achava bastante vértebra de peixe e coisas assim.*



Figura 17 - Edson Casarim peneirando material arqueológico.
Fonte: Acervo pessoal de Edson Casarim.

A gente ficava assim, olhando, e dizia: que legal isso aqui! Realmente, tinha aquilo! Era tudo medido, tudo catalogado. Era feita uma planta num papel, assim, tudo na escala, certinho, e todo um cuidado com pincel e espátula.

Para Edson, o que mais lhe seduziu em todo o processo foram as peculiaridades e técnicas que estão por trás de uma pesquisa arqueológica. Nesse aspecto, é interessante destacarmos que o seu envolvimento nas etapas de campo permitiram um estreitamento de relações com o universo da pesquisa científica, sempre tão distante, restrita e enclausurada. De certo modo, o relato de Edson demonstra que essa estratégia da educação patrimonial de aproximação através do envolvimento nas diversas atividades de campo, pode assegurar o

envolvimento dos grupos sociais com a preservação dos patrimônios culturais. O trabalho de educação patrimonial, quando dirigido ao público infanto-juvenil, tem justamente a função de formar um público provido dos códigos necessários à interpretação do patrimônio arqueológico, principalmente, mas não exclusivamente, pela sua perspectiva científica.

Em função de suas lembranças, Edson reclama a continuidade e de uma maior e mais efetiva presença da educação patrimonial nas escolas: *É, você pensa diferente, porque, hoje em dia, não tem disso nessas escolas, nessa parte de pesquisa. O que tem mais, hoje, são passeios. Mas, trabalhar, assim, é uma coisa interessante. Pena que não continuou, porque a curiosidade era grande, de ver um morro desse tamanho. Cada vez que eles iam abaixando mais, dava para ver realmente o que tinha ali em baixo! E a gente nunca mais mexeu com isso, nunca mais ouviu falar disso, e o que sobrou foi um pouco das lembranças e essas fotos!*



Figura 18 - Edson Casarim com sua irmã e parte da equipe de pesquisa.
Fonte: Acervo pessoal de Edson Casarim.

A decepção de Edson em relação à falta de continuidade de ações do tipo que ele vivenciou, bem como a crítica à falta de iniciativa em pesquisas

arqueológicas envolvendo escolares, demonstra uma avaliação pautada naquela experiência de 1992. A partir dela, Edson percebeu que, de certa forma, aquele espaço possuía um sentido: o sambaqui tornou-se testemunho não só da história dos Sambaquianos, como de um momento de sua história pessoal. Ao identificarmos a presença dessa ressonância nas declarações de Edson, podemos apontar para a efetividade de uma ação de preservação que, assentada em atividades de educação patrimonial, permitiu aliar o sentido de uma vida particular aos significados de um patrimônio cultural.

Edson fez curso universitário, casou-se e atualmente mora um pouco distante do Sambaqui Espinheiros II. Não sabe das condições atuais da área onde passou parte de sua infância, mas avalia que, para a preservação desse tipo de patrimônio, é necessário *incentivar, levar o pessoal lá para conhecer a história daqui, porque é uma parte da história que não é só de Joinville, mas de toda Santa Catarina*.

Rosane Garcia, filha de metalúrgico, teve uma experiência um pouco diferente da de Edson. Ela não participou diretamente das atividades de campo na área do sambaqui, e suas recordações estão pautadas em uma visita feita àquele local e outra ao MASJ, com sua turma da 6ª série da Escola Municipal José Antônio Navarro Lins. Rosane parou os estudos no ano seguinte às visitas, por problemas médicos, e não retornou mais.¹³⁰ Da visita ao sítio arqueológico, ela recorda: *nós vimos eles mexendo, eles faziam demarcação com tiras e com madeiras. Daí, eles escavavam com umas pazinhas, retiravam as coisas e mostravam para nós. O que eu achei mais interessante é que eles (os Sambaquianos) comiam bastante marisco, e de tanto eles comerem formou aquele morro; daí, quando eles morriam enterravam os entes queridos deles ali também!* Conforme se recorda, os trabalhos arqueológicos foram realizados *para saber da vida dos homens que moravam ali, do que eles se alimentavam, como eram os utensílios que eles usavam, como era a vida deles*.

Depois da visita à área, Rosane foi ao MASJ com seus colegas de escola, onde se deparou com artefatos provenientes de outros sambaquis, semelhantes

¹³⁰ GARCIA, Rosane. Entrevista. Joinville, 21 de fevereiro de 2006. 1 fita, 45 min.

aos que ela já havia visto. *Aquilo me marcou, eu nunca esqueci! Porque, através deles (dos Sambaquianos) a gente descobre como que era a vida dos homens de antigamente. É o nosso passado, né, eles são nossos parentes!* Ao dar um tratamento familiar (“nosso passado”, “nossos parentes”) aos vestígios arqueológicos, é interessante observar que a jovem, em seguida, construiu alguns paralelos entre a sociedade atual e a dos Sambaquianos: *o que mais me chamou a atenção foram os ossos do homem pré-histórico, porque era tudo grande, não é como os nossos, hoje em dia. E os dentes, apesar de naquele tempo eles não escovarem os dentes, os dentes deles ficavam intactos, não tinham cáries. Eu gostei de ter participado, porque eu fiquei sabendo!*

Essas declarações mostram o quanto esse processo que alia visita de campo ao museu, ou o museu à visita de campo, auxilia na decodificação da origem, função e significado do que é exposto no espaço do museu. Em larga medida, a partir das declarações de Rosane, percebe-se que o denominado fato museal, ou seja, as interfaces que se estabelecem entre o sujeito e os objetos do patrimônio, seja dentro ou fora do espaço formal do museu, sofre um processo de apropriação mais efetivo pelo sujeito. Quer dizer, na maioria das vezes, apenas a visita a uma exposição de museu não cumpre sozinha o papel de conduzir a uma reflexão sobre a seleção discursiva do que ali se encontra exposto. Tampouco permite a compreensão de como os grupos e categorias sociais são pensados, pois, conforme José Reginaldo Santos Gonçalves,

Percorrendo o circuito das exposições, somos levados a esquecer todo o processo de produção de cada um dos materiais expostos, a história de cada um deles, como chegaram ao museu, assim como todo o trabalho necessário à sua aquisição, classificação, preservação e exibição naquele espaço. Os agentes e as relações que tornam possíveis esses processos ficam na penumbra, em favor do enquadramento institucional dos objetos numa determinada exposição.¹³¹

A experiência de Rosane, marcada pela visita ao sítio arqueológico, está relacionada a uma importante faceta da educação patrimonial: a união do trabalho *in situ* com a vivência no espaço institucionalizado que é o museu. Dessa forma, é possível avaliar que a relevância dos espaços de memória, como

¹³¹ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os Museus e a Representação no Brasil. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 31. 2005. pp. 255-271.

os museus, e parte dos motivos para a preservação dos bens patrimoniais tornam-se mais compreensíveis para o público em geral. Ao contrário de Edson, Rosane permanece na mesma casa onde passou a infância, entretanto não frequenta mais o sítio por considerá-lo um lugar marginalizado e até mesmo perigoso. Nas palavras de Rosane, *o do Espinheiros e o do Comasa (sambaquis) estão muito desprezados, está tudo cheio de mato, não roçaram mais. Eles deviam roçar de novo, fazer cerca de novo, porque as cercas estão arrombadas e os maconheiros acabam com tudo. Eles deviam fazer cerca nova e deveria ter um guarda. Eu acho que todos os casqueiros deviam ter um guarda para cuidar porque daí ia preservar!*

Além de Edson Casarim e Rosane Garcia, Ivan Correa também esteve envolvido com os trabalhos realizados pelo MASJ no bairro Espinheiros. Em 1992, Ivan Correa cursava a 4ª série da Escola Municipal José Antonio Navarro Lins. Filho de agricultores, sua família veio da cidade de Penha, no litoral de Santa Catarina, e seu pai, quando chegou a Joinville, em 1976, foi trabalhar na metalurgia.¹³²

Ivan conta que guarda três imagens da escola: a primeira, diz respeito ao período da pesquisa arqueológica; a segunda, refere-se a uma homenagem que recebeu em reconhecimento pelo seu esforço como aluno; a terceira imagem foi a de um curso que fez com uma artista plástica na escola, quando confeccionaram máscaras sobre o período pré-histórico. Em relação à pesquisa arqueológica, ele destacou, inicialmente, que *o período das escavações do sambaqui marcou bastante o meu cotidiano, tanto que até as minhas brincadeiras se alteraram. Eu comecei a fazer arquinhos, pedras, fazíamos casas em cima das árvores e tentávamos fazer fogo! Brincávamos de sambaquianos.*

A rememoração das brincadeiras de criança sofre a avaliação do, hoje, adulto: *Foi uma coisa interessante, porque o que eu acho que era bacana é que estimulava, primeiro, a criatividade de você tentar lembrar os instrumentos e tentar fazer igual; depois, a habilidade manual de poder estar mexendo em alguma coisa que é natural, como o tronco de uma árvore, um cipó, uma pedra.*

¹³² CORREA, Ivan. Entrevista. Joinville, 15 de maio de 2006. 1 fita, 45min.

O distanciamento o faz refletir sobre a diferença entre a sociedade atual e a sociedade dos sambaquianos: *A gente chegou à conclusão de que nós tínhamos instrumentos assim, faca e tal, e era difícil para caramba fazer as coisas; eu imagino os caras, naquela época, fazer todos aqueles instrumentos, polir aquelas pedras, fazer fogo ...*

As brincadeiras de infância marcam sua apreciação da intervenção promovida pelo MASJ, e, a partir de suas declarações, percebe-se que as relações afetivas, construídas principalmente na infância, possibilitam o estabelecimento de um elo que muito dificilmente se dissolve. Mesmo com o passar dos anos, as experiências daquela época têm lugar assegurado na memória, a despeito de outras lembranças e esquecimentos.

As afirmações de Ivan demonstram o que Horta afirma em relação às estratégias de apropriação patrimonial, que devem possibilitar às pessoas a percepção, a decodificação e a identificação com as relações históricas, sociais e culturais contidas em cada objeto, em cada artefato,

em cada expressão cultural que preservamos em nossos museus ou fora deles, como referências para o presente e para o futuro. Imergir no drama do *tempo anterior*, ouvir as vozes de seus atores, colocar-se em suas peles e ossos, sentir suas alegrias e perceber suas angústias, seus temores e fracassos, é um exercício mental e emocional que pode fazer descobrir o quanto fazemos parte dessa história, de que modo ela se repete, e como poderíamos imaginar seus próximos capítulos.¹³³

Em relação ao bairro e ao cenário da pesquisa, Ivan fez considerações interessantes. Embora morasse no bairro Espinheiros, sua casa ficava bem afastada da área da pesquisa arqueológica, e isso, de certa forma, fazia com ele se sentisse fora do lugar. Ele recorda que *os alunos da Navarro Lins eram mais da Vila Paranaense, que hoje é um bairro como outro qualquer, mas na época, não. Na época, era como se fosse um quilombo, onde as pessoas que vinham do Paraná se instalavam. Lembra ainda que aquele era um bairro muito perigoso, e as pessoas eram um pouco agressivas ali, naquele meio, e as crianças da minha idade também*. Esse ambiente, então, obrigou-o a estratégias de convivência, as quais levaram-no a presenciar as atividades realizadas na área: *eu não ia*

¹³³ HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Lições das coisas: o enigma e o desafio da educação patrimonial. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 31. 2005. p 224.

freqüentemente lá, mas como tinha amigos em comum, que eram do bairro, eu acabava indo, e então participei de alguns momentos da escavação.

Convidado a falar de sua participação nas atividades, Ivan não descreve o que fazia em campo, preferindo construir uma análise sobre o que ocorreu: *existia uma referência muito legal, que eu acho que marcou, porque depois a gente percebe que quando o conhecimento é socializado, compartilhado com as pessoas ele se torna realmente conhecimento, parece que é isso, e quando o conhecimento não é compartilhado não é conhecimento.* As lembranças em torno das brincadeiras desaparecem para darem lugar para uma avaliação distanciada e fria: *naquela época, acho que marcou muito isso, porque num ambiente super ríspido, de crianças super revoltadas, de repente abriu um aspecto de conhecimento que ninguém, no mínimo, sonhava. Por que para a gente aquilo era um não sei quê, um morro, simplesmente um morro que a gente subia para brincar! Então, depois da escavação, a gente começou a ter um outro olhar, um olhar mais especializado eu acho.*

Esse último aspecto relatado por Ivan, e que pode ser estendido às experiências de Edson e Rosane, demonstra a importância de retomarmos a questão dos códigos de compreensão de um determinado objeto cultural. Considerando que existe uma decodificação a ser feita sobre as formas de discursos utilizadas para a comunicação dos objetos culturais, os resultados das ações de educação patrimonial demonstram que é preciso que as instituições exponham seus motivos para a preservação de um determinado bem sem desconsiderar outros motivos possíveis. Ou seja, a produção discursiva sobre os objetos do patrimônio, cujos códigos são, na maioria das vezes, desconhecidos ou desconsiderados pelas instituições preservacionistas, como é o caso dos sentidos atribuídos pelo grupo de entrevistadas apresentadas no segundo capítulo, deve conviver com ações que promovam o intercâmbio desses saberes. Assim, a partir do momento em que os objetos da memória são considerados signos que embasam saberes, sentidos e significados, é fundamental conhecermos a produção desses diferentes códigos culturais.

Em relação a essas formas diversas de interpretação dos signos, algumas declarações de Ivan são bastante pertinentes: *Todo mundo só falava naquilo lá, o ambiente da escola se transformou, as conversas nas rodinhas eram aquilo, sobre a escavação. Eram discussões sobre o macaco e brincadeiras referentes a esse tema. O que mais marcou foi saber que naquele lugar tinha restos de pessoas humanas, isso fez com que a gente dissesse que não era uma coisa qualquer. É um choque cultural, você é católico, você é cristão, todos nós éramos, de repente você chega em casa e diz: 'Ah, não! nós viemos do macaco!' Pensa! A minha mãe era evangélica, e surgia esse debate em casa. Houve uma evolução e tal ... 'Que evolução que nada! O homem veio de Adão e Eva, foi criado por Deus!' Esse tema também foi muito à flor da pele.*

O conflito vivenciado por Ivan com sua mãe, em função da explicação para a origem do sambaqui, não nos é estranho, visto que alguns depoimentos apresentados no segundo capítulo retratam também essa questão. Esse conflito de interpretações sobre um determinado evento ou artefato remete para a idéia de que a construção e preservação de um bem passa – como viemos tratando até aqui – pela possibilidade de superposição de usos e sentidos, dependendo da posição que ocupamos em determinado momento.

A partir das experiências vivenciadas pelos entrevistados apresentados acima, percebemos a criação e descoberta de um outro espaço, proporcionado pelo contato com o novo. Ou seja, daquele espaço conhecido e por vezes marginalizado foi possível surgir um outro espaço, com uma outra dimensão temporal, “porque o homem é capaz de fazer brotar uma idéia de outra por uma espécie de sugestão, a que se dá o nome de inferência”.¹³⁴

Esse processo de inferência, destacado por Lucrecia Ferrara, caracteriza a linguagem, que é o meio por intermédio do qual o patrimônio – os agentes encarregados de sua proteção - e a sociedade necessitam para estabelecer uma comunicação efetiva. Contudo, na maioria das vezes, nos contextos institucionais tradicionais, o texto do patrimônio é envolto em uma crosta de significados que o

¹³⁴ FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. *Olhar Periférico: Informação, Linguagem, Percepção Ambiental*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1993. p. 171

cristaliza e o imobiliza, impedindo o movimento recíproco entre ele e a sociedade, de releitura e ressignificação. Assim, o que as declarações transcritas acima indicam, é que se torna necessário defender a acessibilidade aos códigos e à informação, para que ocorra o intercâmbio e a apropriação imprescindíveis à comunicação, tanto para a leitura quanto para a escrita desse texto – o patrimônio – que possui um conteúdo tanto individual quanto coletivo.

As experiências de Edson Casarim, Rosane Garcia e Ivan Correa ilustram bem o tipo de relação que se pode construir entre o público, principalmente o infanto-juvenil, e o patrimônio, na medida em que este é envolvido nas diversas etapas que englobam o processo de conservação e preservação dos bens patrimoniais. A partir de seus depoimentos, podemos perceber o quanto o envolvimento na prática de campo, principalmente, possibilitou uma experiência rica e significativa para os que dela participaram.

A fim de aprofundarmos a questão com a qual estamos trabalhando, e vislumbrarmos com maior nitidez as possibilidades de aproximação entre o público leigo e as questões relativas à preservação patrimonial, é válido trazermos às nossas discussões a questão da Arqueologia Pública. Aliada às práticas e aos princípios da educação patrimonial, ela pode realizar uma grande transformação nesse cenário de distanciamento entre a maior parte da sociedade e seus bens culturais.

Para além das trincheiras: Arqueologia Pública e Educação Patrimonial

A partir da crítica realizada sobre a prática arqueológica, na década de 1970, uma série de transformações vai levar os profissionais da área a valorizarem, além dos sítios arqueológicos, as suas relações com a sociedade. Conforme Solange Schiavetto, a partir de então, estabeleceu-se um consenso em torno de uma concepção que defende

que a arqueologia propõe um estudo do homem em sociedade. Esse estudo é realizado por meio da análise de um conjunto de fatores que não se restringe à cultura material

(artefatos), mas, sim, inclui o estudo do contexto no qual a matéria é apropriada pelo homem.¹³⁵

Nesse sentido, e partindo do entendimento de que toda a intervenção arqueológica deve ir muito mais além de uma mera ação descritiva, que procura classificar os grupos em função das características de seus artefatos, é que a arqueologia pós-processual propõe um olhar mais atento para aquilo que está por detrás da produção material humana. Para Pedro Funari, “a arqueologia pós-processual ou contextual introduziu, de forma explícita, a dimensão política da disciplina, sua importância na luta dos povos pelo seu próprio passado e por seus direitos”¹³⁶. Ainda conforme Funari, a partir de 1990, “esse engajamento levou a um crescente dinamismo da chamada Arqueologia Pública (*public archaeology*), entendida como toda a pletora de implicações públicas da disciplina, do cuidado pelo patrimônio aos direitos humanos.”¹³⁷

Mesmo não se auto-denominando como uma ação no campo da arqueologia pública, vimos que o Projeto Reurbanização e Preservação do Sambaqui Espinheiros II de Joinville: uma experiência educacional preconizou uma ação arqueológica-educativa, pautada nos princípios da educação patrimonial. Com essa característica, aquele projeto defendia o envolvimento da população local em todas as etapas possíveis do salvamento arqueológico, a fim de promover um debate mais amplo sobre os significados daquele sambaqui para os diversos grupos e temporalidades a ele relacionados.

Nesse sentido, em artigo sobre a utilização dos recursos arqueológicos como suportes das memórias nas cidades, a arqueóloga Lúcia Juliani aponta para a necessidade de se considerar “a arqueologia como ferramenta política que auxilie os municípios a lidar com os conflitos sociais”. Para a efetividade dessa proposta, ela deve ser trabalhada no sentido de “desenvolver ações que subsidiem políticas municipais, programas de gestão local, divulgação e fruição e

¹³⁵ SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira. A arqueologia Guarani: construção e desconstrução da identidade indígena. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003. p. 25

¹³⁶ FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. Dossiê Arqueologias Brasileiras, v. 6, n. 13, dez. 2004/jan.2005. <http://www.seol.com.br/mneme>

¹³⁷ *Ibidem* p. 2.

envolvimento público no desenvolvimento de senso de responsabilidade e identidade”.¹³⁸

Uma das estratégias para este fim é desenvolver a compreensão junto à sociedade e aos órgãos de administração pública de que a arqueologia é parte constitutiva da dinâmica de uma cidade. Ou seja, assim como existem obras na área de saneamento, pavimentação e construção civil, existem também, nessa dinâmica, ações arqueológicas. Entretanto, para a efetivação dessa consciência é necessário, primeiramente, existir uma interface política entre os órgãos gestores das cidades e os órgãos responsáveis pela preservação patrimonial.

O potencial arqueológico de uma cidade ou região deve ser entendido e defendido pela coletividade dos que gerenciam os serviços públicos, nos níveis federal, estadual e municipal. Só então as ações de educação patrimonial e as intervenções arqueológicas deixarão de ser vistas como “perfumaria” ou como entraves ao desenvolvimento e ao progresso. Aliás, como alerta Schiavetto, a

interação ensino/pesquisa, presente em um número cada vez maior de trabalhos arqueológicos pode nos indicar um caminho para que os saberes locais, tendo a cultura material como instrumento de ensino, abranjam cada vez mais a vida em sociedade desses *outros*, que, de forma geral, permanecem a margem.¹³⁹

Destacamos ainda que a arqueologia pública, aliada à educação patrimonial, pode ser uma ferramenta de luta pela conquista da cidadania. Não uma cidadania tutelada pelo Estado, mas uma cidadania construída a partir de uma organização coletiva, na qual os grupos sejam ouvidos e considerados em relação ao que para eles é importante em termos de identidade, organização política, educação e intervenção na realidade.¹⁴⁰

É justamente no exercício da cidadania que nossos entrevistados reivindicam e questionam o porquê do encerramento das atividades de campo na área do Sambaqui Espinheiros II. Muitos deles criaram expectativas em relação a

¹³⁸ JULIANI, Lúcia Cardoso de Oliveira. Os recursos arqueológicos como suportes à memória das cidades. IN: ORTIZ, Vitor; POSSAMAI, Zita Rosane. (orgs.) Cidade e Memória na globalização. Porto Alegre: Unidade editorial da Secretaria Municipal de Cultura, 2002. p. 67

¹³⁹ SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira. 2003.p. 62.

¹⁴⁰ Para esse debate ver DEMO, Pedro. Cidadania e desenvolvimento humano. Universidade e sociedade. São Paulo, 1997.

possíveis melhorias para o bairro, a partir do interesse daquele grupo que lá circulou e propagou a importância do patrimônio arqueológico. Para a maioria de nossos entrevistados, principalmente o grupo de mulheres apresentadas no segundo capítulo, as reivindicações em relação ao sambaqui Espinheiros II estão relacionadas ao estado de abandono em que este se encontra. Essa situação de abandono caracteriza-se pelo acúmulo de lixo no local, proliferação de doenças transmitidas por ratos e caramujos e pela utilização do local como ponto de venda e consumo de drogas e esconderijo de furtos. Em relação a esse tipo de situação, Cristina Freire destaca:

Se a definição de patrimônio é algo extremamente complicado, atualmente, sua categoria pública não é menos problemática. Como sabemos não basta declarar público um patrimônio para garantir os efeitos de seu valor social. Para comprovar essa observação, basta olhar ao nosso redor e constatar o estado de abandono e degradação de certos objetos do acervo de bens comuns.¹⁴¹

São questões como essas que vêm perturbando a população circunvizinha ao Casqueiro, desde o processo de sua desocupação e salvamento entre 1991 e 1992. A moradora Marlene Narcisa, por exemplo, reclama: *Aquele pedaço está ali, assim, o pessoal joga lixo, joga tudo ali. Porque podia ser arrumado, bem arrumadinho, e fazer uma área de lazer para as crianças, porque está ali sem fazer nada. Está certo que seja patrimônio, que não possa mexer, mas em baixo, onde não tem mais morro, podia fazer alguma coisa, né?* Como já mencionamos, essa moradora é mãe adotiva de 35 crianças, das quais 19 ainda permanecem com ela. Assim, seu interesse na melhoria do espaço está voltado para a solução de um antigo problema do bairro: a falta de um local adequado para as crianças brincarem.

¹⁴¹ FREIRE, Cristina. Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: SESC: Annablume, 1997. p. 161



Figura 19 - Espaço do sambaqui sendo utilizado como campo de futebol.
Fonte: Acervo MASJ.

Diante do abandono do sambaqui, Marlene Narcisa acabou por deixar suas crianças brincarem no local, além de guardar a sua lenha no referido espaço. *Nós colocamos lenha lá, porque a gente não tem espaço para pôr; então, nós deixamos a lenha ali. Acho que a lenha não prejudica ninguém, não afeta em nada, porque o pior de tudo aqui, é quando tem pessoas bebendo.*



Figura 20 - Madeiras depositadas na área arqueológica.
Fonte: Acervo MASJ.

Para Ferrara, as cidades, e conseqüentemente seus espaços, são uma “mensagem à procura de significado que se atualiza em uso”, e a seleção desse uso “é o instrumento de que lança mão o usuário para explicitar o significado dos

elementos que povoam seu ambiente.”¹⁴² Em função desse uso, o sambaqui guardou um significado de ponto de referência para Marlene Narcisa e sua família, e enquanto houver um significado positivo associado ao sítio arqueológico haverá a possibilidade de recuperação do mesmo, com a participação e apoio da população local.

Outras entrevistadas, como Marlene Arino Pereira e Claudete Terezinha Matei Schon, idealizam o espaço do sítio arqueológico de forma que este pudesse vir a ser um atrativo para o bairro. Marlene Pereira idealiza: *Ia ficar muito lindo ali em cima, bem cuidado, fazer tipo de um jardim lá, porque daí as pessoas viriam lá do centro, podiam subir, tem uma paz lá em cima ... e complementa, dava para ganhar dinheiro de montão ali, se colocasse um guardinha para cuidar, cercar, fazer um parquinho ou uma lanchonete. Tem uma vista linda, tu vais lá em cima e vê o mar, é coisa mais linda. Se tivesse isso vinha todo mundo lá do centro para cá. Imagina quanto não ganha?!* Nessa mesma perspectiva turística, Claudete Schon também opina que o local deveria ser melhor aproveitado, *porque tem muito turista que vem aí olhar. Eu já tirei muitas fotos aí em cima, cada vez que vêm meus parentes de algum lugar, a gente já leva lá para mostrar. E as crianças do colégio vêm fazer pesquisa. Jogar lixo lá em cima é uma coisa que estraga o meio ambiente e eu acho que não deviam fazer. Mas o pessoal não se preocupa, porque se tivessem alguma preocupação de preservar, acho que não estava essa sujeira!*, afirma, passando a responsabilidade para o poder público. Na perspectiva dessas duas entrevistadas, uma solução para o espaço seria transformá-lo em atrativo turístico.¹⁴³

Para Cristina Freire, uma das medidas para alcançar a preservação dos patrimônios é “reconhecer um valor positivo e desenhar, a partir dele, um projeto de ação para o futuro que possibilite um referencial para a conduta no

¹⁴² FERRARA, Lucrecia D’Alesio. Ver a cidade: cidade, imagem, leitura. São Paulo: Nobel, 1988. p. 40.

¹⁴³ Embora haja uma crítica a um tipo de turismo predatório, que descaracteriza os espaços e o cotidiano das populações locais, promovendo uma exclusão social e econômica, existe, sem dúvida, a possibilidade de adaptar espaços com a finalidade de preservá-los.

presente”.¹⁴⁴ Em relação ao Sambaqui Espinheiros II, percebemos que a população local reconhece esse “valor positivo”, seja entre o grupo de moradores mais antigos do bairro, seja entre os mais jovens. Ainda que exista a leitura de alguns aspectos negativos em função do abandono do local, seus moradores vislumbram a perspectiva de mudança e de valorização do próprio bairro em função da existência desse patrimônio.

Nesse sentido, é possível o estabelecimento de uma interface entre ações de arqueologia pública, educação patrimonial e de um tratamento turístico adequado para as áreas de patrimônio, de forma que, em conjunto, possam fomentar o uso continuado, orientado e sustentável desses espaços.

Já apontamos diversas vezes que o patrimônio não é e nem deve ser tratado como algo estático, congelado no tempo e no espaço. Antes, todos os patrimônios devem ser tratados como espaços vivos e passíveis de adaptações em função da dinâmica social que os cerca. Em busca de soluções diversas para a fruição dos bens patrimoniais, a própria Museologia também tem envidado esforços com a finalidade de estabelecer sistemas de comunicação para espaços a céu aberto, como é o caso do Sambaqui Espinheiros II.

A possibilidade de desenvolver um projeto de arqueologia pública, compromissado com o desenvolvimento socioeconômico das populações locais pode ser considerada como uma forma mais adequada de viabilizar a preservação dos sítios arqueológicos e de valorizar a localidade. Esse projeto, para garantir sua efetividade, poderá ainda estar associado a um tipo de comunicação e a um turismo comprometido com a conservação dos recursos naturais e culturais.¹⁴⁵

Para Juliani, essa perspectiva de trabalho poderá dotar os sítios arqueológicos de significância pública.

A discussão de significância pública de sítios arqueológicos inclui as possibilidades de seu uso na educação sobre os padrões de comportamento no passado, sobre a maneira como eles podem ser estudados e sobre os benefícios derivados para o público no

¹⁴⁴ FREIRE, Cristina. Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: SESC. Annablume, 1997. p 202.

¹⁴⁵ Para esse debate ver IRVING, Marta Azevedo. Turismo: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002, pp. 93-111.

estudo e conservação de recursos arqueológicos. O objetivo é fazer a arqueologia tanto pública como publicamente relevante.¹⁴⁶

Então, quando nossos entrevistados, independentemente de faixa etária, sugerem melhorias para o Sambaqui Espinheiros II, como valorização da área como espaço de estudo, lazer, cultura e turismo, o que a população local está propondo nada mais é do que a realização, de fato, do sentido de significância pública a que se refere Juliani.

Os depoimentos de nossos entrevistados, principalmente os moradores mais antigos da localidade, estão marcados pela observação de que “o bairro melhorou muito nos últimos anos”, com a ressalva do estado de conservação do casqueiro, que por conta do abandono agrega aos seus significados atributos de local de sujeira, doenças, tráfico de drogas e furto. Apesar de toda essa situação que desconfigura a função que o patrimônio deve ter para a sociedade, a população local não fala em destruí-lo ou eliminá-lo, mas antes em tratá-lo a fim de que as melhorias se revertam em qualidade de vida, principalmente para a população circunvizinha a ele.

Considerando as críticas e sugestões dos moradores em relação ao espaço do Sambaqui Espinheiros II, para o tratamento e redimensionamento da questão patrimonial, constata-se a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas continuadas. Inclusive, algumas experiências apontam para um tipo de proposta de musealização aliada a um uso turístico que contempla a um só tempo, as várias vozes da população local, narrativas, tempos e motivos na construção de um discurso construído coletivamente.¹⁴⁷

A par dessas considerações, torna-se necessário trazer ao debate algumas reflexões de Nestor Canclini sobre a apropriação dos patrimônios culturais pela sociedade e pelos poderes públicos. Para ele, as ações que incidem sobre o

¹⁴⁶ JULIANI, Lúcia de Jesus Cardoso de Oliveira. Gestão arqueológica em metrópoles: uma proposta para São Paulo. Dissertação de mestrado. USP: São Paulo, 1996, p. 17.

¹⁴⁷ Consultar MURTA, Stela Maris. Descobrimos a História: a interpretação do Museu Aberto do Descobrimento. In: MURTA, Stela Maris. Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2002.

patrimônio estão atravessadas pela interferência de três tipos de agentes: o setor privado, o Estado e os movimentos sociais.¹⁴⁸

Nesse sentido, é necessário refletirmos acerca da grande lacuna existente entre o que é prioritário para o poder público e as comunidades locais afetadas por ações de preservação de patrimônios culturais. O discurso sobre a construção de uma melhor qualidade de vida para uma dada população não pode ser efetivo sem que se considere que as ações preservacionistas devem estar acompanhadas de melhorias nas áreas de saneamento, iluminação, segurança, entre tantas outras.

O próprio projeto de Reurbanização do Sambaqui Espinheiros II, previa como uma de suas etapas finais a sua devolução “à população como um local aprazível e passível de orgulho, ou seja, com uma urbanização que permita a visitação sem que o sítio seja prejudicado”, entretanto, essa proposta não foi efetivada sob a alegação de falta de recursos financeiros.¹⁴⁹

Em vista desse descompasso entre propostas, intervenção e expectativas, outra questão precisa ser respondida: que tipo de significância pública queremos que esses espaços construam com a sociedade? Uma das respostas pode estar na reflexão de Mário Quintana. Se o mais difícil mesmo é a arte de desler, o mais desafiador e instigante em trabalhar com o patrimônio é fugir do trivial, burlar os caminhos, criar alternativas outras que nos levem para além do lugar comum, participando de um diálogo constante entre o convencimento e a persistência na busca de alternativas para a preservação do patrimônio, mas sem a pretensão de imaginar que sem apoio político e financeiro os problemas sejam sanados.

Enfim, para a discussão que propusemos realizar, uma das formas de desler o que está posto e consagrado é, primeiramente, conhecer e considerar a pluralidade das experiências individuais e coletivas dos que convivem diretamente com um dado patrimônio. A partir desse conhecimento, agir,

¹⁴⁸ CANCLINI, Nestor Garcia. O Patrimônio Cultural e a Construção imaginária do nacional. Revista do IPHAN, nº23, 1994. p. 100. As incoerências no uso do patrimônio assumem a forma da falta de interação entre estes setores.

¹⁴⁹ PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Urbanização do Sambaqui Espinheiros II de Joinville (anteprojeto). Joinville, 1992. (Documento Interno)

instigando a consciência do uso comum desse patrimônio e procedendo à afirmação da responsabilidade coletiva sobre ele.

Considerações finais: Outras experiências, outras memórias

Seu Glicínio porteiro acredita que rato, depois de
velho, vira morcego.
É uma crença que ele traz da sua infância.
Não o desiludas com teu vão saber,
Respeita-lhe os queridos enganos:
Nunca se deixe tirar o brinquedo de uma criança
Tenha ela oito ou oitenta anos! (Mário Quintana)

O exercício de leitura que efetuamos sobre a preservação dos sambaquis nos permite amarrar algumas questões de forma a compreender como se dá a apropriação patrimonial por parte daqueles que têm a oportunidade de participarem de projetos preservacionistas promovidos por instituições de pesquisa.

Nesse sentido, é válido não perdermos de vista o processo histórico que envolve a criação ou invenção dos patrimônios nacionais. A produção discursiva referente ao patrimônio cultural esteve voltada à construção de uma memória e identidade nacionais que se pretendia neutra e representante da totalidade de uma sociedade. Para Gonçalves, “nesses discursos, o patrimônio é, em tese, aquilo que não se divide, o que não se fragmenta nem no tempo, nem no espaço”.¹⁵⁰ Daí a dificuldade de conceber qualquer discurso que coloque em risco essa unanimidade de que o patrimônio cultural supostamente é o representante.

Nesse aspecto, os Museus e outros lugares de memória em muito colaboraram para essa visão. Entretanto, embora a noção de autenticidade¹⁵¹,

¹⁵⁰ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). Cidade, História e Desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 110.

¹⁵¹ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: O problema dos patrimônios nacionais. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p. 264-275.

fundamente e justifique a preservação patrimonial, essa mesma noção não se sustenta por si só.

Nesse aspecto, algumas transformações na forma de se pensar a apropriação patrimonial e a conseqüente função social dos museus, despontam principalmente na década de 1970. É no bojo dessas transformações que, em 1972 abre ao público o MASJ, e, aos poucos, através de diversos exercícios museográficos e educativos, apresenta a cidade uma forma diferenciada de debater a questão da preservação patrimonial.

Se no princípio as coleções arqueológicas serviam prioritariamente para demonstrar o desenvolvimento linear da humanidade e os progressos realizados pela espécie humana, o MASJ chega ao final dos anos 1980 com a avaliação de que a preservação dos sambaquis e a utilidade dos museus transcendiam sobremaneira essa perspectiva.

Nesse contexto, é a partir de ações de educação patrimonial que o MASJ prioriza uma narrativa, que ao contrário do que vinha sendo produzido na cidade, abre espaço para a heterogeneidade em detrimento de um registro pautado na homogeneidade da apropriação dos bens culturais.

O interessante aqui é percebermos que, justamente através dos objetos patrimoniais, pode ocorrer o diálogo entre os diversos olhares, interpretações e construções discursivas, na medida em que estes só passam a ser assim concebidos (como objetos patrimoniais) a partir do momento em que cada indivíduo e grupo social dessa forma os classificam em seus discursos. É nesse sentido de apropriação que o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville inicia experiências com a sociedade no sentido de ampliar e qualificar o acesso aos bens culturais sob sua guarda, nesse caso, os sambaquis.

Entretanto, um ponto que não devemos perder de vista, é o processo de enquadramento pelo qual os sambaquis passaram, uma vez que foram objetos selecionados pelo Estado para serem lembrados. E, por mais que a instituição queira se valer da liberdade do trabalho da memória, que permite a atualização de usos e sentidos para os sambaquis, há que se resguardar esses espaços em função de uma legislação que os protege.

Eis um dos conflitos: aliar a necessidade imposta pelo Estado de garantir a permanência desses patrimônios considerando ao mesmo tempo a realidade que os cerca, que se caracteriza exatamente pela transitoriedade. Essa transitoriedade pela qual os objetos do patrimônio estão envoltos, determina, que sua “permanência no tempo” está diretamente condicionada a fluidez das redes de relações atuais e dinâmicas entre os grupos sociais.

A partir dessas redes de relações que se desenvolvem em torno dos patrimônios, o Projeto de Reurbanização e Preservação do sambaqui Espinheiros II de Joinville: uma experiência educacional nos permitiu entrar em contato e registrar os depoimentos de pessoas que vivenciaram uma experiência educativa/preservacionista, constatando que uma instituição que se quer preservacionista, não pode e nem deve congelar o patrimônio em apenas uma de suas facetas, sob pena de fracassar na empreitada.

A partir dos relatos de nossos entrevistados percebemos que os vínculos que estes estabelecem com o Sambaqui Espinheiros II estão diretamente relacionados às experiências cotidianas. São embasadas nessas experiências e não numa suposta transmissão do valor científico e histórico desse patrimônio, que se assentam a maioria das lembranças e vivências entre as pessoas e aquele espaço. Aliás, para algumas das entrevistadas o valor científico e histórico do sambaqui, apóia-se unicamente na coerção da lei, o que, por si só, como se sabe, não sustenta atitudes preservacionistas. Por outro lado, os entrevistados que tiveram a oportunidade de envolvimento com a pesquisa de campo, puderam compreender mais diretamente o universo da pesquisa científica, seus interesses e sua utilidade.

Para algumas de nossas entrevistadas, o sambaqui constitui-se num “antimuseu”, onde os suportes para a rememoração estão ausentes. Entretanto, para outras, as lembranças remetem a um sentimento de apropriação do espaço e, mesmo que algumas restrições tenham sido impostas a elas em relação ao uso do local, suas marcas permanecem lá, seja em forma de uma árvore plantada, das lembranças na participação na pesquisa de salvamento ou na utilização (à revelia da legislação) do espaço ainda nos dias de hoje.

Tanto os significados atribuídos ao espaço e a origem do sambaqui, bem como, os anseios em relação ao seu estado de conservação, têm como fruto a ressonância que se revela a partir das relações entre os espaços de memória e seus interlocutores, destacando o trabalho de interferência que as experiências tanto individuais quanto coletivas realizam sobre as lembranças.

Embora a ação ocorrida no bairro Espinheiros entre 1991 e 1992 caracterize-se por uma tentativa de incluir o maior número de pessoas possível no processo de salvamento do sítio, isso não a desvincula, como citado anteriormente, do papel de legitimadora das ações institucionais oficiais. Por outro lado, a falta de continuidade das ações no bairro, acaba comprometendo um processo que se quer participativo.

Como defendido nessa dissertação, o patrimônio arqueológico, sendo objeto constituído de memórias tanto quanto outra tipologia de patrimônio, necessita, invariavelmente, para o prolongamento de sua existência de uma constante reconstrução de suas referências, através de uma articulação entre passado e presente e de um movimento que permite sempre um novo desdobramento da memória.

Os depoimentos de nossos entrevistados nos permitem, pois, o alargamento e o contato com as diversas vozes que traduzem o valor que os bens patrimoniais têm para os variados grupos no presente, inserindo a fala de gente comum nos discursos de poder da memória.¹⁵² A inserção dos discursos da população local nos processos de comunicação de seus bens não significa o enunciado de uma verdade, mas antes de mais uma leitura possível, permeada tanto quanto outras pelo jogo do poder.

Nesse sentido, as reflexões propostas nessa dissertação apontam para que, se por um lado, o MASJ se vale de um discurso técnico como suporte para suas ações junto à população local, por outro, é essencial, e no mínimo coerente, que essas pessoas sejam ouvidas sobre essas mesmas ações. A partir desse diálogo

¹⁵² Para essa discussão ver CHAGAS, Mário. Memória e Poder: dois movimentos. Cadernos de sociomuseologia, n. 19: Lisboa, 2002.

algumas certezas e verdades poderão ser postas à prova e um número maior de pessoas poderá se sentir incluída nesse debate.

Dessa forma, a busca de respostas para as questões postas pela educação patrimonial de como preservar, para que preservar e para quem preservar, permanecem na pauta de ações preservacionistas que se pretendem inclusivistas e que acreditam na mobilidade e no intercâmbio de motivos para a preservação. Tais ações aliadas a políticas públicas patrimoniais podem minimizar o descompasso entre propostas, intervenção, expectativas e o contato com o patrimônio e as memórias a ele relacionadas, bem como, provocar a reflexão de que não existe uma unanimidade acerca do sentido das coisas no mundo.

FONTES

FONTES ORAIS

BATISTA, Nadil. Entrevista. Joinville, 23 de março de 2006. 1 fita, 45 min.

CARDOSO, Glória Maria Maciel. Entrevista. Joinville, 26 de setembro de 2005. 1 fita, 45 min.

CASARIM, Edson. Entrevista. Joinville, 04 de outubro de 2005. 1 fita, 45 min.

CORREA, Ivan. Entrevista. Joinville, 15 de maio de 2006. 1 fita, 45 min.

GARCIA, Rosane. Entrevista. Joinville, 21 de fevereiro de 2006. 1 fita, 45 min.

HUBNER, Maria. Entrevista. Joinville, 20 de março de 2006. 1 fita, 45 min.

IMHOF, Afonso. Entrevista. Joinville, 19 de junho de 2006. 2 fitas, 1:15 min.

MAIA, Maria de L. Entrevista. Joinville, 24 de março de 2006. 1 fita, 45 min.

NARCISA, Marlene. Entrevista. Joinville, 09 de junho de 2005. 1 fita, 60 min.

OLIVEIRA, Verônica Daltina de. Entrevista. Joinville, 21 de março de 2006. 1 fita, 45 min.

PEREIRA, Marlene A. Entrevista. Joinville, 21 de março de 2006. 1 fita, 45 min.

SCHON, Claudete Terezinha Matei. Entrevista. Joinville, 20 de março de 2006. 1 fita, 45 min.

FONTES IMPRESSAS

MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI. Boletim MASJ. Joinville, nº1, 1990.

MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI. Boletim MASJ. Joinville, nº2, 1990.

MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI. Boletim MASJ. Joinville, nº3, 1991.

MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI. Boletim MASJ. Joinville, nº4, 1991.

MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI. Boletim MASJ. Joinville, nº5, 1992.

MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE. Sítios Arqueológicos em Joinville – SC: Inventário descritivo básico. Joinville, 1994.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Ata de inauguração. Joinville. 14 de outubro de 1972.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório 1972. Joinville, 1972. (Documento Interno)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório 1973. Joinville, 1973. (Documento Interno)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório 1974. Joinville, 1974. (Documento Interno)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório 1976. Joinville, 1976. (Documento Interno)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório 1977. Joinville, 1977. (Documento Interno)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório 1978. Joinville, 1978. (Documento Interno)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório 1979. Joinville, 1979. (Documento Interno)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório 1980. Joinville, 1980. (Documento Interno)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório 1981. Joinville, 1981. (Documento Interno)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório 1982. Joinville, 1982. (Documento Interno)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório 1983. Joinville, 1983. (Documento Interno)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório 1984. Joinville, 1984. (Documento Interno)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório 1985. Joinville, 1985. (Documento Interno)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório 1986. Joinville, 1986. (Documento Interno)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório 1987. Joinville, 1987. (Documento Interno)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório 1988. Joinville, 1988. (Documento Interno)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório Setor de Educação 1989. Joinville, 1989. (Documento Interno)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Projeto: Reurbanização e preservação do sambaqui Espinheiros II de Joinville: Uma experiência educacional. Joinville, 1990. (Documento Interno)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório Setor de Educação 1990. Joinville, 1990. (Documento interno)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório 1972/1997. Joinville, 1997. (Documento interno)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Projeto de Atendimento Educativo 2º, 3º e 4º ciclos. Joinville, 2000. (Documento interno)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Regimento Interno. Joinville, 1997. (Documento interno)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Plano Diretor. Joinville, 1998. (Documento interno)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório 2000. Joinville, 2000. (Documento interno)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório 2001. Joinville, 2001. (Documento interno)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório 2002. Joinville, 2002. (Documento interno)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório 2003. Joinville, 2003. (Documento interno)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório 2004. Joinville, 2004. (Documento interno)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório 2005. Joinville, 2005. (Documento interno)

SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. Memórias VI: A pré História de um Museu. História da gestão do Museu do Sambaqui, O idealismo constrói um museu. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1999.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRÊU, Eide Sandra Azevedo. Walter Benjamin e o tempo da grande indústria. http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol02_atg2.htm
- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- BANDEIRA, Dione da R. Ceramistas pré-coloniais da baía da Babitonga Santa Catarina, arqueologia e etnicidade. Unicamp: Campinas, 2004.
- BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: Uma breve história da Arqueologia no Brasil. Revista USP, São Paulo, 1989, p. 32-51.
- BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. Obras Escolhidas, vol. 1 São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BENJAMIN, Walter. O narrador. In: Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. Obras Escolhidas, vol. 1 São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. Trad. De José Lino Grünnewald. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W.; HABERMAS, J. Textos Escolhidos. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- BERMAN, Marschal. Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOLLE, Willi. Fisiognomia da metrópole moderna: Representação da História em Walter Benjamin. 2 ed. São Paulo: Editora da USP, 2000.
- BOTALLO, Marilúcia. Os Museus Tradicionais na Sociedade Contemporânea: Uma revisão. Revista Do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 1995, p 283-287.
- BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Os primórdios do Museu: da elaboração conceitual à instituição Pública. Revista Projeto História, São Paulo, 17, nov. 1998.
- BRESCIANI, M^a Estela. Cidades: Espaço e Memória. In: O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH/SMC, 1991.
- BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. Tempo, tempo vivido e história. Bauru: EDUSC, 2003.

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. A importância dos processos museológicos para a preservação do Patrimônio. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 1999.

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Museus de Arqueologia: Uma História de Conquistadores, Abandono e Mudanças. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 1996, p.293-313.

BRUNO, Maria Cristina O. Um olhar Museológico para a arqueologia: A Exposição “Pré-História Regional” de Joinville – Santa Catarina. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo; 1991, p. 113-129.

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. O MASJ e o futuro da museologia. Boletim MASJ, Joinville nº4, 1991. p.32-38.

BRUNO, Maria Cristina O. & ARAÚJO, Marcelo. Exposição Museológica: uma linguagem para o futuro. Cadernos Museológicos, MINC: 1989, p. 12-17.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Cultura material interfaces disciplinares da Arqueologia e da Museologia. Cadernos CEOM. Chapecó: Argos, 2005. p. 75-89.

CANANI, Aline S. K. B. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, nº23, p. 163-175, jan/jun 2005.

CANCLINI, Nestor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Revista IPHAN, n 23, 1994.

CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. Identidade, indivíduo e grupos sociais. Curitiba: Juruá, 2002.

CHAGAS, Mário de Souza. Museu, Museologia e pensamento social brasileiro. Cadernos do CEOM. Chapecó: Argos, 2005. p. 13-43.

CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CHAGAS, Mário. Cultura, patrimônio e memória. São Paulo: mimeo. 2002.

CHAGAS, Mário. Memória e Poder: contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus. <http://www.quarteirao.com.br/pdf/mchagas.pdf>

CHARTIER. Roger. A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, nº 13, 1994 p. 97-113.

CHAUVEAU, A; TÉTARD, Ph. (org). Questões para a história do presente. São Paulo: EDUSC, 1999.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães; GONDAR, Jô. (orgs.) Memória e Espaço. RJ. Sete Letras, 2000.

CURY. Marília Xavier. Museologia: Marcos referências. Cadernos do CEOM. Chapecó: Argos, 2005. p.45-73.

CURY. Marília Xavier. Exposição: análise metodológica do processo de concepção, montagem e avaliação. São Paulo, 1999. Dissertação de Mestrado ECA/USP, p. 05-32.

DEMO, Pedro. Cidadania e desenvolvimento humano. Universidade e sociedade. São Paulo, 1997.

DURAND, Gilbert. O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.

FARIAS, Eny Kleyde Vasconcelos. A construção de atrativos turísticos com a comunidade. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (orgs.). Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasília, 2002. p. 59-73.

FERRARA, Lucrecia D'Alésio. Ver a cidade: cidade, imagem, leitura. São Paulo: Nobel, 1998.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1993.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Solo civilizado, chão antropofágico: a arqueologia imperial e os sambaquis. In: FUNARI, Pedro P. A. (org) Identities, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2005. p. 135-146.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Transposição de identidades: o patrimônio Arqueológico do Baixo São Francisco, IN: FUNARI, Pedro Paulo Abreu & FERREIRA, L. M. (orgs.), Cultura Material Histórica e Patrimônio. Coleção Primeira Versão, Gráfica IFCH, Campinas, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: FERREIRA, Marieta de M. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1984.

FONSECA, Maria Cecília . Para além da pedra e cal; por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. Espaços-outros: utopias e heterotopias. Revista Outra. n 1, Londrina: 1984.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 4 ed. 1984.

FREIRE, Doía P. História oral, memória e turismo cultural. In: MURTA, Stela M., ALBANO, Celina (orgs.). Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasília, 2002. p. 121-130.

FREIRE, Cristina. Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: Annablume, 1997.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra. Patrimônio Histórico e Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

FUNARI, P. P. Abreu. Patrimônio e diversidade: o que você quer preservar? Jornal da Unicamp. Campinas, Ed. 310, 2005.

FUNARI, P. P. Abreu (org.) Identidades, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. Dossiê Arqueologias Brasileiras, v. 6, n. 13, dez. 2004/jan.2005. <http://www.seol.com.br/mneme>

FUNARI, P. P. Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. Campinas, 2001, pp. 1-12. [mimeo]

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. <http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/09.shtml>

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Walter Benjamin: Os cacos da História. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GONÇALVES, José R. Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, Ano 11, nº23, jan/jun 2005. p. 15-36.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os Museus e a Representação no Brasil. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 31. 2005. pp. 255-271.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1998, p. 264-275.

GOODEY, Brian. Olhar Múltiplo na interpretação de Lugares. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (orgs.). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasília, 2002. p. 75-94.

GRUNER, Clóvis. Leituras Matutinas: utopias e heterotopias da modernidade na imprensa joinvilense (1951-1980). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

GUEDES, Tarcila. O lado Doutor e o gavião de penacho: movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil: o serviço do patrimônio histórico (Sphan). São Paulo: Annablume: 2000.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Lições das coisas: o enigma e o desafio da educação patrimonial. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n. 31. 2005. p. 228

HORTA, Maria de Lurdes Parreiras. Educação Patrimonial. Comunicação apresentada na Conferência Latino-Americana sobre preservação do patrimônio cultural.s. l. 1991.

HUNT, Lynn. A Nova História Cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IRVING, Marta Azevedo. Turismo: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002, p. 93-111.

JANOTTI, Maria de Lourdes. História oral: uma utopia?. In: Memória, História, Historiografia. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 13, nº 25/26, 1993.

JULIANI, Lúcia de Jesus de Cardoso Oliveira. Os recursos arqueológicos como suportes à memória das cidades. In: ORTIZ, Vitor e POSSAMAI, Zita Rosane (orgs). Cidade e memória na globalização. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2002.

JULIANI, Lúcia de Jesus Cardoso de Oliveira. Gestão arqueológica em metrópoles: uma proposta para São Paulo. Dissertação. Universidade de São Paulo: São Paulo, 1996.

KERRIOU, Mirian Arroyo de. Museu, Patrimônio e Cultura: Reflexões sobre a experiência Mexicana. In: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH/SMC, 1991.

KOTHE, Flávio R. (org.) Walter Benjamin. São Paulo: Ática, 1985.

LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. O que é Imaginário. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LE GOFF, Jacques. Por amor às cidades. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LEFEBVRE, Henry. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LUCENA, Célia. Linguagens da memória. São Paulo: FDE Diretoria de projetos especiais, 1991.

MACHADO, Gerson. Memórias e relações étnicas: um olhar a partir da oralidade (Distrito de Bananal – SC, 1930-1940). Dissertação. UFPR: Curitiba, 2003.

MACHADO, Gerson; SOUZA, Flávia C. Antunes de. Exposição itinerante “Afinal, o que é arqueologia?”: Experimentando a inclusão social. Cadernos do CEOM. Chapecó: Argos, 2005. p. 275-286.

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. In: Espaço e Debates. São Paulo, 1991. p. 24:33.

MATTOS, Olgária. Memória e História em Walter Benjamin. In: O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH/SMC, 1991.

MATTOS, Olgária. A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças. In: Espaço e Debates. out/dez. São Paulo, 1982. p. 45-52.

MENESES, Ulpiano B. de. Mito e museu: reflexões preliminares. In: FÉLIX, Loiva; ELMIR, Cláudio (orgs) Mitos e heróis: construção de imaginários. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998..

MIRANDA, Jorge Morales. O processo de Comunicação na interpretação. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (orgs.). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002. p. 95-105.

NASCIMENTO, Roberta Andrade do. Charles Baudelaire e a arte da memória. Alea vol.7 nº1 Rio de Janeiro jan/jun 2005.

NIEHUS, Valdete. De agricultor a operário: lembranças de migrantes. Florianópolis: Dissertação, UFSC: Florianópolis, 2000.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo. 1993.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Por uma arqueologia socialmente engajada: arqueologia pública, universidade pública e cidadania. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu (org.) Identidades, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, Mário Sérgio. Os sambaquis da planície costeira de Joinville, litoral norte de Santa Catarina: Geologia, Paleologia e Conservação *in situ*. Dissertação. UFSC: Florianópolis, 2000.

PEIRANO, Mariza G. S. A alteridade em contexto: a antropologia como ciência social no Brasil. Brasília, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jathay. História e história cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jathay. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michael. Memória e identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p. 200-212.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. São Paulo, 1991.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. A danação do objeto: o museu no ensino de história. Chapecó: Argos, 2004.

ROLNIK, Raquel. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROLNIK, Raquel. Preservação e Modernidade. In: O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH/SMC, 1991.

ROMERO, Fanny Longa. Reflexões sobre o museu e suas mediações. http://www.naya.org.ar/congresso2004/ponencias/fanny_longa_romero.doc

RUSSIO, Valdisa. Existe um passado museológico brasileiro? In: Suplemento Cultural O Estado de São Paulo, n 143. ano III, 1979. s.p.

SANT'ANA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANTANA, Naum Alves. A produção do espaço urbano e os loteamentos na cidade de Joinville SC – 1949/1996. Dissertação. UFSC: Florianópolis, 1998.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Curitiba: uma aproximação ao método da história oral. Texto apresentado ao Seminário de História Urbana, no Curso de Mestrado em História, UFPR, 1994.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Memórias e cidade: depoimentos e transformação urbana de Curitiba (1930-1990). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Fontes orais: testemunhos, trajetórias de vida e história. Comunicação apresentada na Semana Comemorativa ao Sesquicentenário do Arquivo Público do Paraná. Curitiba, 2005.

SANTOS, Cecília Rodrigues. Novas Fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural. Revista São Paulo em Perspectiva. v.15 nº2, São Paulo abr/jun 2001.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Memória coletiva e teoria social. São Paulo: Annablume, 2003.

SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira. A Arqueologia Guarani: construção e desconstrução da identidade indígena. São Paulo: Annablume, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Preservação do patrimônio cultural em cidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOUZA, Nelson Mello e. Modernidade: a estratégia do abismo. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

TAMANINI, Elizabete. Vidas Transplantadas: museu, educação e a cultura material na (re) construção do passado. Tese. Unicamp: Campinas, 2000.

TAMANINI, Elizabete. Museu, Educação e Arqueologia: Prospecções entre teoria e prática. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, Suplemento 3: 339-345, 1999.

TAMANINI, Elizabete. O Museu, a Arqueologia e o Público: Um olhar necessário. In: Cultura Material e Arqueologia Histórica. Coleção Idéias. Campinas: Unicamp, 1998.

TAMANINI, Elizabete. O MASJ e o complexo processo de institucionalização do patrimônio arqueológico: balanços e perspectivas. Conferência apresentada no IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Rio de Janeiro, 1997.

TAMANINI, Elizabete. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville: um olhar necessário. Dissertação. Unicamp: Campinas, 1994.

TERNES, Apolinário. A construção da cidade. Joinville: Bartira Gráfica e Editora, 1993.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VAINFAS, Ronaldo. Micro História: os protagonistas anônimos da história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VARINE-BOHAN, H. O tempo Social. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1987.

ZARANKIN, Andrés. Paredes que domesticam: arqueologia da arquitetura escolar capitalista. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.